



DEMOCRACIA NO BRASIL

Entre experiências de
emancipação e golpismo

Agripa Faria Alexandre

 editora ufsc

DEMOCRACIA NO BRASIL

Entre experiências de emancipação e golpismo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitora

Roselane Neckel

Vice-Reitora

Lúcia Helena Martins Pacheco

EDITORA DA UFSC

Diretor Executivo

Fábio Lopes da Silva

Conselho Editorial

Fábio Lopes da Silva (Presidente)

Ana Lize Brancher

Andréa Vieira Zanella

Andreia Guerini

Clélia Maria Lima de Mello e Campigotto

João Luiz Dornelles Bastos

Luiz Alberto Gómez

Marilda Aparecida de Oliveira Effting

Editora da UFSC

Campus Universitário – Trindade

Caixa Postal 476

88010-970 – Florianópolis-SC

Fones: (48) 3721-9408, 3721-9605 e 3721-9686

editora@editora.ufsc.br

www.editora.ufsc.br

Agripa Faria Alexandre

DEMOCRACIA NO BRASIL

Entre experiências de emancipação e golpismo

© 2016 Agripa Faria Alexandre

Direção editorial:
Paulo Roberto da Silva

Capa:
Leonardo Gomes da Silva

Editoração:
Carla da Silva Flor

Revisão:
Heloísa Hübbe de Miranda

Ficha Catalográfica

(Catalogação na publicação pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina)

A381d Alexandre, Agripa Faria
Democracia no Brasil: entre experiências de emancipação e
golpismo / Agripa Faria Alexandre. – Florianópolis : Editora da UFSC,
2016.
192 p.; il., grafs., tabs.

Inclui bibliografia.

1. Sociologia – Brasil. 2. Manifestações públicas – Brasil.
3. Democracia – Brasil. I. Título.

CDU: 316(81)

ISBN 978-85-328-0755-7



Este livro está sob a licença Creative Commons, que segue o princípio do acesso público à informação. O livro pode ser compartilhado desde que atribuídos os devidos créditos de autoria. Não é permitida nenhuma forma de alteração ou a sua utilização para fins comerciais.

br.creativecommons.org

In *memoriam*, Therezinha de Castro Faria, minha mãe.
A todos os estudantes, jovens e gente de esquerda (bizarramente chamados de “vândalos” pela mídia) que empreendem esforços hercúleos na esperança de aperfeiçoar a democracia, tendo que enfrentar a brutalidade das elites e de seus soldados. De coração, este livro é para vocês.

AGRADECIMENTOS

Parte importante desta obra foi realizada durante a fase inicial de meu primeiro pós-doutorado em Paris, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), durante o ano acadêmico de 2014. Por isso, não posso deixar de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter me oferecido a Bolsa de Estágio nessa instituição. Agradeço ao meu colaborador francês da EHESS, Albert Ogien, e aos colegas do *Centre d'Études des Mouvements Sociaux* (CEMS), em especial Claude Rosental e Daniel Cefai.

Meus agradecimentos são extensivos e muito especiais aos meus colegas brasileiros da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e ao meu grande amigo e mestre Paulo Krischke, do Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O presente livro é uma tentativa de aplicação das inúmeras abordagens deste amigo sobre cultura política.

Agradeço a minha esposa Sandra Mara da Silva Alexandre e ao meu filho Thales Alexandre pelo incentivo de sempre. Agradeço igualmente a Sandra De Bonna Medeiros que viu este livro ir crescendo enquanto me via trabalhar nele nas manhãs entre agosto e novembro de 2013. Finalmente, agradeço aos amigos que primeiro leram o original, Leo Vinícius Maia Liberato e Júlio Cesar Chevalier de Castro. Muito obrigado a todos vocês.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1 – As Manifestações de junho de 2013 no Brasil	15
Capítulo 2 – Esfera pública e sociedade civil.....	23
Capítulo 3 – Aprendizado político.....	37
Capítulo 4 – Política linguística	51
Capítulo 5 – Pluralismo metodológico.....	75
Capítulo 6 – Democratização cultural.....	83
Capítulo 7 – Novas utopias	125
Capítulo 8 – Eleições presidenciais	137
Capítulo 9 – Nova mudança estrutural da esfera pública	157
Considerações finais.....	169
Referências	173
Glossário.....	183

INTRODUÇÃO

No livro que reinterpreta criticamente os processos de *democratização cultural*¹ da América Latina das duas últimas décadas do século XX, cuja edição brasileira recebeu o título de *Aprendendo a democracia na América Latina: atores sociais e mudança cultural*, seu autor Paulo Krischke (2003) percebe que as principais transformações sociais e políticas ocorridas no continente denotam orientações de indivíduos e grupos sociais das bases de suas sociedades. Poucos analistas políticos têm a preocupação de avaliar estas transformações, presos que estão à avaliação institucional e de desempenho de governos, processos legislativos e judiciários. Paulo Krischke destaca o esforço dos atores sociais para alcançar o seu reconhecimento como cidadãos plenos de direitos e atores competentes na esfera pública:

Eles fracassam frequentemente e sofrem duras perdas e derrotas, frente a opositores privilegiados e poderosos. Porém, insistem em persistir no seu desafio à dominação conservadora, através de uma contínua reelaboração comunicativa e reflexiva de suas próprias tradições, num processo que está deslegitimando progressivamente a cultura de submissão ao controle das oligarquias. (KRISCHKE, 2003, p. 312).

Esta crítica de Paulo Krischke nos serve para explicar, por exemplo, o processo político democrático brasileiro com suas reivindicações nas

¹ O estudo do processo de *democratização cultural* é o tema específico do Capítulo 6 do livro. Em termos muito gerais a esta introdução, o processo é distinto da dimensão normativa de *democratização institucional*, fundada com o objetivo de consolidar o movimento de redemocratização do país a partir da segunda metade da década de 1980.

ruas, principalmente as manifestações ocorridas entre 17 e 20 de junho de 2013. Com base no seu aporte empírico-analítico pode-se afirmar que estas manifestações de rua foram vitoriosas, principalmente porque seus atores sociais souberam delimitar, através de uma sofisticada inovação estética, os contornos da *estrutura comunicacional da esfera pública* para a discussão dos processos democráticos no Brasil.

O objetivo central do livro consiste em explicar essa inovação estética como a dimensão mais expressiva do *aprendizado político* da situação atual da democracia brasileira, situação que nos permite lançar a hipótese de análise referente ao *empoderamento* e à *autolimitação* da *sociedade civil*, dois fenômenos que assumem cada vez mais linhas definidas na cultura política pública brasileira como consequência direta dos vários esforços de organização dos *movimentos sociais* da atualidade, principalmente em termos de *política linguística*. Estes e outros termos em itálico serão objeto de conceituação ao longo do texto. Em adição, eles aparecem de forma sintetizada no glossário ao final do livro.

Creio ser este o foco de análise mais desafiador a ser iluminado, principalmente dentro de um cenário acadêmico que se surpreende com a amplitude que tomaram as manifestações de rua a partir de junho de 2013 no Brasil.² Além disso, o país mudou tanto nestes últimos dez anos que é impossível qualquer análise sem deixar de se reavaliar os pressupostos teóricos anteriores de interpretação da ciência política e da sociologia. Não são apenas as variáveis de análises institucionais que merecem revisão, pois não se está somente aduzindo a uma nova avaliação de mudanças dos instrumentos jurídicos de participação política ao longo destes últimos anos da redemocratização. Não é o caso também de se rediscutir a engenharia do sistema eleitoral como o fazem os analistas desta ou daquela corrente teórica. O ponto é a cultura política, mas não somente entendida como o processo de habituação à participação política por meio do voto, mas a reconsideração de uma atitude reflexiva de comportamento político, dado o alargamento dos direitos civis e políticos e a grande pluralidade dos valores, muitos deles incomunicáveis entre si (concepções de justiça, filosofia, religião, orientação sexual, etc.), mas que não interferem na cooperação social, ao ponto de virem a desarranjar o

² A análise deste livro não está restrita aos dias do início generalizado dos protestos, principalmente entre 17 e 20 de junho de 2013. Devido ao caráter continuado destas manifestações, foi possível postular a hipótese sobre a existência de uma ruptura no modo de se fazer política no Brasil, cuja força definidora dos assuntos públicos sai do eixo institucional da democracia e passa a se fazer a partir da lógica de ação dos movimentos sociais empoderados que limitam a sua ação à definição dos temas, resistindo à captura burocratizante da ação estatal e do mercado. Em muitas situações posteriores, as manifestações se tornaram muito tensas e com confrontos entre manifestantes e força policial devido à prevalência deste fenômeno político.

equilíbrio e a manutenção do sistema político vigente. Em poucas palavras, trata-se de um livro sobre uma democracia com diversos atores sociais poderosos, protagonizando seus interesses dentro de uma esfera pública que aos poucos deixa de ser identificada única e exclusivamente como afetada pelos vícios do autoritarismo militar e das velhas repúblicas oligárquicas. A cena política alterou-se nos últimos anos e aquilo que era visto pela sociologia e pela ciência política *mainstream* [corrente principal] como incapacidade congênere vem se mostrando como capacidade de *empoderamento* de atores sociais que não apenas inovaram no jeito de demandar direitos como também souberam traçar limites e fronteiras com o jogo do capital econômico e da burocracia estatal. O Brasil mudou, mas não foram as suas instituições que mudaram significativamente. O que mudou foi o jeito de a *sociedade civil* fazer política, organizando-se livre, estratégica e comunicacionalmente. Por isso, este livro revisa os fundamentos da política moderna, em especial utilizando-se da maneira habermasiana de entender a centralidade da comunicação na democracia.

O livro está dividido em nove capítulos. No primeiro deles, são apresentadas as principais características das *Manifestações de junho de 2013 no Brasil*, características estas que nos forcem a realçar a centralidade do papel da *esfera pública* e da *sociedade civil* no processo de construção da democracia na atualidade. O segundo capítulo aprofunda teoricamente estas duas categorias de análise, e o faz com o objetivo de apresentar situações ilustrativas do emprego delas para a compreensão do processo de construção da democracia no Brasil. O terceiro capítulo trata de desenvolver a concepção de *aprendizado político*, em sua dimensão individual e social. São discutidos aqui também os vários momentos da democracia brasileira, desde a abertura política depois dos militares, passando pelas transformações institucionais que tiveram como ganho normativo a nova Constituição de 1988, até os *novos movimentos sociais* com suas agendas que têm alargado o sentido da prática política democrática. O quarto capítulo define *política linguística* a partir de quatro correntes teóricas já consagradas nos estudos de linguagem, procurando enfatizar a importância do componente estético da ação política e as formas de disputa pela modelação dos discursos. Desenvolve-se aqui o argumento sobre a centralidade da teoria do agir comunicativo (HABERMAS, 1997; 2010; 2012) para se explicar a configuração da lógica de legitimação da dominação social. Os dizeres dos cartazes das *Manifestações de junho de 2013* são estudados a partir disso. O mesmo capítulo procura mostrar também que o peso das controvérsias públicas, em termos de discursos que rivalizam entre si, é o que garante a vitalidade da democracia brasileira, cabendo aos atores sociais o esforço de se fazerem competentes e atraentes com seus discursos.

No quinto capítulo são apresentados os estudos de regime político e de cultura política, enfatizando-se as vantagens de percebê-los como sendo estudos complementares entre si.

Daqui em diante, o leitor é convidado a refletir sobre as grandes mudanças estruturais e estruturantes da sociedade brasileira, principalmente em termos das políticas públicas de redistribuição de renda e de reconhecimento cultural desde os dois governos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O sexto capítulo é denominado de *democratização cultural*, pois trata das mudanças que superam a esfera institucional da democracia, pois denotam a interferência dos novos valores morais das pessoas e grupos sociais presentes na política. São referidas várias pesquisas com dados quantitativos e qualitativos que corroboram a tese sobre a existência desse processo de mudança cultural. O sétimo capítulo aborda as novas utopias da sociedade brasileira, tanto as que têm o poder de desmistificar as ideologias vigentes quanto aquelas que se apresentam como urgências de mudança. No oitavo capítulo são analisadas as eleições presidenciais brasileiras de 2014, com destaque para a mudança do comportamento político em função da existência das novas mídias eletrônicas. Por fim, no nono capítulo, apresento a ideia da nova mudança estrutural da esfera pública em referência à concepção habermasiana (1984). O adjetivo que redefine esta concepção visa expressar uma tensão dialética e muito dinâmica entre três diferentes modos de produção dos assuntos públicos.

CAPÍTULO I

AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL

Os dias 17 e 20 de junho de 2013 (e outros que se seguiram com intervalos irregulares) imprimem um sentido inédito de esfera pública no Brasil. Nestes dias, manifestações de rua têm lugar em diversas cidades brasileiras. A cobertura da imprensa nacional e internacional aponta para protestos em grande número para quase todas as capitais brasileiras. Diferentemente de outras manifestações do passado da história recente do país, ocorrem passeatas de forma generalizada não apenas em grandes centros urbanos, mas também em médias e pequenas cidades. Na sua imensa maioria, nestes dias as manifestações são organizadas segundo o princípio da não violência ativa.³ A seguir, segue exemplo da grandiosidade da manifestação na Central do Brasil, Rio de Janeiro:

³ A ação não violenta é própria da política de ação coletiva que segue o princípio da teoria da desobediência civil que é também conhecida como *política da não violência ativa* ou ainda de *política da não cooperação*. A desobediência civil pode ser definida como um conjunto de técnicas de exortação à mudança de atitude perante situações consideradas prejudiciais à vida social. As exortações objetivam converter, não coagir, os oponentes (SHARP, 1984a, p. 63-67). As manifestações que faço menção neste livro relacionam-se a um processo de aprendizado político da democracia em curso no Brasil. Outras manifestações que se seguiram com violência e repressão policial não são analisadas aqui.

Figura 1.1 – Av. Presidente Vargas, Rio de Janeiro



Fonte: Disponível em: <<http://www.rjnoticias.com/wp-content/uploads/manifest.jpg>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

Em Brasília (DF), os manifestantes ocuparam a Praça dos Três Poderes, subiram a rampa do Congresso Nacional e o sitiaram. Por várias horas, permaneceram na parte exterior das casas do Senado e da Assembleia dos Deputados Federais. A atitude de ocupação não visava invadir o espaço de dentro daquelas duas instituições republicanas, mas dizer que a sociedade civil estava ali com uma nova consciência do tempo, da prática política e da ideia de legitimação das relações de poder (HABERMAS, 1990, p. 100-101). A ideia de sociedade civil foi experimentada ali sem que ela demandasse uma interlocução direta dos seus atores com o governo. Naquele momento, ela se fez governo. Ela se expressou e se fez representar sem lideranças, o que causou estranheza para a elite política brasileira (GOVERNO..., 2013). Abaixo a imagem ilustra o caráter de desobediência civil da população, de sua ação autolimitada e fortemente empoderada.

Tal fenômeno é inédito na história recente da democracia brasileira. Estava fundada ali a prática política baseada na separação radical entre Estado, mercado e *sociedade civil*. Fundou-se ali o entendimento de uma nova democracia que pressupõe lógicas distintas de legitimação das esferas de ação do governo (em nome do Estado), do mercado e da *sociedade civil*.

Figura 1.2 – Ocupação das sedes da Câmara e do Senado em Brasília



Fonte: Disponível em: <http://1.bp.blogspot.com/-Ok4VcObTlng/UcHsXM9GG2I/AAAAAAAAB2c/iFD_o5T6Ovk/s1600/20130617234029825812a.jpg>. Acesso em: 16 nov. 2013.

Daqueles dias em diante, as manifestações ocorrem num contínuo impressionante durante semanas e levam milhares de pessoas às ruas, e a atitude de rebeldia política é invariável: os manifestantes não proclamam novas lideranças políticas para substituir o poder existente; os partidos políticos e suas bandeiras que se pretendem representar nas passeatas enfrentam imensa dificuldade para tal. A atitude dos manifestantes é autolimitada à contestação com reivindicações em favor da aplicação de direitos e proteção do Estado, notadamente para saúde, mobilidade urbana e educação.

Há certamente uma diversidade de ideais e lemas políticos que movem as manifestações, muitas delas inclusive de caráter conservador, fascista e de intolerância com o espírito democrático e republicano.⁴ Os gritos e faixas chamavam a atenção pelo poder de representação de uma diversidade de reclames. A seguir, um exemplo desta diversidade na manifestação em Recife (PE):⁵

⁴ Sobre o caráter simbólico das manifestações autoproclamadas de direita e de intolerância à democracia, consultar matéria da revista *Caros Amigos*, edição n. 205, de 2014, com o seguinte título: A direita sai do armário.

⁵ Mais exemplos fotográficos deste assunto, colhido em 21 de junho de 2013 pela imprensa jornalística, podem ser vistos no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.nytimes.com/interactive/2013/06/21/world/americas/brazil-protest-signs.html>>.

Figura 1.3 – Manifestações com cartazes em Recife



Fonte: Disponível em: <<http://www.nytimes.com/interactive/2013/06/21/world/americas/brazil-protest-signs.html>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

Em São Paulo e Rio de Janeiro as manifestações se adensaram como protesto contra a ação violenta de repressão policial às ações coletivas dos jovens do Movimento Passe Livre que protestavam dias antes contra o aumento dos preços das passagens de ônibus.⁶ Rapidamente, em razão da cobertura jornalística internacional ao evento da Copa das Confederações da FIFA que ocorria na cidade do Rio de Janeiro, a imprensa mundial passa a cobrir de forma espetacular os protestos. As redes sociais (principalmente o Twitter e o Facebook) articularam ativistas de diferentes cidades no mundo afora que passaram a apoiar o movimento. Nos primeiros dias de mobilização, ocorreram demonstrações que vinham de cidades como Berlim (Alemanha), New York (EUA), Paris (França), Madri (Espanha), entre outras. Mesmo ativistas de outros centros urbanos que se encontravam em ações de protesto contra o governo local organizaram-se para expressar a solidariedade aos ativistas brasileiros, como no caso das cidades de Istambul e Ancara, ambas na Turquia. Neste particular, as redes sociais da Web funcionaram em apoio à organização, com mídia própria e independentemente das redes comerciais de divulgação da informação, cobrindo e ancorando os esforços de expansão do debate.

Esta breve explanação do fenômeno social das *Manifestações de junho de 2013 no Brasil* baseia-se no entendimento segundo o qual é importante atentar

⁶ Na verdade, a ação do Movimento Passe Livre não é recente no país. A ação coletiva deste movimento já existe há mais de dez anos! A este respeito, consultar Vinícius (2005; 2006).

para o caráter de persistência da democracia brasileira. A ideia central que este livro sustenta é a de que, mais importante do que o número imenso de manifestantes que ocuparam as ruas de todo o país, há o dado qualitativo a ser analisado correspondente ao *empoderamento e à autolimitação* da sociedade civil sem os quais as manifestações não ocorreriam.

As democracias são avaliadas em geral pela regularidade dos regimes e pela alternância do poder, dois aspectos indispensáveis ao moderno formato-padrão deste experimento de exercício do poder. No caso das manifestações, enfoca-se o *conteúdo* da democracia e o que de mais importante ela expressa, independentemente do seu formato-padrão: *a soberania popular como o único procedimento legítimo* (HABERMAS, 1990, p. 100-113). Nesse sentido, o dado analítico da democracia não tem como não ser a capacidade de demonstração de poder do povo, ao longo deste livro referido pela expressão *empoderamento*. O formato da democracia, seja ele o formato da democracia representativa, seja ele o formato da democracia direta, deve tomar como único procedimento legítimo a vontade soberana do povo. É nesse sentido que uma das teses centrais deste livro refere-se ao caráter inédito das *Manifestações de junho de 2013 no Brasil*: pela primeira vez em sua história, a sociedade civil se fez povo soberano, sem a interferência dos instrumentos usuais de poder, como o voto, as representações políticas tradicionais, carismáticas e legais. As *Manifestações de junho de 2013* foram qualitativamente diferentes das manifestações do passado da história recente do país.

De forma muito resumida, mas representativa do caráter específico da construção da cultura política pública no Brasil, por manifestações do passado da história recente do país, faz-se alusão ao momento democrático da história política brasileira, desde o fim da Ditadura Militar (1964-1985): *Movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita* (incluindo greve de fome realizada) em 1979, no momento em que se inicia a *Abertura Política* (e a suspensão do *Ato Institucional n. 5*, do governo de Ernesto Geisel) e o então presidente João Batista Figueiredo decreta a *Lei da Anistia* – esse movimento apresenta um forte caráter reivindicatório específico, entre 1978-1985; também com teor específico reivindicatório, o *Movimento pelas Diretas Já*, com vários comícios, por exemplo, em São Paulo, em 23 de abril de 1984, mas as eleições diretas somente ocorreram em 1989. Com caráter de aprofundamento da *democratização institucional*,⁷ destacam-se as articulações partidárias e dos movimentos sociais pela criação de uma nova constituição para o país: um movimento que se inicia com o fim da Ditadura Militar e vai até a convocação

⁷ Este termo denota o processo político institucional de formação da República brasileira, em paralelo ao processo de democratização cultural. Uma análise aprofundada sobre este último é apresentada no Capítulo 6 deste livro.

da *Assembleia Nacional Constituinte de 1987*, sendo a nova Carta promulgada em 1988. Em fins de 1992 ocorre o *Movimento pelo Impeachment de Collor*, dois anos e meio após este presidente ter sido eleito. Em todas as manifestações referidas aqui, o papel da *sociedade civil* está focado na interlocução direta com o Estado, através de lideranças políticas carismáticas e tradicionais (em geral de partidos políticos e movimentos sociais e religiosos), diferentemente das *Manifestações de junho de 2013*. Apesar de expressarem o não reconhecimento da legitimidade do governo militar, as manifestações anteriores da *sociedade civil* ainda não se apresentavam como *empoderadas e autolimitadas* no sentido apresentado a seguir neste livro. Movimentos relacionados à defesa de causas específicas, incluindo Movimento Tortura Nunca Mais, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Movimento Negro, Movimento Feminista, Movimento Gay, Lésbicas e Simpatizantes (GLS), Movimento Indígena, Movimento Ambientalista Brasileiro entre outros apresentam um caráter *autolimitado* e de *empoderamento*, mas, desde a abertura política, suas ações foram construídas dentro de um processo limitado de diferenciação, pois houve uma grande penetração dos instrumentos de controle do Estado e do mercado na lógica interna de atuação destes movimentos sociais. Apesar disso, as articulações impulsionaram conquistas institucionais e culturais. A este respeito, o presente livro apresenta dois capítulos específicos sobre estas transformações da cultura política brasileira, respectivamente, os capítulos denominados de *Aprendizado político* e *Democratização cultural*.

No caso específico das *Manifestações de junho de 2013 no Brasil* as ruas falaram para expressar a vontade de poder de seus cidadãos. Elas não falaram como outrora para anunciar seus representantes e aspirantes ao poder. Não se trata de um movimento da *sociedade civil* com a pretensão de assumir o lugar de um macrossujeito superdimensionado, dotado de características filosófico-históricas deterministas, *destinado a controlar a sociedade em seu todo* (HABERMAS, 1997, v. 2, p. 103-104).

Trata-se de um movimento empoderado com autolimitação, duas expressões aparentemente antagônicas, mas que expressam as características do fenômeno político da comunicação entre três esferas da vida moderna: a *sociedade civil*, o mercado e o Estado. No caso das manifestações estudadas aqui, a sociedade civil brasileira apresenta-se empoderada e autolimitada com relação às ações do mercado e do Estado.

Nesse sentido, não há lugar para pontos de vista que apenas admitem as manifestações como expressões catárticas ou fenômenos episódicos de demonstração da individualidade egocêntrica aduzidos à indignação e ao oportunismo da aparição. O fato de haver uma correspondência direta entre as manifestações e a cobertura jornalística internacional da Copa das

Confederações da FIFA no Brasil, assim como o que ocorreu também na realização da Rio+20⁸ (um ano atrás) e a denúncia do seu fracasso evidencia outra dimensão da democracia brasileira a ser analisado mais adiante neste livro, a dimensão da *política linguística*, uma dimensão que está por detrás destes dois fenômenos políticos, e de tantos outros ligados à face estética de ação comunicativa dos atores sociais da *sociedade civil* no Brasil (e no mundo). Todos os dois eventos trouxeram milhares de pessoas às ruas, tornando a cena política uma oportunidade para a tematização dos problemas públicos, uma estratégia inteligente (para o entendimento, e não da simples expectativa de êxito) para chamar a atenção da mídia internacional e dos governos dos países envolvidos, no sentido de cobrar soluções.

Segue a análise das características da esfera pública e da sociedade civil, apresentada de forma didática para facilitar a compreensão da sequência dos conceitos que evocam as especificidades dos termos *empoderamento*, *autolimitação* e de outros considerados aqui indispensáveis à explicação das concepções e experiências de democracia no Brasil.

⁸ Denominação oficial da III Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 para avaliação dos acordos firmados pela II Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Eco92, em 1992, conferência que se tornou emblemática para a discussão dos problemas ambientais globais devido ao grande número de participantes oficiais e não oficiais (Organizações Não Governamentais), estes últimos responsáveis pela organização do evento paralelo e pioneiro no contexto do ambientalismo político, denominado de Cúpula dos Povos. A I Conferência das Nações Unidas a discutir a questão ambiental ocorreu na Suécia, em Estocolmo, entre os dias 5 e 16 de junho de 1972, com a delegação diplomática brasileira protagonizando uma posição antiecológica.

CAPÍTULO 2

ESFERA PÚBLICA E SOCIEDADE CIVIL

Para se entender o significado político das *Manifestações de junho de 2013* e de outras tantas experiências de democracia no Brasil, um importante aspecto teórico a ser considerado passa pela delimitação dos conceitos de *esfera pública* e de *sociedade civil*. De acordo com Jürgen Habermas (1997), a *esfera pública* (ou espaço público) é um fenômeno social elementar tal como a ação, o ator ou a coletividade. A característica distintiva da esfera pública é a de uma rede de comunicação e de tomada de decisões. Nela são elaborados discursos para a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana. A estrutura da esfera pública é aberta e permeável ao anonimato, à diversidade e à inovação (HABERMAS, 1997, v. 2, p. 92).

A esfera pública constitui principalmente uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento (HABERMAS, 1997, v. 2, p. 92). Dentro desta *estrutura comunicacional* disputa-se influência. A esfera pública somente existe a partir de discursos que pretendem ter influência. Nesse sentido, *influência* é uma forma simbolicamente generalizada de comunicação que regula interações através da convicção ou da persuasão (HABERMAS, 1997, v. 2, p. 95). Pessoas ou instituições podem gozar de reputação para exercer influência, mas a influência é apenas uma possibilidade de convencimento sempre sujeita a testes de convicção. Dentro do espírito de vitalidade da *esfera pública*, não apenas se disputa influência discursiva comum, mas influência discursiva especializada. Isso nos permite diferenciar a *orientação leiga* da *orientação especializada* que

existe na *esfera pública*. A primeira caracteriza-se por certa indiferenciação comum que sofre a influência da orientação especializada de diferentes ordens: pessoas e grupos de prestígio político (partidos e governo); grupos econômicos que exercem poderosos *lobbies* no parlamento; grupos publicitários que alimentam a propaganda publicitária; autoridades de membros da igreja; literatos, artistas, lideranças de movimentos sociais, astros do esporte e cientistas cujas notoriedade e reputação os deslocam para foros, palcos, arenas e reuniões que lhes permitem influir nas tomadas de decisões políticas. Suas opiniões visam o convencimento do público geral, mas quando lançadas pelo uso não declarado do dinheiro ou manipuladas, a *orientação leiga* que lhe serve de suporte pode vir a divergir. Conforme Habermas:

O fato de o público ser composto de leigos e de a comunicação pública se dar numa linguagem compreensível a todos não significa necessariamente um obscurecimento das questões essenciais ou das razões que levam a uma decisão. Porém a tecnocracia pode tomar isso como pretexto para enfraquecer a autonomia da esfera pública, uma vez que as iniciativas da sociedade civil não conseguem fornecer um saber especializado suficiente para regular as questões discutidas publicamente, nem traduções adequadas. (HABERMAS, 1997, v. 2, p. 106).

Além disso, as orientações especializadas podem manipular, porém elas não podem ser compradas publicamente. Em outras palavras, *a esfera pública não pode ser produzida a bel-prazer* (HABERMANS, 1997, v. 2, p. 97).

O deslocamento da *esfera pública* do contexto de interação simples é apenas um deslocamento aparente, uma vez que é no contexto desta interação que se valida a influência discursiva dos atores que pretendem interferir nas decisões políticas. A *estrutura comunicacional da esfera pública* é por natureza aberta e dinâmica devido às pessoas privadas que buscam interpretações públicas para suas experiências e interesses sociais. Elas assim o fazendo colocam em xeque o lado da *esfera pública* dominada pelos meios de comunicação de massa, pelas grandes agências produtoras de opinião e do mercado de publicidade, da propaganda dos partidos e do governo.

Por sua vez, o conceito de *sociedade civil* é um conceito muito esclarecedor para se entender esta distinção de interesses presentes na dinâmica comunicacional da *esfera pública*. No sentido atual,⁹ a *sociedade civil* é composta por movimentos sociais e associações livres capazes de transmitir

⁹ Em outro contexto histórico, sociedade civil era a sociedade burguesa, captada por Hegel e Marx como sistema de necessidades e do trabalho. Para Marx, em especial, a sociedade civil constitui o cenário de toda a história, o espaço estrutural da sociedade, mais importante do que o Estado (HABERMAS, 1997, v. 2, p. 99; BOBBIO, 1989, p. 55).

os problemas da sociedade para a *esfera pública*. No nosso entendimento, existem três conceitos que se complementam e que nos permitem captar melhor a importância desta categoria de análise sociológica.¹⁰ São eles:

- 1) O conceito de Gramsci: *sociedade civil* enquanto um espaço simbólico de disputas sobre a geração de consenso em torno de valores e símbolos culturais de pertença e reconhecimento (apud BOBBIO, 1989, p. 43-72).
- 2) O conceito de Alain Touraine e Alberto Melucci: cada um a sua maneira, eles entendem a *sociedade civil* enquanto um campo dinâmico não apenas de disputas simbólicas, mas de inovação, projetos e criação de identidades coletivas.¹¹
- 3) O conceito de Jürgen Habermas, Cohen e Arato: estes autores chamam a atenção para o caráter de mediação e deliberação da *esfera pública* e o papel da *sociedade civil* neste processo.¹²

O conceito de Gramsci nos permite entender a dimensão cultural e simbólica da *sociedade civil*. Gramsci conceituou *sociedade civil* basicamente como um campo de formação de valores, normas de ação, significados e identidades coletivas. O conceito gramsciano é o de um lugar de contestação social, de modo algum neutro. Este é o ponto principal de sua contribuição, pois Gramsci entendia que na *sociedade civil* as associações e suas redes formam um campo de luta e uma arena em que se forjam alianças e modos de pensar a sociedade. Diferentemente de Marx, Gramsci entendia a *sociedade civil* como um momento da superestrutura, e não da base de produção material da sociedade, a estrutura. O campo de disputa da *sociedade civil* não encerra apenas discussões de natureza econômica. Este campo representa o palco de embates em torno de valores culturais (BOBBIO, 1989, p. 54-59).¹³

A *sociedade civil* é formada por visões antagônicas em luta contínua, seja para manter a hegemonia cultural, seja para afirmar a contra-hegemonia de atores coletivos subalternos. Note-se, portanto, a face pedagógica do marxismo deste intelectual: mais do que uma questão de luta contra os valores da burguesia, Gramsci percebeu contra-hegemonia como um trabalho intelectual de convencimento.

¹⁰ Para um aprofundamento no conceito de esfera pública e sociedade civil, consultar: Cohen e Arato (1992); Cohen (2003).

¹¹ Cf. Touraine (1996, p. 167-180); Melucci (2001, p. 21-69).

¹² Cf. Cohen (2003, p. 4-7); Cohen; Arato (1992, p. 345); Habermas (1997, v. 2, p. 57-121).

¹³ Norberto Bobbio sustenta esta posição muito controversa entre críticos marxistas, mas, literalmente, para Bobbio, o argumento de Gramsci dos *Cadernos do Cárcere* não deixa dúvidas: “[...] não é a estrutura econômica que determina diretamente a ação política, mas sim a interpretação que se tem dela e das chamadas leis que governam o seu movimento” (BOBBIO, 1989, p. 59).

As disputas entre movimentos dos trabalhadores e empresas envolvendo questões salariais, por exemplo, podem ser estudadas a partir do enfoque gramsciano. As greves dos trabalhadores da metalurgia no Brasil (região do ABC) são exemplos emblemáticos da afirmação de uma contra-hegemonia sobre o regime militar na década de 1970, principalmente porque elas conseguiram canalizar os interesses da classe trabalhadora em torno de três eixos importantes que vieram a significar, a partir dali, uma clivagem histórica para se pensar a sociedade de classes com maior clareza:

- 1) O eixo dos interesses de classe dos trabalhadores e de seus direitos civis e políticos perante a ideologia hegemônica do capitalismo defendida pelos militares e pela imprensa;¹⁴
- 2) O eixo da criação do Partido dos Trabalhadores (PT), com o fim de lograr a representatividade políticas de suas lideranças;
- 3) O eixo da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), sob a liderança simbólica e carismática de Luiz Inácio Lula da Silva.

A contribuição teórica de Gramsci nos permite perceber também que muitos conflitos sociais são estabelecidos *por sobre* os valores (no sentido da ultrapassagem), e não simplesmente *contra* os valores hegemônicos¹⁵ (COHEN, 2003, p. 4). Nesse sentido, as mudanças decorrentes da adoção de estilos de vida recebidos a partir de trocas culturais impactam da mesma forma a maneira de se conceber a sociedade. Por exemplo, o impacto da cultura budista e vegetariana sobre setores mais intelectualizados da sociedade vem a ser marcante na fase de criação do movimento ambientalista brasileiro já no final da década de 1970, principalmente entre militantes da esquerda brasileira que, no passado, haviam tido experiências frustrantes na guerrilha durante o regime militar (VIOLA, 1987, p. 107-108).

Mas a *sociedade civil* não é apenas entendida como um campo contestador e de tematização de conflitos, mas também dinâmico e criativo. Alain Touraine (1989; 1996) e Alberto Melucci (2001) estudaram a *sociedade civil* como autonomia cívica institucionalizada responsável pela criação de novos valores, projetos e identidades coletivas. O foco aqui recai sobre os *novos movimentos sociais*, novos porque trazem novas reivindicações para a arena política. Diferentemente das demandas tradicionais dos velhos movimentos sociais preocupados com ganhos materiais e vantagens econômicas típicas das lutas operárias, os *novos movimentos sociais* protagonizam a luta pelo reconhecimento de valores intangíveis elaborados pelos movimentos femi-

¹⁴ E que, na sequência histórica, não deixa de ser tensa e contestada pela justiça trabalhista de tendência fortemente em favor da classe empresarial.

¹⁵ A *ultrapassagem dos valores* é um tema específico das *novas utopias*, estudado no Capítulo 7 deste livro.

nista, ecológico, de gênero, indígena, etc. Esta forma de entender a *sociedade civil* destaca o aspecto das lutas pela democratização da sociedade. Cada um a sua maneira, estes estudiosos alargaram a dimensão de observação da *sociedade civil*, percebendo-a não simplesmente como um objeto empírico, mas essencialmente analítico. Segundo Maria da Glória Gohn (1997, p. 155):

Melucci se preocupa com o nível ideacional e com o conjunto de representações que um movimento cria ao longo de sua existência. O movimento como uma organização poderá ter decrescido ao até mesmo desaparecido, mas existirá na sociedade por meio das representações que criou e que passam a mediar ou servir de parâmetro para as relações sociais cotidianas.

Dessa forma, um novo movimento social não está restrito a uma ação de protesto que ocorre de quando em quando numa sociedade. A dimensão analítica requer pensar a transformação que o novo movimento social traz para a sociedade como um todo. Por isso, um novo movimento social não traduz apenas uma crise social empiricamente observável. Mais do que isso, ele põe a nu o conflito subjacente entre valores em disputa por prestígio e poder.

Nas concepções de Touraine e de Melucci, a sociedade civil encarna o palco da mudança histórica. Enquanto em Gramsci, ela significa emblematicamente um campo de lutas inerente à lógica dialética da história, tanto em Touraine como em Melucci o acento está na análise dos novos propósitos. O que conta é a demarcação de uma nova identidade emergente dos atores sociais e/ou a agenda que eles são capazes de simbolizar. O traço distintivo da análise microsociológica destes sociólogos que marcaram a década de 1980 é distintivamente a ênfase que deram ao caráter virtuoso da ação. Por isso, Touraine insistia no papel da intervenção sociológica tanto quanto Gramsci havia insistido no papel pedagógico dos intelectuais. A América Latina sempre foi um campo de estudo e de intervenção de Touraine, porque os variados movimentos políticos e civis de esquerda que emergiram no Brasil em resistência ao Regime Militar e que depois se beneficiaram da abertura política criaram uma agenda propositiva de valorização da participação política e de legitimação de identidades culturais. Elenco aqui quatro exemplos que tiveram o propósito de modificar radicalmente a cena política brasileira a partir de 1985 (principalmente em função da abertura política) em diante:

- 1) O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), responsável pela luta contra a opressão dos trabalhadores do campo, mas também por difundir a ideia da valorização da identidade das famílias da *agricultura*

- familiar*¹⁶ (produtiva e beneficiária das políticas de valorização da produção de alimentos), com vários projetos de apoio da parte do governo federal de Lula e Dilma Rousseff;
- 2) O movimento indígena que se articula em torno da criação, demarcação e valorização das reservas indígenas, mas também da identidade dos *povos indígenas*,¹⁷ a qual tem o propósito explícito de quebrar com a tese assimilacionista criada pelos militares para integrar os indígenas à cultura nacional;
 - 3) O movimento ambientalista brasileiro, o qual se difunde de maneira multissetorial, com várias bandeiras ideológicas incorporadas por diferentes partidos políticos, mas que promove uma cultura da identidade ambientalista sem retorno na cultura política brasileira desde a Eco92;
 - 4) O movimento negro que vem promovendo a identificação com os valores da descendência africana, dos territórios de ex-escravos (quilombos), das políticas de ação afirmativa e de uma cultura política de tematização e judicialização de preconceitos arraigados.

Em terceiro lugar, Jürgen Habermas critica a pretensão definidora da *sociedade civil* como restrita ao acento liberal presente nos pressupostos não declarados da escolha individual e da livre associação.¹⁸ Ele e seus seguidores, principalmente Cohen e Arato (1992), percebem-na muito mais pelo seu potencial crítico e de exercer influência na sociedade política. A interação comunicativa e a autonomia dos públicos civis são os dois aspectos mais característicos a serem preservados da natureza da *sociedade civil* contra a instrumentalização do dinheiro e da política (COHEN, 2003, p. 5; HABERMAS, 1995, p. 42-43). Conforme Cohen:

Entendendo a interação comunicativa como o grande mecanismo coordenador da sociedade civil, em vez do dinheiro ou do poder, e

¹⁶ As famílias de agricultores são responsáveis por mais de 70% da produção dos alimentos produzidos no Brasil (segundo o Censo Agropecuário de 2006, representam 74,4%). A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, define como agricultura familiar não apenas o empreendimento de cultivo predominantemente realizado por pequenas famílias de agricultores em núcleos de terra que não excedam quatro módulos fiscais, tendo como mão de obra o núcleo familiar, em contraste com a agricultura patronal que emprega mão de obra contratada, fixa ou temporária, em propriedades médias e grandes, mas veio a abranger também as atividades de silvicultores, aquicultores e pescadores, o que fez ampliar e valorizar estas atividades. Conferir análise mais detalhada sobre estas mudanças no Capítulo 6 deste livro.

¹⁷ Existem 241 povos indígenas identificados no território brasileiro, falantes de mais de 150 línguas! Para um aprofundamento nesta discussão, consultar o endereço eletrônico Povos indígenas no Brasil, disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-Atual/quem-sao/povos-indigenas>>.

¹⁸ A crítica está relacionada a um conjunto de perspectivas teóricas da sociologia dos novos movimentos sociais. Para um estudo abrangente sobre isso, consultar Gohn (1997).

interpretando a autonomia de comunicação – a liberdade dos atores na sociedade para organizar, criticar e reafirmar normas, valores, identidades e significados por meio da interação comunicativa – como traço característico da sociedade civil, procuramos enfatizar o potencial crítico desta última no que se refere às normas e projetos, sua capacidade de exercer influência na sociedade política e a importância de proteger a sociedade civil contra a “colonização” pelo dinheiro ou pelo poder [...] nosso conceito distingue-se da visão liberal da sociedade civil, já que esta concebe a escolha individual e a associação voluntária, e não a interação comunicativa e os públicos civis autônomos, como a característica definidora da sociedade civil. É certo que nossa explicação inclui a associação voluntária, mas a propõe como um parâmetro entre outros. A teoria liberal, ao contrário, esconde o problema da colonização, com o que a instrumentalização do dinheiro e da política subjugam a natureza da sociedade civil. Além disso, o papel democratizante dos atores civis fica obscurecido: um papel para o qual a esfera pública da sociedade civil, difícil de conceber como associação voluntária ou compreensível como “escolha” individual, é decisiva. O que importa neste caso é a interação comunicativa dos atores civis, e não a pulverização de escolhas particulares. (COHEN, 2003, p. 5, grifo do autor).

Trata-se de uma abordagem que valoriza a dimensão deliberativa da *esfera pública*. Enquanto outras teorias democráticas valorizam a dimensão institucional, vale dizer, as instâncias de representação política (executivo, parlamento e judiciário), a dimensão deliberativa desloca a questão da decisão democrática para os canais de influência entre *sociedade civil* e sociedade política.¹⁹ A linha de argumentação aqui é a de que os atores das instituições políticas e da economia capitalista de mercado estão sujeitos às restrições do poder e do dinheiro, em outras palavras, com a administração e controle do poder do Estado e a produção econômica. *Por este motivo, não têm condições de subordinar critérios instrumentais e estratégicos aos padrões de integração normativa e social ou à comunicação irrestrita que caracteriza a sociedade civil* (COHEN, 2003, p. 5). Para ficar mais claro, Cohen sublinha:

Assim, apesar de nos referirmos à sociedade política ou à sociedade econômica como mediadoras entre a sociedade civil e o Estado ou a economia, respectivamente, e embora delas façam parte diferentes grupos – partidos políticos, parlamentos, sindicatos, estruturas de barganha coletiva e codeterminação –, ambas se norteiam por imperativos distintos dos que comandam as instituições da

¹⁹ Cf. Cohen (2003, p. 5); Cohen; Arato (1992, p. 492-593); Habermas (1997, v. 2, p. 57-121).

sociedade civil. Os setores decisórios no âmbito do Estado sofrem restrições formais e temporais (devem suspender as discussões em algum ponto e tomar uma decisão); na empresa privada, as decisões econômicas não podem se furta aos imperativos do lucro e da produtividade [...]. Já na sociedade civil, os atores não visam à conquista do poder do Estado ou à organização da produção; em vez disso, tentam exercer influência pela participação em associações e movimentos democráticos e por meio da mídia pública. Isso obviamente supõe que as instituições e organizações da sociedade política e econômica são receptivas à influência da sociedade civil, que estabelecem sensores no interior do Estado e da economia para viabilizar tal coisa. Por sensores, refiro-me aos espaços públicos institucionalizados dentro do Estado e das corporações, acessíveis à influência dos atores relevantes: o conjunto de cidadãos, no primeiro caso, operários ou empregados e, mais indiretamente, os consumidores, no segundo. (COHEN, 2003, p. 5).

Nesse sentido, é importante considerar *esfera pública* como *esfera pública não estatal*, a fim de que não se confunda a *esfera pública* como um campo exclusivo de ação do Estado, quando das diversas ações de governo com o propósito de legitimar a participação, a negociação e a interlocução com os diversos setores da *sociedade civil* organizada, inclusive com a participação do mercado. Este processo trouxe novas denominações para a própria *sociedade civil*, principalmente Organização Não Governamental (ONG) e Terceiro Setor. O processo de transformação de movimentos sociais em ONG's é avaliado criticamente por Alexandre (2000a; 2000b), Gohn (2010) e Souza e Lüchmann (2010) que percebem a interferência do mercado e do governo na forma de atuação dos seus atores sociais, os quais passam a pautar as suas ações através de processos comuns à lógica do mercado, com agendas, prazos, objetivos e metas. De Organizações Não Governamentais estas passam a agir como Organizações *Neogovernamentais*.²⁰

A seguir, um quadro comparativo de análise destas três abordagens da *sociedade civil*:

²⁰ Para uma avaliação deste processo, consultar Cattani (2003).

Quadro 2.1 – Três abordagens da sociedade civil

Sociedade civil	Gramsci	Touraine /Melucci	Habermas, Cohen e Arato
Concepção teórica	Espaço social de conflito em que valores e alianças são forjadas	Espaço social em que movimentos sociais lutam por reconhecimento de novos projetos e afirmam suas identidades	Conjunto de movimentos, organizações e associações que captam os problemas sociais e os transmitem para a esfera pública
Aspecto central	Campo simbólico de geração de consenso em torno de valores	Campo dinâmico de ação em que se procura protagonizar as transformações dos valores da sociedade	Espaço social de negociação e mediação dos conflitos sociais
Palavra-chave	Conflito	Ação coletiva	Interação comunicativa e autonomia dos públicos civis

Fonte: Elaborado pelo autor.

Trata-se de uma síntese das distintas contribuições. Observando-o comparativamente, ele nos permite entender melhor a *sociedade civil*. As características mais importantes de cada contribuição aparecem em negrito para que se possa enxergar diferenças e semelhanças. O quadro é didático, o que permite ao leitor experimentar o seu olhar analítico.

Por fim, cabe insistir que a *esfera pública* e a *sociedade civil* somente podem ser concebidas enquanto espaços de ação política e de autonomia dos públicos livres. Dois modelos de análise nos auxiliam a perceber melhor esta concepção, a saber:

- 1) O *modelo tripartite*; e
- 2) O *modelo de democracia deliberativa*.

O *modelo tripartite* distingue tanto a *esfera pública* quanto a *sociedade civil* do mercado e do Estado. A emergência do Estado moderno territorialmente soberano (desde a Paz de Vestfália, de 1648) fortalece a ideia desta separação. Em termos de delimitação, o Estado ancora-se no constitucionalismo e no governo representativo de forma responsiva e responsabilizável para formar a base da sociedade política com partidos, ao

lado de uma sociedade jurídica (com juristas e tribunais autônomos). Tanto na *esfera pública* quanto na *sociedade civil* há interação social baseada em parâmetros relacionados à *pluralidade*, à *publicidade* e à *privacidade*, graças a processos autônomos de constituição e mobilização que se institucionalizaram e generalizaram-se mediante leis e direitos subjetivos. Por *pluralidade* entenda-se a existência de associações voluntárias com interações face a face com a sociedade política. Já *publicidade* refere-se ao caráter público de reuniões de interesse cívico, realizadas em espaços públicos, como cafés, clubes, parques, bibliotecas, destinadas à articulação de interesses comuns, com interlocução da imprensa (hoje as interlocuções entre os ativistas dão-se com mídia própria, entre outras razões devido ao caráter muito mais comprometido e de dependência dos interesses do mercado da mídia de massa). Por fim, *privacidade* diz respeito às garantias legais de autonomia dos cidadãos, com leis de proteção como o *habeas corpus* e o direito ao processo judicial, direito à privacidade do lar e do matrimônio, à liberdade de consciência e às liberdades de mercado. Assim, o constitucionalismo do Estado implicou a autolimitação da sociedade política perante a *sociedade civil* e a *esfera pública*, protegendo esta última de desaparecer, sufocada pela *superpolitização* (COHEN, 2003, p. 3-4).

É da natureza da *esfera pública* e da *sociedade civil* a vinculação ao Estado com base territorial soberana, embora as redes sociais de comunicação e os inúmeros fóruns internacionais de participação política tenham hoje estendido a autonomia e o *empoderamento* de ambas em termos globais. Assim, fala-se em *esfera pública global* e *sociedade civil global*. Este fenômeno expansivo ocorre em paralelo e em reação à expansão de instituições supranacionais dedicadas à regulação das ações internacionais dos governos dos países ricos e mais influentes, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a União Europeia e o Banco Mundial. Estas ações interferem diretamente na realidade interna dos países, sem prestar contas aos seus cidadãos. Em reação, a cidadania deixa de ser vista como cidadania nacional e passa a ser vista como cidadania global. Em referência aos direitos humanos e aos direitos ambientais, a noção globalizada de cidadania estabelece novos princípios de conduta para estados nacionais, alterando o paradigma das Ciências Sociais fundado na soberania territorial destes estados nacionais (VIEIRA, 2001, p. 255-273).

A seguir, a Figura 2.1 retrata o modelo tripartite. Note-se que as esferas representativas do Estado, do mercado e da sociedade civil aparecem isoladas e autônomas entre si e da centralidade da esfera pública. Representa-

se assim um modelo didático. As interconexões, das quais se fez menção nos parágrafos acima, existem de fato entre as esferas, e ocorrem e representam as formas de relações de poder, os conflitos, as parcerias, os desafios, os projetos inovadores, os laços de pertença, os símbolos culturais e as interações comunicativas. No modelo tripartite, a esfera pública reúne todas estas possibilidades. Por isso, ela não nos permite visualizar a colonização do mercado (através da influência do dinheiro) e do Estado (através da influência do poder) perante a esfera da sociedade civil e da própria esfera pública.

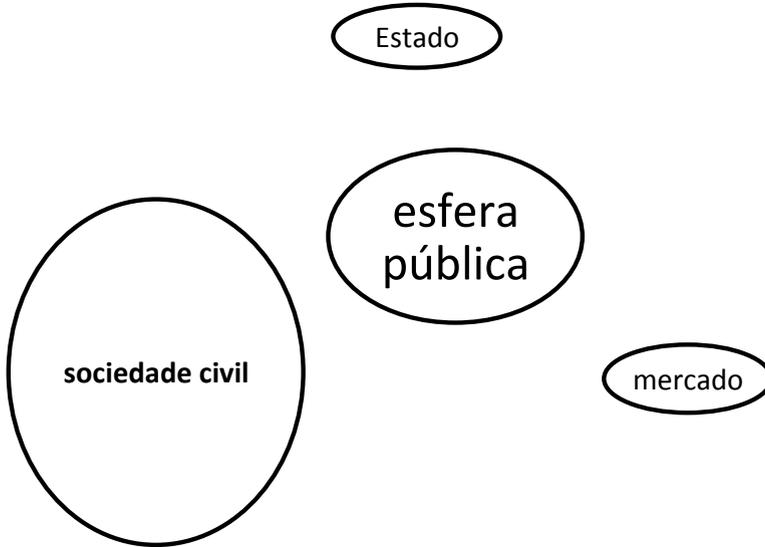
Figura 2.1 – Modelo tripartite



Fonte: Elaborada pelo autor.

O *modelo de democracia deliberativa* privilegia a interação comunicativa, conforme descrito acima em consonância com as abordagens de Cohen (2003), Cohen e Arato (1992) e Habermas (1997). A partir deste modelo, pode-se conceber também o *empoderamento* e a *autolimitação* da *sociedade civil*. No sentido defendido por Habermas, a *sociedade civil* é autolimitada em relação ao seu poder de interferência nas decisões políticas. Conforme a Figura 2.2, o *modelo deliberativo* seria assim:

Figura 2.2 – Modelo deliberativo



Fonte: Elaborada pelo autor.

Note-se a distinção do círculo de representação da *sociedade civil*. Ele aparece maior do que os círculos do Estado e do mercado a fim de designar o *empoderamento* e a *autolimitação* da *sociedade civil*. Trata-se de uma distinção referida ao potencial da interação comunicativa. Percebe-se que é a única grandeza de legitimação da soberania popular como procedimento democrático. Ela, *sociedade civil*, não dispõe dos meios como poder legal (Estado) e do dinheiro (mercado) para fazer valer a sua vontade. Ela é *empoderada* exatamente porque é *autolimitada* no sentido de que ela não se vale de poder legal coercitivo e nem de dinheiro, e porque o Estado e o mercado não têm como extrair a sua força a não ser a partir de processos de legitimação da racionalidade comunicativa extraídos da *autolimitação da sociedade civil*. Trata-se de um *empoderamento* intransparente e de uma *autolimitação* influente que necessitam de se tornarem convincentes no processo do agir comunicativo (HABERMAS, 1997, v. 2, p. 103-104).

Democracia deliberativa refere-se à racionalidade procedimental com teor moral extraído da comunicação na esfera pública. O teor moral da racionalidade procedimental refere-se à ética formal, e não à simples pretensão de legitimidade das éticas substantivas, principalmente a ética utilitarista.²¹

²¹ A ética utilitarista postula o cálculo estratégico de alcance do bem-estar coletivo. Tomada pelos economistas, esta doutrina limita-se a garantir a ação individual hedonista para fins de políticas de bem-estar social. John Rawls utiliza-se de argumentos kantianos contra o cálculo estratégico

Para afirmar a ética formal, exige-se uma *sociedade civil* plenamente atenta aos processos de racionalização, a fim de evitar que discursos populistas se legitimem. Exige-se igualmente que a *sociedade civil* renuncie à pretensão de assumir o lugar de um macrossujeito superdimensionado, dotado de características filosófico-históricas deterministas, *destinado a controlar a sociedade em seu todo, agindo legitimamente em seu lugar* (HABERMAS, 1997, v. 2, p. 103-104).

Nesse sentido, pode-se falar em *empoderamento* da *sociedade civil* quando os movimentos democráticos percebem a natureza de *autolimitação* do seu lugar, renunciando às aspirações de uma sociedade auto-organizada em sua totalidade, aspirações estas que motivaram as revoluções marxistas e os governos populistas dos partidos nazifascistas e conservadores. O *empoderamento* da *sociedade civil* deriva da percepção por parte dos movimentos sociais democráticos desta sua *autolimitação*. As *Manifestações de junho de 2013 no Brasil* souberam afirmar estas duas características essenciais da *sociedade civil*. Em parte, isso é fruto de *aprendizado político*, tema de nosso capítulo seguinte.

utilitarista ao defender que direitos humanos universais da tradição moderna devem ser vistos como intransacionáveis. Governos democráticos que procuram estabelecer políticas macroeconômicas com base em pressupostos de legitimação de decisões coletivas – que são, na maioria das vezes, apenas majoritárias – trazem inúmeros prejuízos às minorias de seus países. Na verdade, é o que tem trazido historicamente problemas às democracias. Nesse sentido, políticas compensatórias de cunho econômico (bolsas) e políticas de reconhecimento cultural para minorias (políticas de cotas, etc.) figuram como exemplos de antiutilitarismo. A este respeito, consultar Rawls (1981, p 40-48).

CAPÍTULO 3

APRENDIZADO POLÍTICO

Com base na abordagem de Paulo Krischke (2001a; 2001b; 2003; 2004), a linha de argumentação deste capítulo destaca que as manifestações de rua ocorridas em junho (principalmente entre 17 e 20) de 2013 no Brasil podem ser interpretadas a partir da adoção do conceito de *aprendizado político* referido à Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas (1989; 1994). Este *mote* conduz à diferenciação com outros *movimentos sociais* importantes da história da redemocratização, desde 1979 quando se inicia a *Abertura Política*, com a suspensão do Ato Institucional nº 5, do governo de Ernesto Geisel. O conceito em si de *aprendizado político* nos permite explicar a dimensão normativa da democracia que desafia as pessoas a uma atitude reflexiva referente à adoção de valores, os quais não dizem respeito simplesmente à habituação aos procedimentos e comportamentos democráticos (KRISCHKE, 2001b, p. 201-202).

A teoria habermasiana que Paulo Krischke sustenta entende o *aprendizado político* como um processo de desenvolvimento moral/cognitivo da pessoa (desenvolvimento de visões de mundo, incluindo o desenvolvimento da subjetividade inerente às estruturas de personalidade e identidade que tendem a ser crescentemente complexas), o qual se dá em paralelo ao desenvolvimento normativo (jurídico/moral) de um povo. Com base nos estudos de Lawrence Kohlberg,²² a sofisticada teoria teleológica da modernidade de Habermas postula que a vida em democracia nos possibilita experimentar um descentramento de normas e valores que herdamos do passado, adotar uma atitude de autonomia com relações a autoridades e

²² Para uma explicação da tese deste psicólogo social, consultar Freitag (1997, principalmente Partes III e IV).

instituições, bem como romper com a subordinação da cultura de legitimação oligárquica de deferência ao clientelismo.²³

A ideia básica visa destacar que a vida democrática brasileira (década de 1980 em diante) é dinâmica, plural e expansiva. As manifestações de rua são parte deste processo, e elas representam uma mudança cultural intergeracional. Como qualquer outra história de democracia, trata-se de uma história de reflexividade. A passagem das pessoas de uma vida de ausência de participação política para outra de participação, a exemplo dos diferentes conselhos consultivos e deliberativos nas esferas públicas municipal, estadual e federal, tem provado ser uma experiência que expressa, de modo gradual, uma reorientação na cultura política brasileira. Desde os movimentos populares de bairro aos movimentos universitários de desobediência civil (de onde provêm os ativistas do *movimento passe livre*) é na participação política que os diferentes atores aprendem a distinguir seus próprios interesses particulares e setoriais, como também sua necessidade de se construir um espaço público expansivo para negociar suas diferenças (KRISCHE, 2001b, p. 201-222). A prática política democrática brasileira está presente no engajamento de setores de baixa renda e escolaridade em protestos, como relatou, em matéria de capa, o Jornal *O Globo*, durante as manifestações de junho:

ROCINHA E VIDIGAL VÃO AO LEBLON E VOLTAM EM PAZ. Mil manifestantes marcharam pacificamente da Rocinha e do Vidigal, pela Avenida Niemeyer, até a casa do governador Sérgio Cabral, no Leblon, enquanto no Centro outras mil pessoas debatiam em frente ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ o futuro dos protestos. (ROCINHA..., 2013).

Trata-se de reconhecer aí um *desenvolvimento cultural*²⁴ relacionado com a legitimação gradual e expansiva da prática democrática, em especial das políticas públicas participativas. A *ação comunicativa* de Habermas (1984; 1989) opera um *processo de aprendizagem da democracia*, mas isso deve ser entendido em termos pós-metafísicos²⁵ antes do que institucionais, embora as estruturas formais sejam também garantidoras da democracia. A continuidade da participação política tem garantidos a aceitação da legitimidade do conflito, a importância do diálogo para afirmar o direito à diferença e um pluralismo nas negociações públicas, muito mais do que simplesmente o dado

²³ Cf. Habermas (1984, p. 75-109; 1989, p. 143-233) e Kischke (2001a, p. 300-302).

²⁴ Há uma abordagem aprofundada deste conceito no Capítulo 6 deste livro.

²⁵ A ideia de que o lugar da moralidade está antes na política do que na moralidade. A esse respeito, consultar Habermas (2010). Sobre a democracia brasileira interpretada a partir destes mesmos fundamentos pós-metafísicos, consultar Avritzer (1996).

da liberdade de consciência. Os sujeitos pensantes aqui somente são sujeitos pensantes em consubstancialidade (e não mera identidade ou associação) com os sujeitos políticos. No entendimento de democracia de Habermas, não se trata apenas de reconhecer a dimensão cognitiva dos atores sociais. Eles estão em comunicação e agem dentro das possibilidades políticas que inventam enquanto agem politicamente. Nesta perspectiva, da energia utópica dos protestos de junho nos é permitido enxergar um substrato subjacente de uma cultura política estabelecida e amadurecida de afirmação da diversidade, cujos atores sociais a sustentam com entusiasmo. Não é à toa que a maior parte dos protestos apresentava um ar de espontaneidade, de alegria (sem desconsiderar a seriedade dos temas públicos) e de habituação à situação, o que permitiu a afirmação de identidades com brincadeiras e cartazes contra, por exemplo, o Projeto de Lei para curar a homossexualidade, apelidado de *Cura gay*. Segue imagem demonstrativa a este respeito.

Figura 3.1 – Manifestantes



Fonte: Disponível em: <<https://encryptedtbn2.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcS6Ac6tsPzJjE8GOo8KVdaqJBuXMgWhPUYV-hNwXjaGBZu-JP4OQg>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

Para muitos jovens era também a primeira vez que participavam de um movimento, mas o faziam com o espírito das divindades (entusiasmo vem da palavra grega *enthousiasmós*²⁶ que quer dizer *estar com os deuses*). Pensar a democracia em que a luta por igualdade não ofuscou a afirmação de grupos

²⁶ HOUAISS, 2009, p. 1170. Sobre entusiasmo, conferir entrevista de Eduardo Galeano, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mdY64TdrjKk>>. Acesso em: 26 maio 2011.

que pensam a diferença cultural como substrato ético da política significa uma demonstração de grande maturidade da sociedade civil brasileira.²⁷ O entusiasmo provém da autoestima. Ambas são palavras utilizadas aqui como categoria da análise sociológica aplicada aos estudos de reconhecimento cultural e da identidade de grupos sociais específicos: feministas, negros, *gays*, ecologistas, indígenas e diversos outros grupos de minorias étnicas e culturais. Esses grupos participaram ativamente das manifestações de junho para protestar e demandar a proteção de seus direitos. A autoestima e o entusiasmo derivam do reconhecimento identitário entre iguais (e perante diferentes em meio à multidão) e têm sido avaliados como um componente central e indispensável para a formulação de teorias da alteridade (ou teorias da diferença) cultural, em contraposição às teorias de justiça distributiva da igualdade (CASTELLS, 2013c, p. 158).

A partir de Aristóteles e Hegel, os teóricos contemporâneos do reconhecimento cultural entendem a política *como* (e não a partir de) uma eticidade ontológica garantidora dos vínculos de pertença social, símbolos culturais próprios e compartilhados. Por exemplo, o movimento negro e o movimento *gay* lutam por seus direitos porque detêm *esta* condição específica de negros e *gays* como um valor cultural e modo de vida, com símbolos e características distinguíveis e insubstituíveis, assim como as políticas de sustentabilidade defendidas pelos ambientalistas, no entender deles, não se confundem com maquiagem verde. Estas teorias combatem o desprendimento moral como substrato da vida moderna e anteveem *na* valorização das formas antropológicas primárias dos costumes *a* saída política antes que *na* crítica marxista da alienação.²⁸

Dentro de uma perspectiva aberta de questionamento da hermenêutica destes teóricos, Habermas percebe a autoestima e o entusiasmo associados à convivência em contextos histórico-sociais que permitem o reconhecimento das diferenças como resultado do afinamento com as normas democráticas do pluralismo, tolerância e resolução institucional dos conflitos.²⁹

Nesta mesma linha, é relevante também salientar que as manifestações de rua podem ser vistas como uma extensão das políticas públicas do governo brasileiro, tanto as de orientação para o reconhecimento da diferença quanto as de orientação para a distribuição de renda. No caso destas últimas, o cientista político André Singer (2013), em artigo publicado na revista *Época*, no calor das manifestações, entendeu assim o que ocorria:

²⁷ É claro que a sociedade civil não é o espaço de todas as virtualidades; ela é, sim, um espaço plural. Neste espaço circulam manifestantes de direita e de extrema direita com suas bandeiras, mas eles foram minoria nas manifestações de junho de 2013 no Brasil.

²⁸ Cf. Fraser (2007, p. 101-138); Honneth (2003, p. 29- 279); Taylor (1997, p. 169-187).

²⁹ Cf. Habermas (2002, p. 229-268); Kruschke (2001b, p. 201-222).

Minha hipótese é que as manifestações estão compostas de duas camadas sociais. Uma são os filhos de classe média tradicional, estabelecida assim há mais de uma geração, que possivelmente puxaram as manifestações. Elas ganharam essa adesão também do que chamo de novo proletariado. Não é uma nova classe média. São jovens que não pertencem a famílias de classe média, mas passaram a ter emprego por causa do lulismo. Mas têm empregos precários, com alta rotatividade, más condições de trabalho e baixa remuneração. Ao longo das manifestações, a participação do segundo grupo foi aumentando. Isso talvez explique por que, na segunda etapa, elas se expandiram pela Grande São Paulo, pelo Grande Rio e pelas cidades em torno das capitais. A segunda camada é muito mais extensa do que a primeira e mostra o potencial do movimento. (SINGER apud LIFSCHITZ, 2013).

Os filhos da tradicional classe média de que André Singer faz referência são, em geral, estudantes secundaristas e universitários. Os demais – novo proletariado – provêm também das políticas de reconhecimento cultural. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apontam um percentual crescente de candidatos às universidades de alunos provenientes de escolas públicas (já são 44,35% do total) devido à publicidade das ações afirmativas, como afirma o jornalista de política Elio Gaspari (2013):

É possível que a simples discussão das ações afirmativas tenha elevado a autoestima de jovens que não entravam no jogo porque achavam que universidade pública não era coisa para eles. Neste ano, 864.830 candidatos (44,35%) buscaram o amparo das cotas.

O envolvimento direto da juventude com a *cultura da sustentabilidade* funciona como outro fator que pode ser apontado para se explicar a contestação dos jovens brasileiros (KIRSCHKE, 2000b, p. 11-26). Por *cultura da sustentabilidade*, leia-se a cultura política de defesa do princípio de respeito a todas as formas de vida e que pensa o desenvolvimento econômico como equitativo para as gerações presentes, sendo igual e preferencialmente superior para as próximas gerações. Esta cultura opera uma mutação ao redor de quatro relacionamentos-chave, a saber:

- 1) com a natureza;
- 2) com a filosofia da história (ecocentrismo);
- 3) de uns com os outros [relações de convivialidade horizontais, cf. Illich (1973)]; e

- 4) com a autoridade e o Estado (democratização dos vários espaços da vida política) (BELL, 2000, p. 37-38).

Em primeiro lugar, entende-se *cultura da sustentabilidade* como cultura de aproximação do ser humano com a natureza, ou de reconhecimento cultural desta relação inescapável em termos de produção material. Para muitos estudiosos, no primeiro caso, trata-se de um entendimento baseado na ideia de superação cultural ou de aprimoramento cultural. Segundo Ronald Inglehart, por exemplo, este fenômeno está associado às melhorias dos padrões de vida nos países que passaram por experiências bem-sucedidas de políticas de bem-estar material e que, em função delas, foi possível fazer com que novas gerações se preocupassem com valores de vida não consumistas, o que Inglehart categoriza como valores pós-materiais. Trata-se de uma *revolução silenciosa*³⁰ que contamina o espírito de vida das pessoas, orientando-as para hábitos de vida simples, da valorização de ambientes bucólicos e de aproximação com outras culturas (INGLEHART, 1997, p. 14-48). No segundo caso, e com fundamento na clássica posição de Joan Martínez Alier, não se trata da valorização da ecologia dos ricos, mas da ecologia dos pobres. Esta posição é contestatória e encontra ressonância nos movimentos dos trabalhadores rurais, principalmente nos países da América Latina. Ela tem sido expressa como fundamento de defesa dos trabalhadores da agricultura familiar e das redes de economia solidária. Nas *Manifestações de junho de 2013 no Brasil*, por exemplo, as bandeiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Via Campesina, por exemplo, expressavam esta preocupação.³¹

Para o segundo relacionamento-chave em torno do conceito de *cultura da sustentabilidade*, o ser humano é visto não apenas como parte, mas também como interdependente da natureza. A visão aqui é a de ecocentrismo (em oposição ao antropocentrismo), baseia-se na noção de interdependência e está relacionada ao intercâmbio existencial. O entendimento de Leonardo Boff expressa bem esta nova filosofia da história:

Hoje sabemos pela nova cosmologia que todos os seres possuem não apenas massa e energia. São portadores também de informação, possuem história, se complexificam e criam ordens que comportam certo nível de subjetividade. É a base científica que justifica a ampliação da personalidade jurídica a todos os seres, especialmente aos vivos. Michel Serres, filósofo francês das ciências, afirmou com propriedade: "A Declaração dos Direitos do Homem teve o mérito de dizer 'todos os homens têm direitos' mas o defeito de pensar 'só os homens têm direitos'".

³⁰ Título do livro de Inglehart (1977).

³¹ Cf. Alier (1998, p. 29-44); Singer (2003, p. 116-125).

Custou muita luta o reconhecimento pleno dos direitos dos indígenas, dos afrodescendentes e das mulheres, como agora está exigindo muito esforço o reconhecimento dos direitos da natureza, dos ecossistemas e da Mãe Terra. Como inventamos a cidadania, o governo do Acre de Jorge Viana cunhou a expressão florestania, quer dizer, a forma de convivência na qual os direitos da floresta e de todos os que vivem dela e nela são afirmados e garantidos. (BOFF, 2013, p. 13, grifo do autor).

Por sua vez, o terceiro relacionamento-chave em torno do conceito de *cultura da sustentabilidade* diz respeito à aproximação de um com os outros (ao contrário do individualismo possessivo).³² Trata-se da valorização da cultura da solidariedade, da afetividade e da generosidade. Na visão de Ivan Illich, trata-se da cultura da convivialidade. Para este intelectual, a convivialidade é a cultura que nos permite ampliar e radicalizar a crítica às instituições de servidão da sociedade industrializada que cultua a produtividade, as grandes obras e o crescimento sem limites. Sua crítica é particularmente aguda com relação ao papel da escola, da saúde pública e dos transportes. A convivialidade é a forma de solidariedade arriscada que nos permite escapar do papel de seres humanos passivos. Com ela, Illich (1973, p. 43-47) nos oferece a possibilidade de experimentarmos a lucidez. A dimensão das práticas de vida de valorização do encontro e, por conseguinte, da reflexividade, tem tido um tratamento equivocado pela literatura sociológica, que, muitas vezes, a entende como inexpressiva, alienada, desviante ou simplesmente atípica dentro do padrão usual de categorização da modernidade: impessoal, individual, competitivo e materialista.³³ Ao contrário, esta dimensão explica o funcionamento das redes de comunicação virtual, baseadas em padrões de *compartilhamento e curtição*. O termo *curtição* deriva do verbo curtir, empregado na ferramenta do Facebook para expressar o apoio moral e sentimental às causas das pessoas individuais ou de grupos, em campanhas, demonstração de prestígio e causas de ajuda mútua. Por sua vez, o compartilhar do Facebook apresenta um efeito ainda maior, de devolução da amizade, do afeto e do gostar de um tema específico que se pretende democratizar culturalmente nas *redes sociais*. Este assunto será desenvolvido também no Capítulo 6, referente ao tema da *democratização cultural*.

Por último, a *cultura da sustentabilidade* está relacionada com a autoridade e o Estado, em termos de democratização da vida política. Um exemplo muito esclarecedor diz respeito ao fato da proclamação dos direitos da Mãe Terra,³⁴

³² Para uma crítica à tese do individualismo possessivo, consultar Macpherson (2007).

³³ Cf. Alves (2001, p. 85-97); Domingues (2001, p. 65-83); Leis, Scherer-Warren, Costa (2001, p. 9-11).

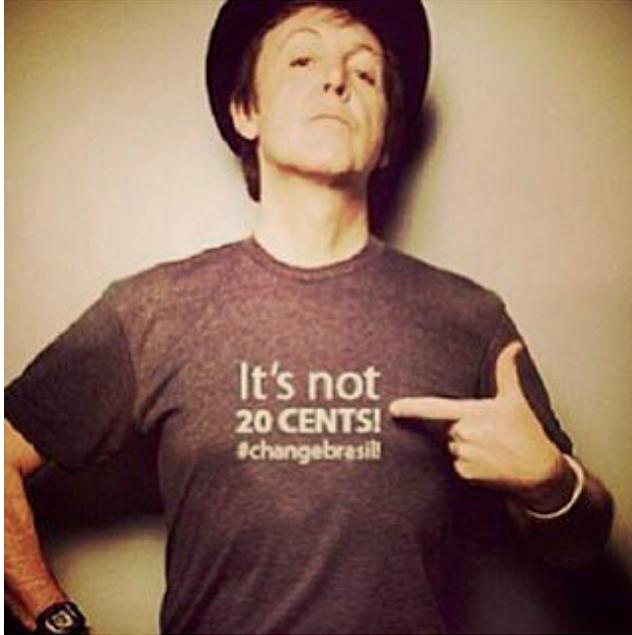
³⁴ A este respeito, consultar Boff (2013).

iniciativa do presidente Evo Morales, primeiro presidente indígena da Bolívia.³⁵ Trata-se de uma demonstração de cultura da sustentabilidade e ao mesmo tempo de democratização da vida política, aproximando a autoridade (no caso o seu governo) e o Estado do planeta Terra, a partir de então denominado de Mãe Terra (para efeito do agir comunicativo), assegurando-se com isso direitos prioritários, inalienáveis e anteriores aos seres humanos, pois, no entender de seus porta-vozes, os direitos humanos inexistem sem os direitos da Mãe Terra. Note-se de que se trata de uma sofisticada estratégia de resistência da comunicação contra os interesses de exploração dos recursos de povos minoritários. Como foi igualmente no caso da luta pelo reconhecimento das terras como sendo uma luta pela sobrevivência e pela identidade indígena. A ideia de proclamar os direitos da Mãe Terra não é à toa e vem da iniciativa do presidente Evo Morales, pois os povos indígenas veem a natureza como extensão de suas vidas. A terra é Mãe Terra para eles. Trata-se claramente de um exemplo de *aprendizado político*. Aqui a ação comunicativa deriva de um entendimento mútuo da comunicação, quer dizer, há uma racionalização dos processos comunicativos provenientes da *sociedade civil*, a qual opera dentro de uma forma de comunicação idêntica à utilizada pelo poder comunicativo do Estado: desde o ritual do processo legislativo ao ritual de proclamação pela Assembleia Nacional. No caso exemplificado, a ação do presidente Evo Morales não se confunde com a ação dos povos indígenas, mas ele faz uso da linguagem em benefício da *sociedade civil* de maioria indígena que defende. Trata-se de uma figuração de vontade da autoridade estatal em nome do povo. A linguagem franca é o direito, o qual funciona como o *médium* da comunicação entre Estado e *sociedade civil*.

Os jovens envolvidos com a *cultura da sustentabilidade* saíram às ruas para criticar as condições de vida nas cidades, e não apenas contra o aumento de preço das passagens (lembrando que o aumento das passagens de ônibus foi o estopim das manifestações), mas contra o transporte poluente, o uso alienado do automóvel. Eles demandam qualidade de vida: o que inclui, entre outras coisas, direito a uma educação libertária, renda digna, alimentação saudável, lazer e segurança. A crítica aos modais de transporte (reivindicação primeira do Movimento Passe Livre) refletiu-se em diversas outras críticas que se expandiram com o apoio internacional, inclusive de artistas famosos, com o lema: *It's not 20 cents! Change Brazil!* (Não são apenas por 20 centavos! Muda Brasil!) Logo se percebeu que o reclame era por muito mais. Segue imagem do músico dos Beatles, Paul McCartney, que é também ativista ambiental:

³⁵ Assumiu o poder em 22 de janeiro de 2006 como o primeiro mandatário boliviano a ser eleito presidente da República em primeiro turno em mais de trinta anos, e sendo reeleito em 6 de dezembro de 2009. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Evo_Morales>. Acesso em: 6 ago. 2015.

Figura 3.2 – Apoio de Paul McCartney



Fonte: Disponível em: <<http://boxixo.files.wordpress.com/2013/06/20cents-paul.jpg?w=640>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

A rebeldia dos jovens universitários que aparece nas manifestações de rua passa pelo engajamento em redes sociais de altíssima contestação dos padrões de vida da modernidade. Em geral, estes jovens de alta energia contestatória são estudantes de cursos universitários. O processo de construção da personalidade desses jovens confunde-se com o processo de *aprendizado político* da democracia brasileira. A capacidade de enfrentamento e grau de entusiasmo pela vida política não estão restritos ao ativismo das ruas: a rebeldia é um modo de vida, presente em encontros estudantis de questionamento dos referenciais científicos, culturais e artísticos. De fato, a produção artística e cultural é um grande diferencial das manifestações dos jovens da atualidade. Daí a ideia de se estender a compreensão de *agir comunicativo* à noção de *agir comunicativo dramaturgico-identitário*,³⁶ pois as ações dos manifestantes são espetáculos da vida, as quais não substituem os reclames propriamente específicos da classe urbana de trabalhadores, mas que se apresenta com configuração de uma identidade particular: de estilo de vida diferenciado, de ser de esquerda, anarquista, gostar da política como espaço de rebeldia e de

³⁶ Para um aprofundamento na discussão em torno deste conceito, consultar Krischke (2010) e Rafaelli (2010).

protesto, já que eles parecem esperar pouco das relações tradicionais de poder e de obediência às condições opressivas de trabalho que encontram.

Nesse sentido, entende-se que a dimensão mais importante é a dimensão do *empoderamento* dos atores sociais, desta dimensão de expressão da identidade de forma dramática. Isso é um divisor de águas em termos de comportamento político, pois desloca o agir estratégico da política para o agir comunicacional (da ação de sindicatos, inclusive de *novos movimentos sociais* com demandas estratégicas e partidos com o fim de buscar o poder, modelar a política a partir dos seus interesses). Tem lugar a política pautada na dimensão simbólica, da lógica de ação do Estado e do mercado de um lado, e, do outro, a sociedade civil, com contradiscursos, e o resultado é sempre a possibilidade de um *aprendizado político*. Antes, imperavam as ações estratégicas, com o fim de modelar de modo excludente e exclusivo a política, com os conteúdos filosófico-normativos predefinidos, tanto de esquerda quanto de direita.

A ideia de *democratização cultural*³⁷ segue também esta linha de reflexão, pois ela ilumina a inclusão de temas e atores antes excluídos da cena política. De diferentes formas, os jovens criam e produzem as suas próprias ações, registram-nas em imagens, produzem documentários de vídeos de promoção e de divulgação dos protestos via seus próprios canais na *web social*;³⁸ promovem encontros de discussão e campanhas de informação e de engajamento. De uma perspectiva patológica da psicologia, a rebeldia passou a ser estudada como uma categoria sociológica de estudo sobre a juventude, principalmente dentro de uma perspectiva anticapitalista.³⁹

Vários estudos apontam que a crescente transformação normativa da sociedade tem contribuído também para conferir legitimidade ao regime democrático. É importante sublinhar que o afinamento com as normas do regime democrático de respeito ao pluralismo, tolerância e resolução institucional dos conflitos requer a atividade de uma esfera pública crítica, autônoma e responsiva aos problemas que esta mesma esfera pública detecta. De tal modo que uma *concepção construtivista de cultura política pública* pode ser comprovada na história da América Latina da década de 1980 em diante, quando os movimentos sociais de rua experimentaram um *revival* da política de cunho eleitoral e participativo. Diferentemente

³⁷ O tema da *democratização cultural* é estudado no Capítulo 6 deste livro.

³⁸ Sistema de comunicação em rede da internet. A *web social* apoia-se num sistema mundial de comunicação, também referido como *www*. Armazena textos, vídeos, sons e figuras que são acessados por usuários, também chamados de internautas. Para um aprofundamento conceitual, consultar glossário deste livro. Adiante, no capítulo seguinte, a comunicação na *web social* também é estudada sob a perspectiva da *política linguística*.

³⁹ Cf. Liberato (2006, p. 1-270); Souza; Luchmann (2010, p. 1-17).

da forma plural, descentrada e autolimitada das *Manifestações de junho de 2013 no Brasil*, as manifestações e formas de participação política daquela época estavam concentradas em classes sociais organizadas compactamente, com reivindicações objetivas e específicas. Elas seguiram quatro momentos historicamente distintos, a saber:

- 1) Mobilizações políticas visando a criação de marcos normativos (eleições diretas, direitos políticos e sociais) e conduzidas por setores representativos da classe média educada, professores universitários, trabalhadores de serviços públicos e de estatais.
- 2) Associação com movimentos de trabalhadores explorados com apoio de religiosos (ligados à teologia da libertação, por exemplo).
- 3) Criação de agremiações partidárias e filiação a partidos políticos visando competir em pleitos municipais, estaduais e nacionais.
- 4) Experimentação de gestão pública descentralizada e participativa.⁴⁰

Estas demonstrações democráticas não são forjadas necessariamente segundo uma lógica rígida de precondições hierárquicas e lineares sem as quais não se poderia construir uma modalidade de participação política depois da outra. O *aprendizado político* da democracia é assinalado aqui como gradual, com uma lógica de aprimoramento perceptível. As quatro modalidades de mobilização e participação referidas acima são distintas das *Manifestações de junho de 2013 no Brasil* porque estas manifestações expressam um descentramento maior dos atores sociais, em termos de pluralidade, *empoderamento* e *autolimitação da sociedade civil* em termos de ação.

As manifestações de junho de 2013 conferem um significado diferente à democracia brasileira, pois elas não repetem nenhuma das quatro formas de ação citadas acima. A tese central deste livro distingue-as como manifestações de *empoderamento* devido ao perfil pluralista da sociedade brasileira, assim como também de *autolimitação da sociedade civil*, no sentido de uma *concepção construtivista de cultura política pública*.

Mais precisamente, se ancorada na tese de John Rawls (1992, p. 53-54), esta concepção nos permite explicar a dinâmica do *aprendizado político* da cultura brasileira. Uma dinâmica definida como reflexo da capacidade dos atores sociais interferirem, com suas ações, na constituição, exame e reexame de normas do sistema democrático. Nesse sentido, o entendimento da sociedade brasileira compreende a coexistência de diversos fundamentos dessa sociedade, tal qual é comum aos regimes democráticos pluralistas.

⁴⁰ Cf. Boff (1993, p. 16-48); Gohn (1997, p. 211-343); Houtzager; Acharya; Lavalle (2007, p. 5-9); Krischke (2001b, p. 208-219); Vieira (1997, p. 113-137; 2001, p. 141-215).

Como assinalado no Capítulo 2, não se pode confundir a interlocução da estrutura comunicacional da esfera pública da qual a sociedade civil se utiliza com as modalidades de participação descentralizadas em si. Sem dúvida, estas trazem inovação e maior dinamismo à democracia brasileira, mas elas devem ser avaliadas tão somente caso a caso, pois as mesmas podem ilidir a cultura política de uma sociedade civil autônoma, empoderada e autolimitada em termos de ação. É necessário reconhecer que a *estrutura comunicacional da esfera pública* é permeável às diversas formas de participação, inclusive de forma vinculante à cultura política democrática. Mas isso não corresponde necessariamente ao que se espera em termos deliberativos (HABERMAS, 1997, v. 2, p. 103-104).

Avaliar o processo de *empoderamento* e de *autolimitação da sociedade civil* requer, portanto, um exame muito cauteloso, pois a existência de uma grande representatividade da *sociedade civil* nas diversas instâncias de participação política, seja por demanda espontânea de participação, seja por demanda induzida (através de editais públicos que convocam setores específicos da sociedade civil para atuarem como coagentes da administração pública), traz a tendência de se associar rapidamente o dado quantitativo a uma melhora do sistema democrático, ainda mais devido ao fato de que as políticas públicas no Brasil passaram realmente a se caracterizarem por atender aos interesses de participação da sociedade civil. Estas políticas se multiplicaram desde 1988, e se aperfeiçoaram nos últimos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.⁴¹ Elas contemplam uma significativa participação de vários setores sociais com demandas diversas, legitimando também, direta e indiretamente, uma variada gama de conflitos de interesses contrapostos.

O aperfeiçoamento das formas de participação tem levado a literatura científica especializada a nomear de *instituições híbridas ou instituições participativas* as regulares junções interlocutórias entre representantes da sociedade civil e representantes de governo. São avaliações deste tipo:

A participação no Brasil democrático tem sido marcada por dois fenômenos importantes: a ampliação da presença da sociedade civil nas políticas públicas e o crescimento das chamadas instituições participativas. Do lado da sociedade civil, diversos atores pertencentes a esse campo político reivindicaram, desde o final do período autoritário,

⁴¹ Cf. Avritzer (2007, p. 443-464); Pogrebinski; Santos (2011, p. 259-305); Wampler; Avritzer (2004, p. 291-312). Somente para se ter uma ideia da participação descentralizada na forma de conselhos setoriais de políticas públicas, existem mais conselheiros do que vereadores no Brasil. Dados de 2004 somam mais de 180 mil pessoas na adesão à participação do orçamento participativo somente das prefeituras de Porto Alegre (RS), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG) e Recife (PE) (AVRITZER, 2007, p. 443).

uma maior presença em instituições encarregadas da deliberação sobre políticas públicas nas áreas de saúde, assistência social e políticas urbanas. (COELHO, 2004; CUNHA, 2004).

Tal reivindicação gerou uma série de formatos híbridos caracterizados pela presença de instituições com a participação da sociedade civil e de atores estatais nas áreas de assistência social, saúde, meio ambiente e políticas urbanas. (COELHO et al., 2006; ABERS; KECK, 2006).

Essa presença foi acentuada nos últimos governos, que legalizaram diversas formas de inserção de associações da sociedade civil nas políticas públicas. (AVRITZER, 2007, p. 443).

As instituições participativas das quais Avritzer faz referência legitimam a participação de atores sociais sem representatividade eletiva comum aos critérios de autoridade das instituições republicanas como o parlamento moderno. A participação de representantes da *sociedade civil* é identificada por afinidade de temas e de representação de interesses. Nesse sentido, entendo que a *autolimitação da sociedade civil* se perde e se enfraquece, embora o seu papel burocratizado possa lograr resultados pontuais almejados à *sociedade civil*.

O importante em relação a essa forma de representação é que ela tem sua origem em uma escolha entre atores da sociedade civil, decidida frequentemente no interior de associações. Estas exercem o papel de criar afinidades intermediárias, isso é, elas agregam solidariedades e interesses parciais. (WARREN, 2001).

Ao agregarem estes interesses, elas propiciam uma forma de representação por escolha que não é uma representação eleitoral de indivíduos ou pessoas. A diferença entre a representação por afinidade e a eleitoral é que a primeira se legitima em uma identidade ou solidariedade parcial exercida anteriormente. (AVRITZER, 2007, p. 447-448).

A simples existência de participação democrática não configura ganho de poder para a *sociedade civil*. No Brasil, existe a participação de dois tipos perante o Estado: consultiva e deliberativa. É importante observar que, não obstante o ganho do *aprendizado político*, a composição das formas de participação pode servir à manipulação pelos governos, quando a representatividade da *sociedade civil* nos conselhos de políticas públicas ocorre como mera forma de consulta. Os governos populistas utilizam-se assim de um ardid, qual seja declarar a existência do respeito à participação da *sociedade civil*, mas esta não dispõe de poder deliberativo efetivo. A tecnologia tem servido inclusive a este propósito,

oferecendo a dita participação pelo celular, pela internet, etc. Os conselhos que operam assim são reféns da vontade dos governantes, os quais dispõem de poder administrativo deliberante exclusivo. A tensão entre as duas dimensões da democracia – representativa e participativa – tem levado à judicialização da política e ao envolvimento de juízes e promotores na resolução de conflitos socioambientais (ALEXANDRE, 200b, p. 1-13).

A *concepção construtivista de cultura política pública* demarca a natureza social e prática da ação dos atores sociais em diferentes momentos de participação política. Com esse entendimento, Rawls identifica uma *interface consensual* entre valores políticos e inúmeros valores sociais que têm possibilitado uma *horizontalidade consultiva*⁴² entre as ações e manifestações públicas provenientes da *sociedade civil* e as instituições tradicionais do sistema político (partidos e órgãos de governo), permitindo uma história de aprendizado social e político com ganhos normativos para a sociedade (RAWLS, 1992, p. 53-54).

A compreensão das noções de *empoderamento* e de *autolimitação* da *sociedade civil* pressupõe também o entendimento da capacidade performática de certos atores políticos, os quais vêm moldando a linguagem da política. Este é o tema do capítulo seguinte.

⁴² Rawls (apud KRISCHKE, 1997, p. 313-327) se referia a uma *hierarquia consultiva* quando da análise de situações de diálogo entre novos movimentos sociais e instituições públicas tradicionais do sistema liberal. Optei pela expressão *horizontalidade consultiva* com o objetivo de ressaltar a existência de uma construção de cultura política pública menos hierárquica e mais expansiva, a exemplo da que é responsável por criar os canais de participação direta da sociedade civil brasileira.

CAPÍTULO 4

POLÍTICA LINGUÍSTICA

O fato de haver uma correspondência temporal entre as *Manifestações de junho de 2013* e a cobertura jornalística internacional da Copa das Confederações da FIFA no Brasil – fato preanunciado em função do que ocorreu durante a realização da Rio+20 (um ano atrás) e a denúncia do seu fracasso –, permite-nos avaliar a existência de uma *política linguística* que está por detrás destes fenômenos políticos, e de tantos outros ligados à dimensão estética de ação dos atores sociais da *sociedade civil* no Brasil (e no mundo).

Todos estes eventos levaram milhares de pessoas às ruas em protesto, tornando a cena política uma oportunidade para a tematização dos problemas públicos, uma estratégia inteligente para chamar a atenção da mídia internacional e dos governos dos países envolvidos, no sentido de cobrar soluções.⁴³

O conceito de *política linguística* é inicialmente tomado de empréstimo da tese do cientista político canadense David Bell (1975). Para Bell, a linguagem é o *médium* da cultura. Desta perspectiva, isto significa (em parte ao menos) que a cultura é construída por discursos e definições. Os discursos funcionam em competição na tentativa de controlar a política e de modelar a ação. Por sua vez, as definições são elementos-chave dos discursos (BELL, 2000, p. 28-40). O conteúdo dos protestos contrários a estes eventos, expresso em linguagem direta – e, a maioria das vezes, satírica, poética e

⁴³ Claro que, durante as manifestações, houve convocações na internet (principalmente no Facebook) que exortavam os indecisos com dizeres como: “O gigante acordou! Vem pra rua, vem!”.

inteligente –, é usado para diferentes propósitos, como este colocado ao lado da famosa estátua em homenagem ao poeta Carlos Drummond de Andrade no Rio de Janeiro.

Figura 4.1 – A vida da poesia e a poesia da vida – Estátua de Carlos Drummond de Andrade – Copacabana – Rio de Janeiro



Fonte: *Diário do Amazonas*, Manaus, 30 jun. 2013. Coluna “Taqui pra ti”, do jornalista e antropólogo José Ribamar Bessa Freire. Disponível em: <<http://www.taquiprati.com.br/images/Drummond.jpg>>.

Entre outras formas de *política linguística*, a contestação foi usada para afirmar o direito à diferença contra o Projeto de Lei que previa o tratamento psicológico aos homossexuais, apelidado de “Cura gay”; contra o Projeto de Emenda Constitucional (PEC 37) que previa a censura de investigação para os agentes do Ministério Público; bem como em favor de diferentes bandeiras de valorização da dignidade dos cidadãos: notadamente o direito à educação, ao transporte e à saúde, com expressões relacionadas comparativamente ao evento da Copa das Confederações da FIFA: *queremos educação e saúde padrão FIFA!*

Figura 4.2 – Manifestante



Fonte: Disponível em: <<https://encryptedtbn1.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcRpOJ92S7tW9hGNKuBs3r6-iGs03dN65OHcLaGHHEXuzgvYHrIV>>. Acesso em: 16 nov. 2013>.

A *política linguística* não é apenas uma estratégia de convencimento conforme visto a partir da contribuição teórica de David Bell. Ela também não representa simplesmente um artifício de resistência à dominação, pelo qual a linguagem é empregada como forma de contrapor o discurso que “vem de cima para baixo”. Entendo *política linguística* como a via mais importante da emancipação social da atualidade. Ela permite a abertura ao diálogo na política, o recurso mais valioso da cultura democrática. Os cartazes que os jovens levantaram nas ruas expressam a vontade política dos movimentos sociais de *institucionalização de discursos*.⁴⁴ Isso não quer dizer que os recursos comunicacionais sejam suficientemente potentes para extinguir as contradições do nosso processo civilizatório moderno que é dialeticamente contraditório. Mas a referência à *política linguística* visa avançar no entendimento da *análise do discurso*⁴⁵ de resistência aos processos de dominação.

⁴⁴ Com base em Habermas (1997) esta expressão denota a ideia marcante de entender a concepção do agir comunicativo presente na política.

⁴⁵ *Análise do discurso* constitui uma corrente teórico-metodológica de estudo da linguagem ligada ao pensamento marxista e à psicanálise. Através dela pretende-se estudar o discurso para além da constituição interna da linguagem (sintaxe e semântica), ou seja, do aspecto formal da fala e da escrita, unindo reflexão sobre linguagem (texto e fala) com história política e das ideias (principalmente da dominação científica do mundo). A *análise do discurso* entende a linguagem como expressão da dominação socioideológica (BAKHTIN, 2009). Por implicação, sua premissa básica visa a reelaboração

Isso implica na necessidade de se fazer uma breve referência aos estudos linguísticos. Sem pretensão de se esgotar esta temática, os estudiosos que procuraram explicar os processos de constituição da linguagem nos ajudam a entendê-la de três modos. Cada um deles nos oferece uma importante contribuição ao estudo de *política linguística*. Dessa forma, propõe-se um tratamento interdisciplinar do tema, sem o qual se estaria limitando o entendimento sobre o uso da linguagem. A referência à metodologia interdisciplinar não visa estabelecer uma correspondência linear em termos de associação conceitual e teórica entre enfoques epistemológicos semelhantes ou pertencentes a um mesmo enquadramento disciplinar; ao contrário, a interdisciplinaridade tem por base romper com a rígida concepção monodisciplinar e epistemológica da tradição acadêmica dos séculos XVIII e XIX, mas sem pressupor que a subjetividade reina suprema nas ciências humanas e que, a partir disso, há a licença que legitima uma subjetividade total na qual se aceita qualquer coisa, já que a objetividade na ciência seria apenas uma ficção (MERTON, 1979, p. 154-155).

Assim, os estudos apontados nos servem para demarcar a ambivalência dos fatos apresentados como *política linguística*, pois estes fatos não podem ser inteiramente analisados segundo referenciais epistemológicos únicos, posto que a pluralidade de paradigmas converge para a ideia de se encontrar muito mais relações entre os fenômenos observáveis, muito mais simultaneidade e intensidade causais do que a adoção de um paradigma isolado pelo qual se pretende oferecer um guia exaustivo como uma panaceia para os problemas do método científico (MERTON, 1979, p. 157-159). Em termos teóricos, destacam-se as contribuições de:

- 1) Mikhail Bakhtin, com a teoria materialista da linguagem;
- 2) Ludwig Wittgenstein, com a teoria dos jogos de linguagem; e
- 3) Jürgen Habermas, com a teoria da ação comunicativa.

A começar com Bakhtin, a linguagem é entendida enquanto uma espécie de estrutura semântica referida à ideologia. A originalidade desta abordagem consiste na pretensão de tornar o signo linguístico compreensível simultaneamente como signo ideológico em estreita relação com o domínio social. Os sujeitos são sujeitos enquanto constituídos de uma linguagem ideológica. Vale dizer, decompor a consciência individual, revelando-a como ideologia.

da teoria do sujeito pensante (kantiano), sujeito este historicamente impactado pelas formas de sujeição modernas (trabalho e disciplinamento científico). Para uma introdução ao estudo da *análise do discurso*, consultar Brandão (2011). Para um aprofundamento nesta perspectiva, consultar Foucault (1999).

As características da palavra [...] fazem dela um dos mais adequados materiais para adequar o problema no plano dos princípios. Não é tanto a pureza semiótica da palavra na relação em questão, mas sua ubiquidade social. Tanto é verdade que a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais. (BAKHTIN, 2006, p. 32).

Esta última frase citada do texto de Bakhtin é exemplar da realidade expressa em *política linguística* do cartaz emblemático do jovem da Figura 4.2, a qual expressava: *Queremos escolas e hospitais no padrão FIFA*. O cartaz expressa uma nova qualidade ideológica da cultura política brasileira em processo dinâmico de transformação.

Por sua vez, a teoria dos jogos de linguagem de Wittgenstein ilumina as variáveis possíveis de emprego de uma mesma palavra. “O termo jogo de linguagem deve aqui salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida” (WITTGENSTEIN, 1999, p. 35).

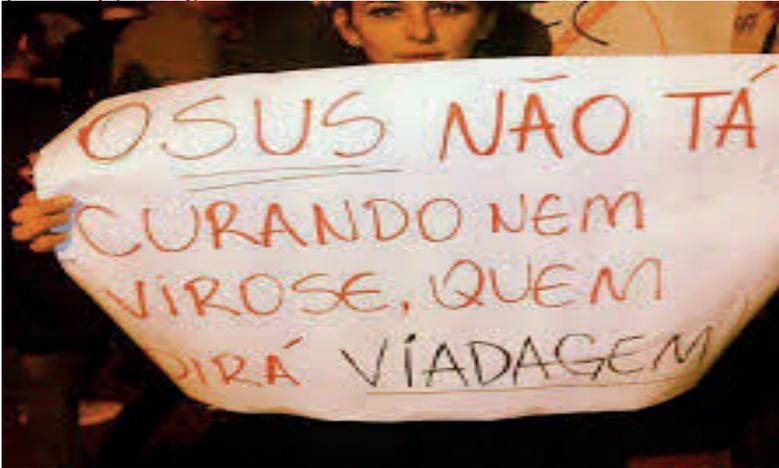
Saliente-se que Wittgenstein está a questionar (de forma séria e extremamente didática) a concepção do positivismo lógico, do qual fez parte. Ele percebe a impossibilidade de se extrair uma significação da linguagem em si, sem recorrência aos fatos.

Quantas espécies de frases existem? [...] inúmeras espécies diferentes de emprego daquilo que chamamos de “signo”, “palavra”, “frase”. E essa pluralidade não é nada fixo, um dado para sempre; mas novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como poderíamos dizer, nascem e outros envelhecem e são esquecidos. (WITTGENSTEIN, 1999, p. 35, grifo do autor).

Wittgenstein não considera de modo algum o jogo de linguagem uma espécie de relativismo impossível de ser mensurado. Ao contrário, acentua a possibilidade do valor da verdade corresponder ao sentido do mundo dos

fatos. É desta forma que a linguagem ganha vida. Nas *Manifestações de junho de 2013* os jogos de linguagem, em forma de questionamento, convidavam-nos a pensar criticamente o Projeto de Emenda Constitucional apelidado de “Cura gay”, de autoria do deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP):

Figura 4.3 – Manifestante que fez uma relação entre o descaso com a saúde e o desrespeito à opção de gênero



Fonte: Disponível em: <<https://encryptedtbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcQ0x5TBb36IWOxnOhPJF5WZeeYjlpPA9scohUv1aDxowYspIS8>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

Figura 4.4 – Manifestantes em protesto contra o projeto de lei apelidado de Cura gay



Fonte: Disponível em: <https://encryptedtbn3.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcTlo_8Uaak8N3PrbgpIqT9wEslZuL1lvcmW588MduVss4InxaW7A>. Acesso em: 16 nov. 2013.

Estes cartazes representam um jogo de linguagem na medida em que aceitam a discussão do preconceito homofóbico e o devolvem em tom de ironia, desafiando a estrutura dos condicionantes da dominação do capital privado.

Por fim, a contribuição da teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas é a que une os processos sociais de tomada de consciência histórica com o desenvolvimento da linguagem. Pelo artifício teórico da pragmática universal, o filósofo postula que a linguagem contém uma essência. Invariavelmente, a natureza da linguagem é cooperativa, pois a comunicação somente tem sentido se concebida como existindo *entre* as pessoas que buscam entendimento. E é da interação comunicativa que Habermas propõe definir uma pragmática universal constitutiva das relações sociais, ou seja, de como se constitui essencialmente a interação linguística que tanto transforma a realidade quanto a estabiliza. Por implicação, o pensamento habermasiano compreende uma revisão da análise marxista da história, no sentido de demonstrar a centralidade dos processos comunicativos orientados para o entendimento mútuo que, ao longo da história moderna, têm sido empreendidos com o intuito de conferir legitimidade aos procedimentos democráticos.⁴⁶ Aqui as categorias de classe e os condicionantes históricos também são valorizados, mas a ênfase na comunicação vale para questionar as formas de trabalho e saber alienados numa perspectiva de valorização de uma esfera pública emancipada das formas monopolistas de poder do Estado e do mercado. A ação comunicativa é cooperativa no sentido da sua capacidade de transformar a sociedade.⁴⁷

A ação comunicativa opera através da *institucionalização de discursos*. Este ponto é fundamental. Os movimentos sociais existem na medida dos seus discursos. Os cartazes das *Manifestações de junho de 2013* expressam muito bem isso, uma vez que eles trazem para o espaço público a tematização dos assuntos problemáticos. A *institucionalização de discursos* significa a própria essência de um movimento social e isso não quer dizer que o sentido da ação de um movimento social resume-se à instrumentalização do discurso, quando ele tem acatado pelo governo e parlamento suas reivindicações. Há, portanto, uma diferença entre *institucionalização de discursos* e instrumentalização

⁴⁶ Por meio da *virada linguística (linguistic turn)* o pensamento habermasiano desloca o centro da teoria social do trabalho para a linguagem. Enquanto na teoria social marxista original tem-se um agenciador histórico único e universal em função do pressuposto de que a função didática da sociologia seria explicar a via da transformação da sociedade por meio do esclarecimento do papel da classe trabalhadora na história, unindo razão e revolução social; com a teoria da ação comunicativa privilegia-se a legitimidade dos processos públicos de fala, o que traz (sem se desconsiderar a importância do reconhecimento das categorias marxistas de análise) muito mais complexidade para a agenda de esclarecimento da sociologia: multiculturalismo; minorias; questão ambiental; riscos tecnológicos; religião, etc.

⁴⁷ Para uma abordagem introdutória da teoria da ação comunicativa, consultar Habermas (1989; 2010; 2012).

de discursos. A institucionalização existe no âmbito social da comunicação, enquanto a instrumentalização diz respeito ao espaço formal e legal da efetivação do discurso. Nos dois casos, os representantes políticos necessitam estar sensíveis à comunicação aberta. Este processo recebe necessariamente a linguagem do direito através da criação de leis e garantias jurídicas de aplicação. Mas o entendimento meramente formalista das conquistas reivindicatórias dos movimentos sociais de direitos é apenas uma garantia de direitos, uma vez que a legitimidade do processo democrático discursivo opera pela constante e intensa comunicação, em suas diferentes formas: formalização de direitos, eleições, plebiscitos, acordos, pressão da sociedade civil, denúncia de ausência de diálogo, negociação para resolução de impasses, etc.

O entendimento habermasiano da linguagem como ação emancipatória está também expresso na própria modalidade de empreender a comunicação dentro da cultura aberta da *web*. A *web* é o sistema de comunicação em rede da internet. A *web* armazena textos, vídeos, sons e figuras que são acessados por usuários, também chamados de internautas. Ela é um sistema mundial de comunicação, também conhecida como *web social*, que são as *redes sociais da internet* (em especial o Facebook, o Twitter e os sítios eletrônicos de *mídia independente*). Note-se que a *web* não é apenas uma ferramenta de comunicação. Ela é um espaço social de conhecimento. Os processos de comunicação são abertos, horizontais, livres de controle prévio de autoridade, o que garante que se gestem processos expansivos de emancipação social. Este é o ponto. A *política linguística* associada ao uso da *web* democratiza (e amplia) os processos de construção do conhecimento. Por isso, ela não pode ser apenas entendida como uma modalidade de resistência aos discursos que visam à dominação. A linguagem utilizada na *web* pelos manifestantes de junho de 2013 expressa, como característica central e anterior à própria manifestação, a existência de uma cultura política de pano de fundo, a qual se torna cada vez mais emancipada, devido aos fatores intrínsecos de um processo em curso no Brasil (e em outros países) de *democratização cultural*, tema do Capítulo 6 deste livro.

Ainda neste particular, a *web* empodera também os seus usuários através do *celular com câmara* e com acesso a ela. Assim como na *Primavera Árabe*, as *Manifestações de junho de 2013* garantiram a participação ampliada e o conhecimento do fato em função da utilização do *celular com câmara* pela *sociedade civil*. Dentro do domínio da imagem virtual que é transmitida globalmente tem-se assim uma ágora grega de participação política ampliada. Ao mesmo tempo em que se capta o fato histórico registra-se o processo de educação política de um povo. Nesse sentido, a *política linguística* não apenas registra o que ocorre de fato: ela eleva para um plano mais alto da história da política o discurso sem controle prévio: o fim do monopólio da

esfera pública pelo Estado e pela *mídia*, em termos de produção e de controle do conhecimento. Como visto nos capítulos anteriores, trata-se também do fenômeno político do *empoderamento* e da *autolimitação* da *sociedade civil*.

A *web* tem tornado as escolas e as universidades muito mais democráticas, em função de que, pela sua inserção como ferramenta e campo pedagógico, se enfraquece a imagem da figura do professor como autoridade exclusiva que categoriza, avalia, classifica e disciplina o conhecimento. Na *web* a comunicação é horizontal, ao contrário da escola e da universidade em que a comunicação é vertical, “de cima para baixo”. A *web* ainda permite o anonimato, garantindo que se discutam ideias isentas de pré-avaliações referentes à legitimidade de quem expressa a verdade, independentemente de autoridade. Além disso, o conhecimento gestado na *web* é direto e imediato, garantido pelo acesso *on-line* da comunicação. Nesse sentido, ele é ainda mais isento de controle, pois garante a espontaneidade e a sinceridade, principalmente quando se pode empreender a comunicação com imagens ao vivo.

As escolas e universidades que se utilizam da *web* têm ganhos enormes de democratização do conhecimento, a exemplo das escolas e das faculdades de educação (incluindo as de educação a distância), jornalismo, etc. que oferecem cursos de aprendizagem das ferramentas da internet, incentivando os estudantes a produzirem material de vídeo que são salvos em sistemas de compartilhamento de dados, como o Facebook e o Youtube. Dessa forma, a *web* empodera a juventude, libertando-a dos conteúdos e dos valores ideológicos controladores do Estado e do mercado. Este processo assemelha-se, em parte, às propostas pedagógicas do estudo clássico de Ivan Illich (1985), *Uma sociedade sem escolas*, publicado originalmente em 1971; e aos trabalhos da pedagogia da autonomia, de Paulo Freire (1997).

O estudo moderno da linguagem apresenta assim muitas alternativas para se entender o significado de *política linguística*. Por derivação, postulo a hipótese de que as *Manifestações de junho de 2013* – assim como outros movimentos sociais contemporâneos – têm também por fundamento a reelaboração permanente de uma ciência crítica que extrapola os muros acadêmicos. A ideia é que esta dinâmica parte da certeza de que o colonialismo, o neocolonialismo, o totalitarismo e os problemas ambientais constituem elementos inerentes à reprodução do capitalismo e decorrem de certos valores intrínsecos à cultura moderna. Neste particular, as tradições do pensamento niilista⁴⁸ e do *marxismo ocidental*⁴⁹ expressam, cada um a sua maneira, um modo muito particular de crítica. Em linhas gerais, seus teóricos assinalam que a conquista da emancipação não é um problema da

⁴⁸ De Frederic Nietzsche e seus seguidores, em especial Michel Foucault.

⁴⁹ Sobre esta corrente, consultar Merquior (1986).

ordem individual burguesa ou que simplesmente reside na oposição de classes sociais. A ciência crítica capaz de emancipar a consciência de classe é o mesmo conhecimento responsável pela difusão da percepção – considerada inescapável – a respeito de uma tensão dialética da história que nos configura. Tal concepção crítica articula um entendimento sobre o nexos entre educação emancipatória e lutas sociais como um misto de vanguardismo e potencialidades históricas desejáveis. A corrente niilista representa a desconfiança sobre qualquer concepção crítica libertadora como positividade absoluta. Ela prefere restringir sua análise à identificação das ambiguidades que enxerga na constituição da modernidade, enquanto as diversas correntes do *marxismo ocidental* valorizam sobremaneira os fatores histórico-sociais de classe e insistem em recomendar que a socialização do conhecimento crítico é papel dos movimentos sociais e dos educadores e cientistas engajados. Nesse sentido, a referência a Habermas ao longo deste livro – embora particularmente independente dentro da corrente do *marxismo ocidental* – não se diferencia por reconhecer a importância da análise histórica. Ele enfatiza o papel causal da consciência de classe nas relações sociais emancipadas pela livre comunicação decorrente das conquistas históricas da modernidade. Os movimentos sociais, para ele, devem ser analisados como um processo contínuo de tentativa de entendimento comunicacional sobre o mundo e sobre a dinâmica das formas de relacionamento nas culturas e entre as culturas. A este respeito, alguns cartazes das *Manifestações de junho de 2013* expressavam estas concepções críticas. Segue abaixo um exemplo:

Figura 4.5 – Manifestantes nos alertam!



Fonte: Disponível em: <<https://encryptedtbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcTxjKZsmAgSUyqxWk6FGkZ7SFw7jC54-nap8GBxSKCybWcPOJhj6g>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

Uma visão geral de *política linguística* até aqui estudada pode ser esquematizada da seguinte forma:

Quadro 4.1 – Política linguística

Política linguística	Teoria da linguagem enquanto médium da cultura	Teoria materialista da linguagem	Teoria dos jogos de linguagem	Teoria da ação comunicativa
Teórico	David Bell	Mikhail Bakhtin	Ludwig Wittgenstein	Jürgen Habermas
Enunciado central	O controle da política se dá através da linguagem, que modela a ação e a prática política	A palavra existe enquanto signo socioideológico, e ela é capaz de expressar a mudança social	O falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida	A natureza da linguagem é essencialmente cooperativa e constitutiva das relações sociais Numa sociedade democrática, a mudança social opera a partir da interação comunicativa
Conceitos-chave	Competição	Signo socioideológico	Polissemia linguística	Interação comunicativa, institucionalização de discursos
Aplicabilidade pela sociedade civil	Interpor contradiscursos e agir em defesa deles	Criar palavras e modificar o sentido delas em seu favor	Redefinir palavras e aplicá-las ao sentido da transformação social pretendida	Institucionalizar discursos Construir interações discursivas de emancipação social

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além disso, o entendimento de *política linguística* que assumo aqui reconhece o componente estético da ação. Tanto a noção de *empoderamento* quanto a noção de *autolimitação* da *sociedade civil* pressupõe a capacidade performática de certos atores políticos. A palavra *performance* (tomada

do vernáculo inglês) denota a liberdade de criação e de desempenho na interpretação consciente da cena política. Nesse sentido, a ação apresenta por detrás um componente epistemológico e sociológico da ação.

Utilizo o conceito de *ação social* de Max Weber a fim de precisar que *empoderamento* e *autolimitação* da *sociedade civil* apresentam um significado específico relacionado a uma *ação social* (ou mais) com *sentido subjetivo*. Para Weber (1989, p. 9),

[...] ação social é precisamente toda a conduta humana cujos sujeitos vinculem a esta um sentido subjetivo; a ação social está reservada à ação cuja intenção fomentada pelos indivíduos envolvidos se refere à conduta de outros, orientando-se de acordo com ela.

Para Weber, *sentido subjetivo* denota que a *ação social* visa atingir o comportamento do outro a tal ponto que se possa falar de uma relação social observável pelo cientista. Weber procura assim compreender por meio de sua sociologia como as pessoas veem seu próprio comportamento e como o justificam para si mesmas, atribuindo-lhe um sentido, por mais estranho que este sentido possa parecer ao observador (WEBER apud KALBERG, 2010, p. 131; 144).

No caso das manifestações de *empoderamento* e de *autolimitação* da *sociedade civil* que ocorreram em junho de 2013 no Brasil, o tipo de *ação social* é referente a *valores*. Este ponto é muito importante. A *ação social referente a valores* é aquela que:

A ação social pode ser determinada pela crença consciente no valor absoluto da ação como tal, independente de quaisquer motivos posteriores e medida por algum padrão tal como ética, estética ou religião. (WEBER, 1989, p 41).

Trata-se de um tipo específico de *ação racional referente a valores*, e não de uma ação imitativa ou reativa. Pode-se falar de *ação social racional referente a valores* quando a ação social de uma pessoa ou grupo social é orientada por valores em um grau considerável, a tal ponto que os valores se tornam “obrigatórios” ou compulsórios para a ação (KALBERG, 2010, p. 131). O sentido da *ação racional baseada em valores* à qual Weber se refere é precisamente um tipo de ação subjetivamente compreensível. É de extrema clareza, portanto, e facilmente comprovável a atitude dos manifestantes que comunicaram adequadamente em palavras e cartazes (as manifestações foram significativamente simbólicas neste aspecto) as suas ações. Daí a importância de se considerar como extremamente relevante para a compreensão da

dinâmica da democracia brasileira a capacidade performática de certos atores políticos. A *performance* das pessoas carregando cartazes e gritando palavras de ordem traduz-se, sem dúvida, em uma *ação social racional referente a valores*. Este tipo de ação social denota a liberdade de criação e de desempenho na interpretação consciente da cena política. A imagem a seguir exemplifica este ponto.

Figura 4.6 – Manifestantes e seus cartazes com várias demandas



Fonte: Disponível em: <<https://encryptedtbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcQW8Wn-15eOwT5xn7o4xzxmEWPhjPCsh8xgucVbT2NmGXlypFO>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

Este tipo de ação difere da *ação racional referente a fins* e daquelas determinadas pela *afetividade* e pela *tradição* na classificação de Max Weber. Neste livro, emprego esta diferenciação – principalmente com relação à distinção entre *ação racional referente a valores* e *ação racional referente a fins* – para precisar que a orientação da *sociedade civil* observada nas manifestações é diferente de uma orientação moral pragmática do mundo cotidiano, sendo antes uma orientação baseada na superação dessa moral. Este aspecto é central. As *Manifestações de junho de 2013* trazem, em grau variável de permanência e transitoriedade, este tipo específico de moralidade da superação dos valores morais pragmáticos da vida cotidiana. Isso é notadamente simétrico em termos de relações sociais que são fundadas, quer dizer, em termos de práticas reflexivas inerentes às relações democráticas de uma sociedade formada, em termos de

concepção metafísica, por indivíduos livres e iguais. Baseado na leitura de Habermas de democracia e soberania popular, a democracia brasileira revela, a partir das *Manifestações de junho de 2013*, uma nova consciência da história, da prática política e da ideia de legitimação do procedimento democrático⁵⁰ (HABERMAS, 1990, p. 100-101).

Tal perspectiva teórica nos força a precisar então os conceitos de *empoderamento* e de *autolimitação da sociedade civil*. Nesse sentido, entendo por *empoderamento a capacidade de certos atores sociais reunidos para apresentar, expressar, difundir e compartilhar, por meio de diferentes formas de política linguística, questões de interesses majoritários e minoritários dentro dos processos públicos de ação e decisão da sociedade civil*. Com base nos estudos de desenvolvimento moral cognitivo de Lawrence Kohlberg,⁵¹ a noção de *empoderamento* aqui adaptada varia entre a *atitude* e a *postura aberta*, ambas independentes, em menor e maior grau respectivamente, das convenções sociais; mas tanto uma como a outra estão fortemente apoiadas em princípios morais intransacionáveis (os princípios humanos universais e os princípios de direito ambiental). A *atitude* define-se como o posicionamento do corpo, desde a pose, a postura até a conduta para demonstrar uma orientação interior que a pessoa ou grupo de pessoas quer manifestar como, por exemplo, levantar cartazes e gritar palavras de ordem. Por sua vez, o *comportamento aberto* refere-se a uma postura mais contundente pela qual a pessoa ou grupo de pessoas não apenas assume um posicionamento moral, mas passa a agir de modo a constranger quem não o faz igualmente. A noção de constrangimento visa provocar moralmente a polícia, a autoridade e o público em geral na tentativa de ser aceito. Entra aqui em cena a *performance de política linguística* de vexação, deboche, teatralização e ridicularização dos adversários políticos. A *atitude empoderada* e o *comportamento aberto empoderado* ocupam o último estágio da teoria do desenvolvimento moral cognitivo de Kohlberg. Esta teoria apresenta seis estágios morais distintos para explicar o julgamento de papéis sociais referentes a valores de justiça e dignidade humana. São os seguintes os estágios:

⁵⁰ Tomando também como referência Alberto Melucci, estudado no segundo capítulo, deve-se observar a dimensão analítica e não empírica dos movimentos sociais. Textualmente: “Melucci se preocupa com o nível ideacional e com o conjunto de representações que um movimento cria ao longo de sua existência. O movimento como uma organização poderá ter decrescido ou até mesmo desaparecido, mas existirá na sociedade por meio das representações que criou e que passam a mediar ou servir de parâmetro para as relações sociais cotidianas” (GOHN, 1997, p. 155). Dessa forma, um novo movimento social não está restrito a uma ação de protesto que ocorre de quando em quando numa sociedade. A dimensão analítica requer pensar a transformação que o novo movimento social traz para a sociedade como um todo. Por isso, um novo movimento social não traduz apenas uma crise social empiricamente observável. Mais do que isso, ele põe a nu o conflito subjacente entre valores em disputa por prestígio e poder.

⁵¹ Sobre os estudos deste psicólogo social, consultar Freitag (1997, partes III e IV).

- 1) Orientação para a punição e obediência. Respeito diante da autoridade ou do prestígio de superiores, tentando evitar conflitos.
- 2) Orientação ingênua e egoísta. A ação correta restringe-se a que atende as necessidades do eu e possivelmente do outro. Igualitarismo referente à troca e à reciprocidade.
- 3) Orientação para o ideal do bom menino, preocupado em reconhecer a aceitação e o reconhecimento dos outros. Conformidade com as representações estereotipadas do comportamento coletivo. Julgamento de acordo com as intenções.
- 4) Orientação para a preservação da autoridade e da ordem social.
- 5) Orientação legalista e contratual. Dever é entendido como contrato. Busca evitar a violação dos direitos e das intenções dos outros. Defesa da vontade e do bem-estar da maioria.
- 6) Orientação por princípios de justiça. Transcende as ações contidas em papéis sociais e nas normas contratuais. Ação baseada na própria consciência, na confiança e no respeito pelos outros (FREITAG, 1997, p. 200-205).

Por princípios de justiça, a perspectiva adotada é a de que qualquer ser racional reconhece como natureza da moralidade o fato de que as pessoas são fins em si mesmos e precisam ser tratadas com tais. Nesse sentido, a noção básica de *empoderamento*, tanto para a *atitude* quanto para o *comportamento aberto*, traduz-se em *ação racional referente a valores*, conforme a sociologia da ação de Max Weber vista acima. O *empoderamento* é assim uma ação social de transformação da realidade. O *empoderamento* não existe como simples *percepção* da realidade. Os cartazes carregados pelos jovens empoderados não estão a *perceber* e a denunciar uma realidade. Aqueles cartazes representam pessoas em processo de *desobediência civil*, e, como tal, demarcam uma *atitude* e um *comportamento aberto* de desprendimento, respeito e tolerância para com o outro na medida em que se exigia ali respeito pelos interesses coletivos e minoritários da sociedade. Questões de educação, saúde e direitos de cidadania coletiva não elidiram os reclames pelo respeito aos direitos de minorias com suas bandeiras e denúncia do preconceito homofóbico do já citado Projeto de Emenda Constitucional apelidado de *Cura gay*. Como definido no primeiro capítulo deste livro, a ação empoderada é a ação não violenta, própria da política de ação coletiva, que segue o princípio da teoria da desobediência civil, que é também conhecida como *política da não violência ativa* ou ainda de *política da não cooperação*. A *desobediência civil* pode ser definida como um conjunto de técnicas de exortação à mudança de atitude perante as situações consideradas prejudiciais à vida social. As exortações objetivam converter, não coagir, os oponentes (SHARP, 1984a, p. 63-67).

Entendo também que o sentido das *Manifestações de junho de 2013* carrega um conjunto de representações de *política linguística* das mais variadas tendências da sociedade brasileira, e esboça principalmente o fenômeno da *autolimitação da sociedade civil* que exprime sua existência de uma forma muito distinta se comparada às formas do passado na cultura política brasileira.

A título de ilustração, não podem ser consideradas propriamente manifestações *autolimitadas da sociedade civil* brasileira as principais manifestações históricas que fazem parte da construção da cultura política pública do país, entre estas as manifestações do momento democrático da história política brasileira, desde o fim da Ditadura Militar (1964-1985): *Movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita* (incluindo greve de fome realizada) em 1979, no momento em que se inicia a *Abertura Política* (e a suspensão do *Ato Institucional n. 5*, do governo de Ernesto Geisel) e o presidente João Batista Figueiredo decreta a *Lei da Anistia*,⁵² também com teor específico reivindicatório, o *Movimento pelas Diretas Já*, com vários comícios, por exemplo, em São Paulo, em 23 de abril de 1984,⁵³ as articulações partidárias e dos movimentos sociais pela criação da *Assembleia Nacional Constituinte de 1987*, bem como o *Movimento pelo Impeachment de Collor* de 1992. Em todas as manifestações referidas aqui, o papel da *sociedade civil* está focado na interlocução direta com o Estado, através de lideranças carismáticas e tradicionais, diferentemente das *Manifestações de junho de 2013*. Apesar de expressarem o não reconhecimento da legitimidade do governo militar, as manifestações anteriores da *sociedade civil* ainda não se apresentavam como empoderadas e autolimitadas no sentido apresentado neste livro. Movimentos relacionados à defesa de causas específicas, incluindo Movimento Tortura Nunca Mais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento Negro, Movimento Feminista, Movimento Gays, Lésbicas e Simpatizantes (GLS), Movimento Indígena, Movimento Ambientalista Brasileiro entre outros apresentam um caráter autolimitado e de empoderamento, mas, desde a abertura política, suas ações foram construídas dentro de um processo limitado de diferenciação, pois houve uma grande penetração dos instrumentos de controle do Estado e do mercado na lógica interna de atuação destes movimentos sociais. Apesar disso, as articulações impulsionaram conquistas institucionais e culturais.

A *autolimitação da sociedade civil* concerne o fenômeno político referente à ação coletiva que nega, de forma muito deliberada, o vínculo com qualquer organização política do aparelho estatal ou com partidos políticos e sindicatos.

⁵² Este movimento apresenta um forte caráter reivindicatório específico, entre 1978-1985.

⁵³ As eleições diretas somente ocorreram em 1989.

Melhor dizendo, não se trata de uma negação, mas de uma afirmação. Esta pode ser entendida a partir das manifestações expressas de *empoderamento*, através de *atitudes e comportamentos abertos*. Nos vários momentos em que bandeiras de partidos políticos tentaram ser erguidas no meio da multidão, as lideranças do movimento rapidamente corriam para pedir que elas fossem baixadas. Por alguns momentos, havia tensão e a multidão apoiava o pedido. Ficava claro então que o movimento exigia um apartidarismo como forma de princípio da ação. Esta postura tampouco deve ser interpretada como antipartidarismo, e nem como uma demonstração de manter a pureza do movimento. Trata-se de algo muito específico. A ação repetida em vários momentos dizia respeito também ao entendimento segundo o qual a revolta política é pretendida, pensada e organizada segundo o princípio da negação de um contínuo com a ação revoltosa clássica que visa a tomada do poder. Este é o ponto. Trata-se de um princípio novo que rompe com as formas institucionais tradicionais de comunicação entre sociedade civil e governos.

Na análise de Leonardo Avrizter (1996, p. 13-22) sobre a ideia de *autolimitação da sociedade civil* encontra-se um ponto de partida para ratificar esta análise. Para este cientista político, a pretensão de independência da *sociedade civil* é vista de forma a garantir uma instrumentalização do poder originário da democracia. A *autolimitação* funciona a partir do efeito demonstrativo. Daí porque a interferência dos partidos ou outro qualquer vínculo com o Estado são logo rechaçados. Na verdade, a *autolimitação da sociedade civil* pode ser pensada como o princípio do constitucionalismo democrático nas sociedades modernas que implica na precedência do mundo da vida em relação ao direito formal. Tal conduto implica na observação relevante de Habermas, que Avrizter se fundamenta e eu aqui também, segundo a qual a democracia das ruas está a se basear na precedência de uma esfera de interação em relação aos meios de controle e que esta *autolimitação* deseja estabelecer um diálogo crítico que rompe com a teoria democrática convencional em dois pontos principais.

O primeiro ponto é a ideia de justificar a democracia em termos normativos, deslegitimando o argumento empírico da escolha racional que esconde a colonização do mercado. A crítica aqui é a de que o ator social quando assume escolhas está a enquadrar escolhas dentro das opções do mercado de bens colocados a sua disposição, e isso não é escolha. A teoria da escolha racional apenas enxerga o dado empírico da democracia liberal, sem perceber os valores impostos que estão por detrás.

O segundo ponto de Habermas refere-se à possibilidade de se conciliar *racionalidade e participação direta da sociedade* (conselhos participativos, referendos populares, plebiscitos, etc.). Esta conciliação deve partir da denúncia

dos pressupostos equivocados da escolha racional e orientar a participação no sentido de romper com a primazia dos interesses de mercado (AVRIZTER, 1996, p. 22).

Por isso, as manifestações apresentam uma conotação emblemática: os atores sociais aqui têm para si que eles são os porta-vozes do devir. Com relação à ideia de serem porta-vozes do devir, percebe-se que o que se está trabalhando nas ruas não se enquadra em nenhuma categoria política referente ao modo de se dialogar com as instituições tradicionais do sistema político liberal, mesmo considerando as esferas descentralizadas de participação e de deliberação política. Trata-se de um experimentalismo anárquico, desenvolvido com o pano de fundo da energia democrática.

Tal dinâmica da esfera pública brasileira não pode ser interpretada a partir de um pano de fundo do idealismo dos modelos liberal e republicano de democracia tão presente nas matérias de jornais que cobriram as *Manifestações de junho de 2013 no Brasil*. Estes dois modelos necessitam ser denunciados, pois eles pertencem a uma tradição de crítica da opinião pública que os entende como modelos perfeitos e acabados, como sendo os únicos modelos no quadro existente de teoria política democrática. No caso do modelo liberal, por exemplo, quando a imprensa divulga que as *Manifestações* são essencialmente um grito de indignação contrário à corrupção,⁵⁴ ela subentende a esfera pública como um espaço igualitário de competição, e que os manifestantes detêm idênticos poderes e grau de influência perante as instituições políticas. Os representantes de governo eleitos representam proporcionalmente interesses em conflito, portanto, sendo somente legítimas as manifestações que encontram ressonância perante os representantes de governo. No caso do modelo republicano, por sua vez, a capacidade dos governos em responder aos interesses dos manifestantes funciona com base na expectativa da postura ética e responsável dos representantes de governo para agir pelo interesse público, mas estes representantes são em geral pintados como corruptos. Habermas contrapõe a estes dois modelos o modelo procedimental (algumas vezes também referido como normativo ou discursivo) de democracia. Como apontado acima, este modelo privilegia a interação comunicativa, que devolve o poder originário democrático ao lugar de origem, conciliando racionalidade e participação. Neste caso, os interesses dos manifestantes não são legítimos em razão de uma correspondência direta com o governo. A administração pública não detém o monopólio da legitimação de publicidade, legalidade e veracidade. É o procedimento democrático (no caso das ruas) a fonte de poder

⁵⁴ A esse respeito, confira o artigo do articulista de política do jornal *O Globo*, jornalista Merval Pereira (2013).

legítimo. Trata-se de reconhecer aqui um processo de construção institucional de *democratização cultural*.⁵⁵ Entende-se que as instituições de governo e da *sociedade civil* são internamente heterogêneas, canalizando interesses múltiplos, com objetivos e propósitos diversos, muitas vezes conflitivos e incompatíveis entre si.⁵⁶

Há outras análises (a meu ver equivocadas) das *Manifestações de junho de 2013* que as definem como sendo uma espécie de protesto da agonia, de pessoas cansadas de verem seus direitos e sua cidadania desrespeitados. Nesse sentido, percebem-se as *Manifestações* de acordo com o tipo de *ação social referente a fins*, pois os manifestantes não queriam senão instrumentalizar seus direitos pela via do protesto, de igual forma quando o fazem usualmente interpondo reclamações perante as agências estatais. A ação coletiva aqui é vista à maneira da Teoria da Mobilização de Recursos,⁵⁷ sendo que o resultado almejado é somente avaliado em termos de resolutividade perante as vias usuais ou os canais burocráticos considerados disponíveis. Toda ação humana tem como base os valores morais pragmáticos da vida cotidiana. O ator político resume-se ao indivíduo trabalhador e consumidor, incapaz de inovar na cena política. A meu ver, esse tipo de observação não faz senão colher o dado empírico mais imediato, o que é de mais fácil constatação. O valor em si das manifestações no sentido de fenômeno histórico e político não é percebido. E, pior ainda, considera-se a estrutura burocrática de Estado como algo a-histórico, cristalizado e inconcebível de ser alterado pela ação política. O dado empírico é confundido como reflexo do teórico. Estas abordagens desconsideram dois aspectos básicos da política e da condição humana: em nome dos valores conservadores da sociedade, desconsidera-se a natureza transitória da ação política; e a natividade⁵⁸ que determina, de modo incontrolável e imprevisível, a incompletude de qualquer condição humana da ação (ARENDDT, 2004, p. 15-30).

A ideia de *autolimitação da sociedade civil* funciona também como modelo de reestruturação da esfera pública formal pela esfera pública cibernética. Em alusão à tese de Jürgen Habermas sobre o fenômeno do nascimento da esfera pública burguesa no século XVIII,⁵⁹ a comunicação é restrita ao público que cultiva a informação, que age com limitação referente a sua capacidade de influência perante a autoridade estatal e contra esta mesma autoridade. Na esfera pública cibernética, os fluxos de comunicação não estão

⁵⁵ Tema central do Capítulo 6 deste livro.

⁵⁶ Cf. Habermas (1984, p. 39-48); Alexandre; Krischke (2006, p. 18-20).

⁵⁷ Para um estudo sobre esta teoria, consultar Gohn (1997, p. 49-68).

⁵⁸ Observe-se que este conceito diz respeito ao ser novo que nasce e que irá moldar a política, reproduzindo valores herdados e/ou que os transforma.

⁵⁹ Cf. Habermas (1984).

colonizados pelos interesses econômicos e de controle do Estado da forma como estão na esfera pública dominada pela grande mídia que Habermas estudou. Em geral, o que é comunicado não passa por um controle direto dos agentes culturais e formadores de opinião como ocorre nos grandes jornais de notícia da mídia televisiva e impressa.

Manoel Castells (2013b) entende que este tipo de comunicação dinamiza a atividade política diretamente, porque o uso da internet funciona para informar os ativistas de que uma atividade de protesto terá lugar em hora e local determinado, e logo em seguida os interessados já estão reunidos nas ruas.⁶⁰ A *web* oferece suporte à comunicação ao público das manifestações, inclusive nas manifestações que visam à derrubada do poder, como no caso das manifestações da *Primavera Árabe*. No caso brasileiro, o uso da internet funciona como suporte para alimentar a integração social, a solidariedade e a discussão dos propósitos democráticos dos eventos.

Para finalizar, cabe entender a dinâmica dos propósitos democráticos dos eventos brasileiros em termos comparativos da análise sociológica, pois a referência ao *empoderamento* e à *autolimitação da sociedade civil* aparece nas *Manifestações de junho de 2013* de um modo bastante distinto. Como salientado anteriormente, Alberto Melucci em 1980 chamou a atenção para o fenômeno dos *novos movimentos sociais*⁶¹ como uma construção analítica e não como um objeto empírico, pretendendo com isso explicar que a característica de ineditismo dos protestos das minorias com suas reivindicações de reconhecimento cultural não estava na quantidade do número de participantes, tampouco pelo que se expressava simbolicamente de forma imediata por faixas e cartazes. (GOHN, 1997, p. 153-163).

Para Melucci, devia-se chamar a atenção para o caráter ideacional e de criação de um movimento, expresso no conjunto de representações que ele cria ao longo de sua existência. Isso transcende as ações cotidianas empiricamente observáveis, pois o caráter analítico nos força a imaginar mudanças futuras nos valores da sociedade que o movimento quer passar com suas bandeiras e cartazes (GOHN, 1997, p. 155).

Em 1980, Alberto Melucci propôs que os *novos movimentos sociais* tinham um sentido derivado da identidade dos participantes, ou seja, o centro

⁶⁰ Cf. Castells (2013a) para uma análise sobre os movimentos sociais no Brasil.

⁶¹ A definição de *novos movimentos sociais* foi esboçada no segundo capítulo deste livro com apoio em referências como Touraine, Habermas, o próprio Melucci, entre outros. Em termos de distinção, o adjetivo novo denota valores intangíveis expressos pelos atores sociais em luta. Valores tangíveis expressos em reivindicações de aumento salarial são próprios da discussão clássica de movimentos sociais das sociedades modernas. Mais do que uma simples discussão conceitual, a sociologia dos novos movimentos sociais (ou movimentos sociais contemporâneos) importa-se com a mudança cultural decorrente da melhora educacional, da migração e do sincretismo religioso e cultural em geral.

da explicação estava em dizer *quem* eram os atores sociais para o caso dos movimentos feministas, ecológicos, de gênero, étnicos, etc. Melucci estava preocupado com o aspecto de homogeneidade das manifestações, como senso de pertencimento, agregação de interesses compartilhados e símbolos de identidade coletiva entre os atores sociais. Para ele, a identidade dos atores sociais era uma questão de reconhecimento público que visava estabelecer formas de legitimação de direitos e políticas públicas como questões intangíveis que necessitam de diálogo e atenção pública.

O que importa destacar no caso das *Manifestações de junho de 2013* não é tanto, todavia, *quem* participava, mas *como* participava. Não se trata de um simples movimento de protesto e de pressão para mudança e, embora haja diferenças de todo tipo entre os manifestantes em disputa por reconhecimento e atenção pública, os manifestantes brasileiros apresentavam cartazes de uma forma muito diferente, principalmente segundo o que foi aqui estudado como *empoderamento e autolimitação da sociedade civil*. Este ponto representa um grande diferencial político, o qual não pode, todavia, ser estudado em função dos tantos e variados temas em proposição (os temas dos cartazes são muito relevantes). O que constitui a marca distintiva é o processo em si de como se participava: o distanciamento entre sociedade civil e poder constituído. Não que os manifestantes estudados por Melucci não tinham para si uma independência ou capacidade de descentramento moral para protestar, contudo ele percebia ali muito mais a questão da ação política do que da forma desta participação. A seu ver, os movimentos dos anos 1980 e 1990 já se diferenciavam pela ação política, tornando a linguagem dos símbolos uma demarcação de autonomia da sociedade civil, chegando ao ponto de os atores sociais sublimarem seus papéis, quando então o movimento tornava-se uma seita, igreja, como uma espécie de fuga que tende a isolar o movimento nas suas próprias práticas (MELUCCI, 2001, p. 59). Melucci dava especial atenção às lideranças políticas do movimento, sem contar o poder invisível da ação coletiva, os múltiplos significados analíticos da mesma. As lideranças internas aos movimentos eram importantes para promover a busca de objetivos, desenvolver estratégias e táticas para a ação e a formulação de uma ideologia. A penetração do movimento na sociedade, a lealdade e o envolvimento de seus membros, o consenso entre si de diferentes grupos sociais, tudo depende da ação dos líderes, do consenso, dos interesses em torno dos valores compartilhados (MELUCCI, 2001, p. 36). Para Melucci (2001, p. 29-33; cf. também GOHN, 1997, p. 163), esses componentes são elementos-chave para construir e manter a identidade coletiva dos *novos movimentos sociais*, para gerar inovações e para articular o movimento em suas redes de conexão. Na atualidade, esta capacidade de articulação não corresponde à demonstração

de pessoas diferentes em sintonia de objetivos (feministas, ecologistas, etc.), pois há em curso uma maneira diferente de interagir com o poder. Nesse sentido, a *autolimitação da sociedade civil* foi expressa pelos cartazes e pela esfera pública cibernética. Trata-se de um *aprofundamento cultural* e não de uma *diferenciação cultural* o fenômeno das *Manifestações* de junho de 2013 no Brasil. Enquanto os *novos movimentos sociais*, referidos por Melucci, trouxeram uma diferenciação como ato político de atores emancipados, as *Manifestações de junho* aprofundaram o sentido do espaço da política de emancipação cultural. O diferencial dos cartazes não é proposto aqui como um sinal de ausência total de lideranças, interesses compartilhados e lealdade entre os manifestantes. As lideranças das manifestações existem numa dimensão de horizontalidade (expressa menos pelo carisma do que pela desinibição, desembaraço e desprendimento para participação política), e de modo interno, fluido, muito mais variado e de impermanência. Para Melucci, esses aspectos são algo muito considerável na análise dos *novos movimentos sociais*, e eles não podem ser simplesmente rejeitados na análise sociológica das *Manifestações de junho*. Em reuniões promovidas nos espaços universitários e em encontros de discussão próprios da *web* eles continuam existindo. Nesse sentido, o que chamo de *aprofundamento cultural* significa um modo de ação coletiva pontual e substituível (as lideranças, os cartazes), mas que produz efeito sobre as instituições. *Aprofundamento cultural* diz respeito a um salto extraordinário em termos de consciência política do espaço da ação, mesmo que as *Manifestações de junho* não tenham alcançado ainda resultados práticos, pois isso depende da política de médio e longo prazo. O quadro a seguir facilita a comparação entre ações dos *novos movimentos sociais* (estudadas por Melucci) e ações das *Manifestações de junho de 2013* na esfera pública.

A tese do *aprofundamento cultural* que sustento é a de que, embora com diferenças de propósitos de todo tipo entre os manifestantes, o sentido de pertencimento à *sociedade civil* foi desafiado ali em nome da união à causa maior que era manter a manifestação vigorosa (empoderada), assim como autolimitada em si. Muitos momentos marcantes de vitalidade das manifestações dão prova disso, especialmente quando ocorria enfrentamento com a polícia em algumas cidades. As vozes que gritavam “vem pra rua, vem” funcionavam como uma linguagem franca para legitimar o sentido de pertencimento, atraindo também novos atores. Por isso, a dimensão de maior ressonância diz respeito à forma das manifestações. Como uma quase dimensão espiritual, da redução da multiplicidade de sentidos à unidade de sentido em palavras de fundo, as práticas de desobediência civil foram experimentadas em união, impactando o governo.

Quadro 4.2 – Dinâmica da ação na esfera pública: comparações

Comparação	Novos movimentos sociais de 1980 e 1990	Manifestações de junho de 2013
Atores sociais	Minorias e grupos de interesse	População em geral, incluindo também minorias e grupos de interesse. Forte participação dos jovens universitários e de trabalhadores da área de prestação de serviços nas grandes e médias cidades ⁶⁵
Propósitos democráticos	Atenção e reconhecimento público por direitos e políticas específicas	Demonstração explícita de empoderamento e autolimitação da ação, sem necessitar de partidos ou lideranças carismáticas
Reivindicações	De minorias para reconhecimento de identidades e causas específicas legítimas (movimento antiglobalização, MST, ambientalista, indígenas, etc.)	De minorias e de interesses públicos em geral.
Característica principal da ação	Ação política visando demonstrar o caráter ideacional do movimento em função da bandeira da identidade de minorias e causas públicas (feministas, gays, ecologistas, negros, indígenas, sem-terras, jovens universitários, etc.)	Demonstração de aprofundamento da emancipação política dentro de um espaço próprio de ação: a sociedade civil
Tipos de lideranças e táticas de ação	Democráticas, com forte senso de pertencimento, de interesses comuns e organização interna dos grupos. Quase total inexistência da esfera pública cibernética	Horizontais e democráticas, fluidas, impermanentes, variadas, pontuais, mas sem abandonar o senso de pertencimento à causa. Grande poder da esfera pública cibernética
Símbolos e forma de ação	Cartazes, faixas e atenção ao caráter de <i>diferenciação</i> das pessoas e grupos minoritários. Tese do caráter da <i>afirmação cultural</i> presente na manifestação dos novos movimentos sociais	Cartazes, faixas e atenção ao caráter de <i>empoderamento</i> dos atores sociais. Tese do caráter do <i>aprofundamento cultural</i> de diferenciação presente na delimitação do papel da sociedade civil
Efeito sobre as instituições de governo	Reconhecimento público da causa, sujeito à captura de interesses do Estado e do mercado. Muitas lideranças daqueles movimentos tornaram-se agentes públicos e lideranças políticas formais	Extraordinário salto de consciência política e legitimação da esfera pública como um espaço autolimitado, independente e não contaminado pelo Estado e mercado

Fonte: Elaborado pelo autor.

⁶² O que André Singer (2003) denominou de novo proletariado. A este respeito, consultar Capítulo 3 deste livro.

CAPÍTULO 5

PLURALISMO METODOLÓGICO

Com base nas teorias de modernização, é importante considerar que a sociedade brasileira pode ser avaliada de diferentes modos complementares. Nesse sentido, a perspectiva do pluralismo metodológico na análise da democracia brasileira está ancorada em pelo menos dois pilares da literatura sociológica clássica e contemporânea, cada qual com especificidades riquíssimas.⁶³ O primeiro pilar enfatiza a existência de um processo crescente de diferenciação de papéis sociais (Durkheim); de secularização e ambiguidades incommunicáveis e inconciliáveis entre si (Weber); e de mercantilização (Marx) tendo como centro o modelo europeu e norte-americano de sociedade. O segundo pilar permite se pensar em um conceito mais aberto (ou menos rígido teoricamente) de modernidade (crítica, reflexiva, plural), quando esta opera também um processo de lutas sociais mais diversificadas, de circulação de poder e de reconhecimento de questões sociais importantes, como a valorização da subjetividade (Touraine); do pluralismo de ideias de bem e de justiça (Rawls); de comunicação livre de dominação (Habermas), etc. Em conjunto, estas duas bases nos permitem estudar a ideia de modernidade de modo menos conservador e uniforme do que à época a partir da qual o seu sentido passou a ser compreendido na Europa. O que é mais interessante, pois não há como não reconhecer que a ideia de modernidade irradiou-se de forma

⁶³ Cf. Merton (1979, p. 147-193); Leis; Scherer-Warren; Costa (2001, p. 9-11); Giddens (1990, p. 11-90).

policêntrica e plural por todo o Ocidente e mesmo fora dele. A democracia brasileira figura como modelo ambíguo desta irradiação da modernidade, mas com fartos exemplos tanto de mimetização como de maior democratização a partir da sua modernização específica, inclusive se comparado aos padrões europeus e norte-americanos.⁶⁴

Um entendimento utópico mínimo de sociedade moderna (a ser alcançável) diz respeito à existência do Estado laico; direitos individuais e sociais garantidos pela constituição; política de meio ambiente com ampla participação da sociedade civil; mercado regulado de bens de consumo; serviços públicos e universais de educação e saúde; democracia representativa (com abertura à participação descentralizada); sistema parlamentarista ou presidencialista de governo; e sistema judiciário autônomo.⁶⁵

A originalidade desta metodologia plural de análise está também em que ela não abandona propriamente os estudos mais usuais de democratização, a saber: as teorias de *análise de regime* e as teorias dos *estudos culturais*. Embora estas duas abordagens sejam tradicionalmente consideradas como antagônicas entre si em termos de esclarecimento das vantagens de seus respectivos métodos de avaliação da experiência democrática, elas aqui são vistas em termos complementares. A opção por colocá-las lado a lado se justifica em razão de que:

- 1) Há um conceito mínimo de democracia que se pode aplicar aos diferentes contextos de uma sociedade entendida como plural, aberta e apta a discutir e a rever as diversas concepções de bem nas quais ela se apoia – as políticas culturais e de distribuição de renda, como se pretende demonstrar a seguir, dão demonstração deste fato; e
- 2) As teorias da *análise de regime* e dos *estudos culturais* apresentam *interfaces temáticas* que concorrem para explicar a dinâmica (por natureza inconclusa) da experiência da democracia.

Em primeiro lugar, o conceito mínimo de democracia estabelece que uma sociedade bem ordenada esteja baseada na dominação consentida, diferentemente de sociedades autoritárias nas quais a dominação independe da vontade livre de seus membros. Trata-se de reconhecer aqui também uma

⁶⁴ Vide, como exemplo, a estabilidade do regime político desde 1985, o pluripartidarismo, as lutas sociais judicializadas, o empoderamento da sociedade civil, as políticas de reconhecimento cultural, a conquista do casamento homoafetivo, etc. Para um aprofundamento na discussão sobre a especificidade do processo de modernização para o caso brasileiro, consultar o trabalho de Jessé Souza (2000).

⁶⁵ Desde a criação das políticas neoliberais e de globalização econômica da década de 1990 em diante, o conceito utópico mínimo de sociedade moderna perde em sentido e coerência. Para uma crítica deste processo de perda de direitos e crescente instabilidade dos marcos normativos da modernidade, consultar: Cattani (2002; 2003); Cohen (2003).

concepção baseada em dois princípios fundantes comuns, funcionando a partir de valores individualistas e comunitários frequentemente em choque entre si. Estes dois princípios – a existência da dominação legítima e o fato do reconhecimento do pluralismo – constituem a base de uma sociedade democrática em que o modelo de poder não figura mais ao centro, expressando a vontade geral como imaginou Rousseau. Como diz Bobbio (1989, p. 23), “o modelo do estado democrático fundado na soberania popular, idealizado à imagem e semelhança da soberania do príncipe, era o modelo de uma sociedade monística. A sociedade real democrática é pluralista”.

Para se entender o fato do pluralismo, recorre-se, primeiramente, à teoria construtivista da política de John Rawls (1992), porque ela demarca a natureza social-prática da vida em democracia.⁶⁶ Com esse entendimento, é possível analisar a existência, na sociedade brasileira, do que Rawls denominava de uma *interface consensual* entre valores políticos e inúmeros valores sociais que têm possibilitado uma horizontalidade consultiva⁶⁷ – que é hoje muito mais comunicativa no sentido de Habermas, e não apenas estratégica – entre a sociedade civil e as instituições tradicionais do sistema político (partidos e governo), permitindo uma história de aprendizado social e político com ganhos normativos para a sociedade. O conceito de Habermas de agir comunicativo (que é inerente a uma sociedade democrática plural) permite também considerar a importância dos conteúdos morais da ação. O espaço da moralidade está na política e não no interior dos sujeitos restritamente. Qualquer ideário das práticas democráticas apresenta-se associado à linguagem, isto é, à capacidade discursiva dos atores sociais de encontrarem ressonância dos seus interesses nas bases de amparo da normatividade social. De outra forma, não seria pertinente se pensar a democracia para além de um conjunto de regulações estratégicas de valores referentes a fins individuais (e de

⁶⁶ Rawls levantou a hipótese da existência de um conceito social-prático de liberdade, confrontacional às concepções metafísicas abrangentes de liberdade da tradição do pensamento político ocidental, entendidas por ele como sectárias e incapazes de conceber as diferentes concepções de bem (morais, religiosas, filosóficas, etc.) de uma sociedade democrática. A tese de Rawls é liberal no sentido de que valoriza os arranjos políticos capazes de equilibrar diferenças fundantes de sociedade entre concepções privadas (Locke) e públicas (Rousseau), ao mesmo tempo que se apoia na história da política cuja herança valoriza o reconhecimento da tolerância religiosa, das liberdades de expressão, de associação e das instituições políticas mais tradicionais como o parlamento, o executivo e o judiciário independentes e harmônicos entre si. (RAWLS, 1992, p. 25-59).

⁶⁷ Como estudado no Capítulo 3 (ver nota de rodapé), Rawls (1992) se referia a uma *hierarquia consultiva* quando da análise de situações de diálogo entre novos movimentos sociais e instituições públicas tradicionais do sistema liberal. Optei pela expressão *horizontalidade consultiva* com o objetivo de ressaltar a existência de uma construção de cultura política pública menos hierárquica e mais expansiva, a exemplo da que é responsável por criar os canais de participação direta da sociedade civil brasileira.

grupos de interesse), sem um potencial de ação performático, heurístico e disruptivo para a ordem social.

Como exemplo de *interface consensual*, tem-se o *Movimento Diretas Já*, que nasceu das manifestações das ruas em 1984 e alcançou o Congresso Nacional através da Proposta de Emenda Constitucional do então deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT). Apesar da derrota da proposta, experimentou-se naquele momento histórico um amplo processo democrático de agir estratégico.⁶⁸ A vitória da proposta do governo de transferir as eleições somente para 1989 não fez esmaecer por completo a democracia no país; pois ela apenas adiou o êxito do processo para a *sociedade civil*. Outros processos da história da redemocratização daquele período para cá foram exitosos, transformando-se em exemplos não apenas de *aprendizado político*, mas também de *democratização cultural* em que o agir estratégico alcançou aos poucos um agir comunicativo.⁶⁹ Como exemplo, pode-se citar o longo processo de criação e implementação das Políticas de Ação Afirmativa, desde 1995 quando um decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso criou o Grupo de Trabalho Interministerial – GTI – para a Valorização da População Negra (SELL, 2002, p. 11-12), até a sua vitória no Supremo Tribunal Federal, em 26 de abril de 2012, quando seus ministros, por unanimidade, julgaram como sendo constitucionais as políticas de cotas raciais para ingresso nas universidades públicas brasileiras, em resposta à Arguição de Descumprimento de Preceito Constitucional (ADPF, 186), proposta pelo Partido Democrata (DEM).⁷⁰

Sobre o que concerne às teorias da *análise de regime* e dos *estudos culturais*, é necessário primeiramente precisar os termos conceituais sob os quais estas teorias se estruturam. A *análise de regime* prioriza a dimensão institucional da democracia. O foco da análise é o poder ou como as elites políticas buscam o poder. Nesta perspectiva, o método democrático é *aquele acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos* (as elites políticas) *adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população* (os eleitores) (SCHUMPETER, 1984, p. 336). Trata-se de uma concepção percebida como elitista ou minimalista e que pretende satisfazer a análise sobre a existência (ou não) de institutos democráticos, regras constitucionais e orientações públicas em relação à existência e continuidade dos regimes políticos. Em função disso, a *análise de regime* compreende o

⁶⁸ A noção de agir estratégico é tomada da Teoria do Agir Comunicativo de Habermas (1997; 2010; 2012). O Capítulo 6 aprofunda a explicação sobre agir estratégico e agir comunicativo.

⁶⁹ Sobre agir comunicativo e o processo de *democratização cultural*, consultar o Capítulo 6.

⁷⁰ Para uma consulta do processo, confira o endereço eletrônico disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/2012/04/stf-aprova-por-unanimidade-a-politica-de-cotas-raciais/>>.

estudo sobre o comportamento das elites políticas no tocante à implementação, estabilização, reprodução e definição dos procedimentos constitucionais da democracia. Na América Latina, esta abordagem tem garantido o estudo dos processos de transição política das ditaduras militares para a democracia, principalmente porque ela permite entender a persistência da tradição do liberalismo oligárquico nestes países.⁷¹

Em geral, a avaliação institucional da democracia restringe-se à consideração da existência de um regime formal e de desempenho de governos, como processos legislativos e judiciários. Se restrito apenas à *análise de regime*, é possível se postular a hipótese da existência de um processo de *democratização institucional*,⁷² o qual compreende o reconhecimento público da legitimidade dos poderes legislativo, executivo e judiciário, ao longo dos últimos anos depois da Ditadura Militar (1985 em diante). Nesse sentido inclui considerar o processo político eleitoral regular, a administração burocrática governamental segundo princípios constitucionais, a ação governamental de dotar as políticas públicas de forma a garantir a ampliação de direitos aos cidadãos, a existência de partidos políticos e de uma esfera pública com uma sociedade civil autônoma e com poder de influência. É cada vez menos possível, entretanto, associar-se a este processo a existência de uma imprensa independente, devido ao fato de que, ao longo das experiências de democracias representativas dos países do Ocidente, ela se apresenta cada vez mais a serviço da ideologia do capitalismo e de outros sistemas ocupantes do poder.⁷³

De qualquer forma, a *democratização institucional* decorre da experimentação de acertos e ajustes pontuais adaptados muitas vezes do modelo europeu e americano de democracia representativa do século XVII. Em termos sociológicos, é possível afirmar-se, no entanto, que apenas a *análise de regime* não captura a prática política democrática como um todo, em função da sua crescente ambiguidade decorrente dos seus próprios limites de avaliação para casos já considerados clássicos de afetação (como corrupção, persistência das oligarquias, poder invisível, baixo rendimento, governo

⁷¹ Cf. Hall; Taylor (2003, p. 193-223); Krischke (2000 a, p. 115); Limongi (1999, p. 101-156); Przeworski; Cheibub; Limongi (2003, p. 9-35); Reis (1999, p. 157-190).

⁷² O processo de *democratização institucional* é aplicado para definir a dimensão de construção de normas e políticas públicas que conferem continuidade ao processo de aperfeiçoamento da democracia no país. No Capítulo 6 sobre *democratização cultural*, estes dois processos são dispostos em paralelo para destacar que o cultural a este é mais amplo, porque contém especificidades da cultura política brasileira entendida a partir da dinâmica de ação da *sociedade civil*.

⁷³ Como assinalado no Capítulo 3, a *sociedade civil* tem-se organizado em torno de outros meios de comunicação através da internet. Para um estudo sobre a história da transformação da esfera pública como subversão do princípio da publicidade, consultar o trabalho clássico de Habermas (1984, principalmente Capítulos 4-7).

excessivamente tecnocrático, etc.),⁷⁴ embora a sua regular utilização sempre provoque disposição para o seu aperfeiçoamento.⁷⁵

Entre outras razões, é por isso que a teoria dos *estudos culturais* entende as vantagens da adoção do sistema político democrático não apenas com relação às regras políticas em si, mas também às políticas econômicas, sociais e culturais que geram uma ordenação democrática da sociedade como um todo. Isso ilumina a possibilidade de se divisar uma vasta gama de esferas públicas possíveis, *em que a cidadania se poderia exercer, e os interesses sociais seriam não apenas representados, mas também fundamentalmente reformulados* (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, apud KRISCHKE, 2000b, p. 121).

Dito de outra maneira, tal é a questão das *interfaces temáticas* que se aduziu no início deste capítulo. Ela aparece irresistivelmente quando se precisa mais em detalhes a forma de avaliação da democracia, seja institucional, seja culturalmente falando. Para o enfoque da *democratização cultural* (o qual é estudado no capítulo seguinte), a avaliação do aperfeiçoamento da democracia não tem como não prescindir de ambas as metodologias de pesquisa.⁷⁶ O Quadro 5.1 exemplifica esta situação.

É interessante notar que tanto um enfoque quanto outro reconhecem também ambiguidades, dificuldades e não linearidades em termos de situações e contextos históricos diversificados (SOUZA, 1999, p. 46). Certamente, cada enfoque destes deve ser entendido em relação a situações empíricas particulares. Segue outro resumo de escopo teórico, no qual se procura fixar as principais variáveis metodológicas e temáticas para os estudos de democratização.

⁷⁴ Conferir crítica em Bobbio (1989, p. 17-40).

⁷⁵ A este respeito, consultar o endereço eletrônico da ONG Transparência Brasil, disponível em: <www.transparencia.org.br>.

⁷⁶ Na verdade, estas correntes possuem enfoques particulares de abordagem, os quais diferem radicalmente entre si em termos de bases teóricas, e não em termos de temáticas de pesquisa. Em geral, a corrente institucionalista (*análise de regime*) apoia-se na teoria da escolha racional e em outras teorias funcionalistas, enquanto os *estudos culturais* estão fortemente associados à análise materialista com alguma disposição para aceitar os fundamentos hermenêuticos da análise cultural.

Quadro 5.1 – Interfaces temáticas nos estudos de democratização no Brasil

Interfaces temáticas	Análise de regime	Estudos culturais
Convergências entre temas comuns	<p>Ex.: Avaliação do processo de eleição para a Assembleia Nacional Constituinte de 1986</p> <p>Principal discussão: tese da representação originária (dos eleitos exclusivamente para a função de elaborar a Constituição)</p>	<p>Ex.: Avaliação do processo de eleição para a Assembleia Nacional Constituinte de 1986</p> <p>Principal discussão: inclusão de garantias legais de proteção aos trabalhadores, direitos sociais, ambientais, além de outros temas e agendas inovadoras, como resultado da articulação de diversos setores da sociedade civil</p>
Convergências a respeito da concepção de esfera pública	<p>Esfera pública estatal</p> <p>Ex.: Avaliação sobre a ampliação do poder do Ministério Público como defensor dos interesses sociais difusos, a partir da promulgação da Lei nº 7.347 – Lei da Ação Civil Pública, de 24 jul. 1985</p>	<p>Esfera pública não estatal</p> <p>Ex.: Avaliação sobre o papel da sociedade civil de se fazer atuante sem estar vinculada diretamente às estruturas formais de participação direta, como conselhos consultivos do governo</p> <p>São os casos dos centros independentes de pesquisa e de promoção de direitos de cidadania, como a ONG Transparência Brasil</p>
Convergências entre processos de aperfeiçoamento da democracia	<p>Avaliação sobre o impacto da aprovação de leis e estatutos de consolidação de conquistas de classes e movimentos sociais</p> <p>Ex.: Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996); Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997); Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003)</p>	<p>Avaliação sobre a experiência de fortalecimento da democracia</p> <p>Ex.: Orçamento Participativo, em Lages (SC), na década de 1970; e que se espalha na década de 1980 em vários outros municípios que privilegiam a participação popular, como Porto Alegre (RS), Belo Horizonte (MG) e Santo André (SP); Fórum Social Mundial, desde janeiro de 2001</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 5.2 – Metodologia e temas de estudos de democratização

Enfoque	Análise de regime	Estudos culturais
Concepção de espaço público	Minimalista ou elitista	Ocupam-se da expansão da esfera pública para além da fronteira do Estado
Unidade de análise	Ação das elites, individualmente consideradas	Ação dos cidadãos coletivos
Atores relevantes	Os partidos e o governo	<i>Subaltern counterpublics</i> : Grupos sociais subordinados que inventam e circulam contradiscursos
Perspectiva temporal	Ciclo de desinstitucionalização, reinstitucionalização do regime, transição e consolidação à democracia	Expansão participativa em aberto
Regime político	Conjunto de regras e comportamentos governamentais	Confronto entre as políticas culturais e as instituições dominantes da perspectiva dos setores subalternos

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Paulo Krischke (2000a, p. 128).

CAPÍTULO 6

DEMOCRATIZAÇÃO CULTURAL

A análise sobre as concepções e experiências de democracia no Brasil compreende a definição de um processo de mudança cultural que denomino de *democratização cultural*. Em geral, a expressão designa o desenvolvimento das artes, da literatura e das formas de expressão de uma sociedade como dança, linguagem, costumes, etc. Todavia, *democratização cultural* refere-se também à incorporação de ideias de liberdade que tem o poder de modificar a cultura e o jeito de pensar das pessoas, transformando assim os modos de ação (BELL, 2000, p. 29).

Este processo apresenta contornos bem mais amplos em comparação ao que já foi apresentado até aqui, por exemplo, a partir do enquadramento teórico e conceitual de *aprendizado político* e *política linguística*. Por *democratização cultural* propõe-se a ideia de um traço de diferenciação para se pensar a democracia brasileira, qual seja a constituição da modernização da sociedade a partir de processos de revisão de valores culturais.

Por um lado, este esquema absorve a ideia de mudança cultural das teorias de modernização que enfatizam fatores consagrados como educação, urbanização, industrialização, alfabetização, migração, prosperidade material e acesso aos meios de comunicação de massa e tecnologias de informação como a internet (LIPSET; DEUTSCH apud BELL, 2000, p. 33-34). No entanto, por outro lado, destaca-se a importância maior da mudança

de valores decorrentes das transformações de certos aspectos da estrutura social brasileira quando da adoção de políticas de distribuição de renda e de reconhecimento cultural a partir principalmente dos dois governos do ex-presidente Lula (2003-2010). Como decorrente desta transformação, a teoria da *democratização cultural* que postulo assinala também o aspecto da modernização referente às mudanças qualitativa da *esfera pública* e da *sociedade civil*, responsável por conferir maior dinamismo e vigor à democracia brasileira.

Em termos comparativos, é que a identificação pretérita de avaliação da democracia brasileira baseava-se em experiências de mobilizações estratégicas de diversos tipos, seja de partidos políticos, seja de movimentos sociais que usualmente sustentava uma rígida dicotomia entre sociedade civil e Estado, em função da pesada herança do regime militar e da própria transição à democracia que se iniciava. Nos últimos anos, esta rígida dicotomia não existe no sentido do agir estratégico dos atores sociais, invariavelmente restrita a interesses com fins previamente definidos (por exemplo, sindicatos com suas demandas pontuais e específicas referentes a salários e direitos trabalhistas, movimentos sociais com suas demandas por reconhecimento e partidos políticos com suas plataformas eleitorais) e às formas de resistência à opressão e violência do Estado. Hoje esta dicotomia delimita muito mais um avanço na compreensão dos distintos papéis políticos e sociais (entre funções de representação política dos governantes e função dos atores sociais da *sociedade civil*), pois o *aprendizado político* da democracia, conforme estudado no terceiro capítulo deste livro, retrata que os atores sociais apresentam demandas mais sofisticadas, matizadas e flexíveis que àquelas herdadas do marxismo e das lutas contra a ditadura (KRISCHKE, 2000a, p. 121-122), enfrentando situações e problemas que as políticas de distribuição de renda e de reconhecimento cultural permitiram que fossem comunicadas. Portanto, mais uma vez, o aparato teórico habermasiano é fundamental para se compreender a função da linguagem como *agir estratégico* que se torna *agir comunicativo* orientado para o entendimento mútuo dentre dos muitos contextos de vida democrática. Segundo Habermas, a noção de *entendimento mútuo*:

[...] refere-se ao processo básico de unificação entre sujeitos aptos a falar e agir. Processos de entendimento visam a um comum acordo que satisfaça as condições de um assentimento racionalmente motivado quanto ao conteúdo de uma exteriorização. Um comum acordo almejado por via comunicativa tem um fundamento racional, pois nenhuma das partes jamais pode impô-lo: nem de modo

instrumental pela intervenção imediata na situação da ação, nem de modo estratégico, pela influência calculista sobre decisões de um oponente. É certo que se pode forçar um comum acordo, de maneira objetiva; mas o que se estabelece de maneira visível, por meio de ações efetivas vindas de fora ou mediante o uso de violência, nada disso pode ser considerado comum acordo, de um ponto de vista subjetivo. O comum acordo baseia-se em convicções partilhadas. O ato de fala de um só tem sucesso quando o outro aceita a oferta aí presente; ou seja, é preciso que – ao manifestar “sim” ou “não”, e de maneira mais, ou menos implícita – o outro assuma posição diante de uma pretensão de validade fundamentalmente passível de crítica. (HABERMAS, 2012, v. 1, p. 498, grifo do autor).

Nesse sentido, *democratização cultural* ocorre quando há certa continuidade estável do sistema político que favorece o *empoderamento* e a *autolimitação* da *sociedade civil*, mas não em termos de uma dicotomia rígida entre partes conflitantes que apenas podem agir estrategicamente para salvaguardar seus interesses. Ao contrário, é justamente a capacidade de reconhecer, de discutir e de agir visando alcançar entendimento sobre a existência de conflitos entre atores sociais com visões de mundo diferentes o traço distintivo do processo de *democratização cultural*. Como se perceberá adiante, tanto as políticas de redistribuição de renda quanto as políticas de reconhecimento cultural partem do pressuposto de um entendimento de que o valor da democracia consiste na *inclusão* mais do que na competição entre diferentes atores com interesses conflitantes. Este é o ponto. O conteúdo moral de solidariedade da democracia brasileira faz toda a diferença, uma vez que o espaço público da política torna-se espaço do agir comunicacional, com toda a sofisticação reflexiva inerente a ele. O processo de *democratização cultural* caracteriza-se justamente pela capacidade inclusiva de pessoas e temas relevantes que fortalecem o espaço público, um processo ímpar na história brasileira, da mesma forma quando se compara ao resto do cenário político internacional, caracterizado por políticas neoliberais excludentes (NERI; SOUZA, 2012, p. 18-21). O quadro a seguir define as diferenças entre agir estratégico e agir comunicativo.

Quadro 6.1 – Agir estratégico e agir comunicativo

Modalidade da ação social e relação social por	Agir estratégico	Agir comunicativo
Conceito	Agir sob a observância de regras de escolha racional e quando avaliada sob o grau de efetividade da influência exercida sobre as decisões de um oponente racional	Agir que considera fins individuais sob a condição de que sejam capazes de conciliar diversos planos da ação com base em definições comuns sobre a situação vivida
Contexto social	Autoritário e/ou democracia regulada, com restrita liberdade, em geral de garantia de poucos direitos individuais e sociais	Esfera pública plural, aberta e expansiva, permeada por diferentes interesses de grupos minoritários e empoderados, com poder simbólico de manifestação
Tipo de interação	Simbolicamente mediada por regras fixas e predefinidas pela autoridade tradicional	Simbolicamente mediada por regras públicas de negociação, baseadas em princípios de solidariedade e justiça pública
Objetivo	Alcançar êxito a partir da aplicação de normas restritas	Alcançar entendimento, com tolerância às diferenças e liberdades de consciência
Situação concreta exemplificativa	Brasil: período militar e da transição à democracia constitucional (1964-1979-1988), sindicatos <i>versus</i> patrões; movimentos sociais e partidos <i>versus</i> governo Destaque para o <i>Movimento Diretas Já</i> , com o fim estratégico dos partidos políticos de alcançar o poder	Brasil: período da redemocratização em diante (desde 1982/contexto pluripartidário), com múltiplos atores sociais e políticos Destaque para as <i>Manifestações de junho de 2013</i> , quando a sociedade civil comunicou seu poder de pautar a política pelo diálogo com os governos
Tipo de direito	Tradicional e baseado em normas de ética legal	Baseado em princípios e na ética da consciência, da responsabilidade e da solidariedade
Exemplo de direitos	De liberdade regulada, conservador e patrimonialista	Expansão da garantia da liberdade; evolução da lei do divórcio desde 1977; direitos socioambientais; direitos das minorias, a exemplo da conversão da união estável homoafetiva para casamento civil, pelo STF, em 2011

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Habermas (2012, v. 1, p. 495-499; v. 2, p. 315).

Com estas referências teórico-conceituais é possível retomar-se então o que foi inicialmente apresentado nos primeiros parágrafos deste capítulo sobre o processo de *democratização cultural* da sociedade brasileira. De lá, pode-se apresentar, de forma didática, quatro teses que constituem as linhas centrais de explicação deste capítulo:

- 1) Há indicadores sociais das teorias da modernização que explicam a mudança cultural da sociedade brasileira.
- 2) Existe um traço de diferenciação da democracia brasileira que está ligado à disposição dos atores sociais empoderados e dispostos a rever *valores culturais fundantes da sociedade*.⁷⁷
- 3) Há aspectos da estrutura social brasileira que se alteraram em função da adoção de políticas públicas de distribuição de renda e de reconhecimento cultural.
- 4) O processo de *democratização cultural* como um todo aponta para uma mudança qualitativa da *esfera pública* e da *sociedade civil* brasileira.

Do lado dos indicadores sociais das teorias da modernização, estes nos servem para assinalar a mudança da sociedade brasileira em relação a sua composição populacional, estrutura familiar, renda, os serviços públicos que atendem os domicílios dos centros urbanos, entre outros aspectos. Os serviços foram avaliados no quesito da disposição à garantia das mínimas condições de vida, serviços como sistema de água potável ligada à rede de distribuição aos domicílios, sistema sanitário de tratamento de esgoto e coleta de lixo. Nesse sentido, segundo o IBGE, a ação de dotar a população com serviços de coleta de esgoto sanitário constitui uma *das mais importantes estratégias no combate à desigualdade social* (IBGE, 2007, p. 70). A metodologia de análise está restrita à avaliação dos dados da *Síntese dos Indicadores Sociais* de 2007, 2010 e 2013, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). A seleção destes dados se deve em função das clivagens históricas verificadas não apenas em termos de análise da situação da população, dos domicílios, mas também para o que diz respeito aos indicadores sociais de renda, perfil das famílias, educação, etc. Os dados também foram comparados para as séries históricas das décadas de 1960 e das décadas anteriores à série de 2007 em diante.

De acordo com os Indicadores mínimos do IBGE, do Censo de 1996,⁷⁸ a taxa de crescimento da população mostrava uma tendência regular ao declínio desde a década de 1960, quando o Brasil ainda era um país agrícola com a sua composição populacional majoritariamente rural. Em 1980, a população brasileira passa a ser majoritariamente residente dos centros urbanos, com quase 70% (67,6%). Em 1996, ela alcança 78,4%, ou seja, quase 80% dos brasileiros passam a viver em centros urbanos. Em 2012, a taxa de urbanização

⁷⁷ Por *valores culturais fundantes da sociedade* brasileira entenda-se aqui o modo como são pensadas as formas de integração social como a família, a cidade, a educação, os papéis sociais, etc., em especial em termos teórico-conceituais pela sociologia brasileira.

⁷⁸ Para uma análise detalhada sobre estes dados, acessar o endereço eletrônico disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/notasindicadores.shtm>>.

do país alcança 85%, com uma população total de 195 milhões de habitantes (IBGE, 2012, p. 41).⁷⁹

É necessário aqui considerar alguns aspectos desta mudança qualitativa na estruturação da cultura brasileira: o acesso à educação, o perfil da composição da população, por idade e sexo; a organização geográfica, esta última concentrada em grandes centros, mas ainda com especificidades relacionadas ao meio rural, etc. Como se compõe a sociedade brasileira desde a década de 1980? Quais as consequências culturais decorrentes da passagem da vida para os grandes centros? A explicação a respeito da tendência regular ao declínio da taxa de crescimento populacional é informada, pelo IBGE, como consequência do declínio da taxa de fecundidade, resultado das políticas de saúde de controle da natalidade (IBGE, 2013, p. 19-22). Contribuem para esta redução o aumento da renda e o acesso à educação, esta última ainda muito aquém das condições mínimas necessárias de um país moderno (IBGE, 2013, p. 17-18). Como se pode ler:

Entre 2002 e 2012, a sociedade brasileira passou por mudanças que produziram impactos significativos sobre as condições de vida da população. Por um lado, o dinamismo do mercado de trabalho se traduziu no crescimento da população ocupada e na formalização das relações de trabalho, onde um contingente maior de trabalhadores passou a contar com uma série de direitos e benefícios vinculados à posse da carteira de trabalho. Da mesma forma, o crescimento real do rendimento do trabalho ampliou não apenas o acesso de mais trabalhadores ao mercado de consumo, como também reduziu os diferenciais de rendimento de trabalho. Cabe ressaltar o papel desempenhado pelo salário mínimo, cuja valorização neste período permitiu a ampliação do poder de compra dos trabalhadores com mais baixos rendimentos e dos beneficiários da Previdência Social, cujo piso equivale ao valor do mínimo vigente. Em paralelo, a criação, ampliação e consolidação de um conjunto de políticas de transferência de renda voltadas para segmentos da população historicamente excluídos de medidas protetivas por parte do Estado, contribuiu também para a redução nos indicadores de desigualdade de rendimento, acesso a programas e serviços de saúde na área de atenção básica e frequência escolar. A ampliação do ensino obrigatório para crianças de 4 a 7 anos de idade, prevista na legislação vigente, renova os desafios de superação

⁷⁹ Diferentemente de pesquisas que dão como causa direta das *Manifestações de junho de 2013* o aumento populacional das metrópoles assim como também a facilidade ao crédito imobiliário (o que estimulou a compra financiada do primeiro imóvel a exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida), a argumentação deste capítulo enxerga muito mais uma diversidade de fatores causais. Apesar disso e a respeito desta monocausalidade, consultar Maricato (2013a).

dos gargalos reconhecidos, como o acesso à educação infantil e ao ensino médio. (IBGE, 2013, p. 17-18).

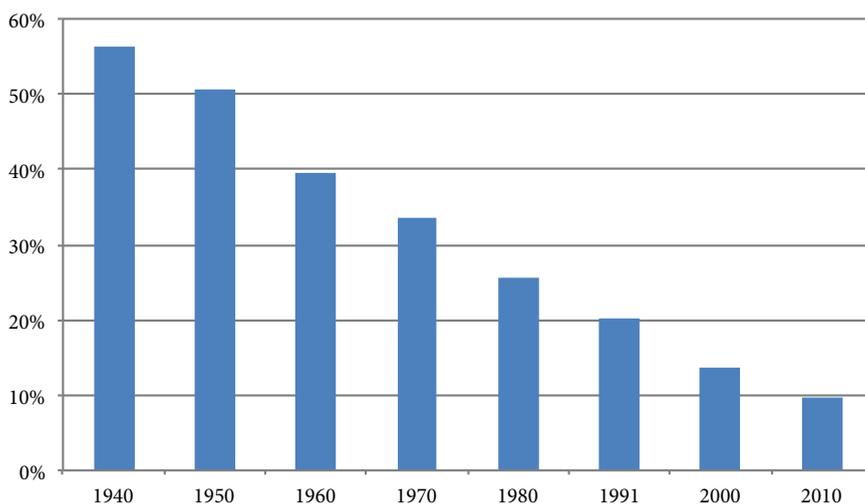
Em 2006, o IBGE já havia demonstrado que, de 1996 a 2006, as taxas brutas de frequência à escola de alguns segmentos etários apresentavam crescimento relativo muito significativo. Para as crianças de 0 a 3 anos de idade, os percentuais dobraram nesse período, de 7,4% para 15,5%. Na faixa seguinte, de 4 a 6 anos, as taxas passaram de 53,8% para 76%, um aumento de mais de 40%. Em 2012, as taxas subiram para 21% na faixa de 0 a 3 anos, e 78,2%, na faixa de 4 a 6 anos. No entanto, estes dados estão muito aquém dos recomendados na comparação internacional, pois o país ainda ocupa os piores números, atrás de muitos países da América Latina que também passaram por ditaduras militares (IBGE, 2013, p. 188-119). Nas famílias mais pobres, apenas 9,9% das crianças com até 3 anos de idade frequentavam creches, em 2006. Nesse mesmo ano, 76,4% dos estudantes do ensino superior eram de universidades particulares, e apenas 23,6% estavam em estabelecimentos públicos. Mais da metade dos estudantes que frequentavam o ensino superior na rede pública (54,4%) pertenciam aos mais ricos. Em 2012, 32,3% dos jovens entre 18 e 24 anos de idade não haviam concluído o ensino médio e não estavam estudando, o que representa uma queda de 8,8 pontos percentuais nos últimos dez anos. Esta taxa representa um abandono escolar precoce, um importante indicador de vulnerabilidade na medida em que esses jovens podem, futuramente, tornar-se um grupo com menos oportunidades de inserção qualificada no mercado de trabalho (IBGE, 2013, p. 125).⁸⁰

Quando se observa a dinâmica do ensino no país como um todo, a partir da década de 1990, segundo o estudo da pesquisadora da Unicamp, Cibele Yahn Andrade (2012), intitulado “Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social”, constata-se todavia que houve a universalização do ensino fundamental, o crescimento do ensino médio e também do ensino superior, cujas matrículas triplicaram. Com base nos números de 1999 a 2009, pode-se pensar que houve apenas uma *democratização institucional* significativa, no sentido da existência de políticas de ofertas de vagas. Embora os números sejam muito baixos, por exemplo, o percentual de acesso dos jovens ao ensino superior é ainda muito restrito, pois abrangem apenas 19% na faixa etária de 18 a 24 anos, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio do IBGE, mas, como essa variação ocorreu entre os jovens de menor renda, isso significa, sem dúvida, um fator de *democratização cultural*.

⁸⁰ Para um estudo mais abrangente sobre a situação do ensino no Brasil, consultar Andrade (2012).

Mas apenas muito restritamente. Uma comparação com as séries históricas anteriores às variações da década de 1990 em diante nos permite visualizar uma *democratização cultural* importante em termos de progressivo significado do papel da oferta de educação no Brasil. O país tem reduzido o analfabetismo de maneira muito lenta, embora de forma continuada, o que pode ser visto da seguinte forma comparativamente às décadas de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 para, respectivamente, 56,2%; 50,5%; 39,6%; 33,6%; 25,5%; 20,1%; 13,6%; 9,6% (IBGE, 2010, 2010a). A figura abaixo permite uma visão mais longitudinal:

Figura 6.1 – Analfabetismo no Brasil



Fonte: Adaptada pelo autor a partir de IBGE, 2010.

Analisando o estudo da pesquisadora Cibele Yahn Andrade (2012) mais detalhadamente, é possível constatar a significativa variação histórica. A tabela abaixo ilustra a evolução do acesso à educação em termos de percentuais da população na idade de 18 a 24 anos, segundo o nível de escolaridade, considerando uma comparação de 15 anos, entre 1995 e 2009.

Tabela 6.1 – Evolução do acesso à educação em termos de percentuais da população na idade de 18 a 24 anos, segundo o nível de escolaridade – Brasil – 1995 e 2009

Anos	1995		2009		Varição
	Números absolutos	Percentuais	Números absolutos	Percentuais	Percentuais
Não concluiu o ensino fundamental	10.543.903	58%	4.779.743	21%	-55%
Concluiu apenas o ensino fundamental	4.198.864	23%	6.085.077	27%	45%
Concluiu o ensino médio, mas não teve acesso ao ensino superior	2.192.191	12%	7.493.878	33%	242%
Tiveram acesso ao ensino superior	1.320.357	7%	4.440.540	19%	236%
Total	18.255.315	100%	22.799.238	100%	

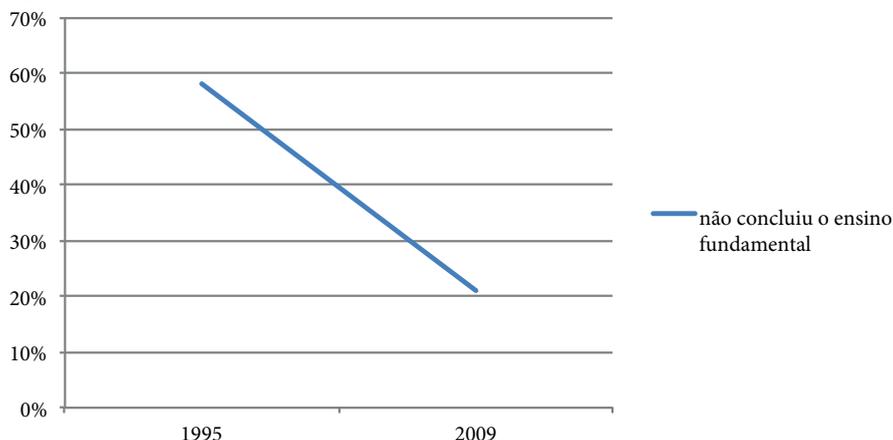
Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Andrade (2012) e dos dados das Pesquisas Nacionais de Amostra de Domicílios, entre 1995 e 2009.

A quantidade de jovens que não concluiu o ensino fundamental diminuiu expressivamente. Segundo mostra a Tabela 6.1, o percentual reduziu-se para menos da metade (de 58% para 21%). Permanece, entretanto, o significativo índice de 21% de jovens entre 18 e 24 anos sem concluir o ensino fundamental. Já o percentual daqueles que concluíram o ensino fundamental e que não prosseguiram os estudos no ensino médio manteve-se sem muita alteração, variando de 23% para 27%. A *democratização cultural* do ensino pode realmente ser observada quando se visualiza o percentual daqueles que atingiram o ensino médio como o mais alto grau de escolaridade, pois este percentual variou expressivamente, tendo um crescimento de 242%, embora sobre uma base pequena, uma vez que variou de 12% para 33%. Houve também um crescimento notável, como constatou a pesquisadora da Unicamp, para a proporção de jovens que tiveram acesso ao ensino superior. O crescimento foi de 236%, porém igualmente sobre uma base pequena. O percentual observado cresceu apenas de 7% para 19% durante os 15 anos analisados (ANDRADE, 2012, p. 2).

É importante considerar aqui as séries históricas da evolução desta tabela para uma perspectiva do mesmo período de tempo, pois há uma queda muito acentuada do percentual daqueles que não concluíram o ensino fundamental e o crescimento daqueles que concluíram o ensino médio, conforme as linhas

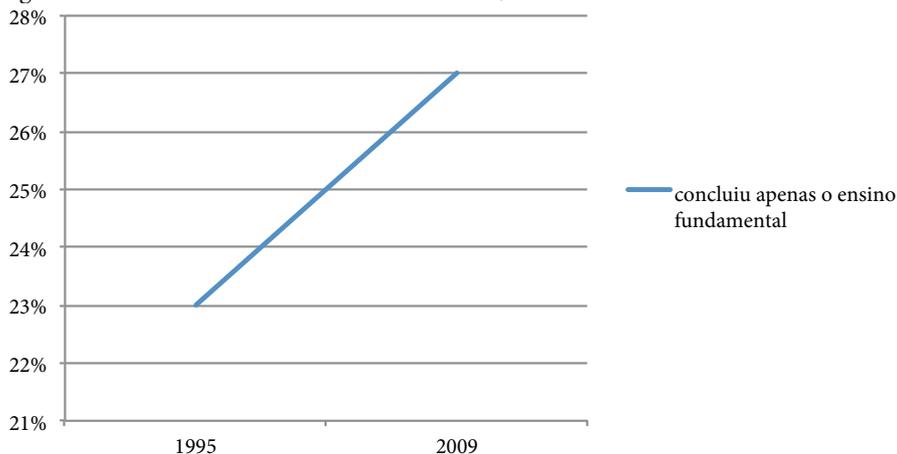
dos gráficos abaixo demonstram. Somente existe uma estabilização para o grupo que concluiu o ensino fundamental, mas que não concluiu o ensino médio em torno de 20%. Por sua vez, entre aqueles que lograram o ensino superior há um crescimento razoável na ordem de 19%, o que representa 4,4 milhões de jovens, durante os 15 anos analisados pela pesquisadora da Unicamp (ANDRADE, 2012, p. 2-3).

Figura 6.2 – Não concluíram o ensino fundamental



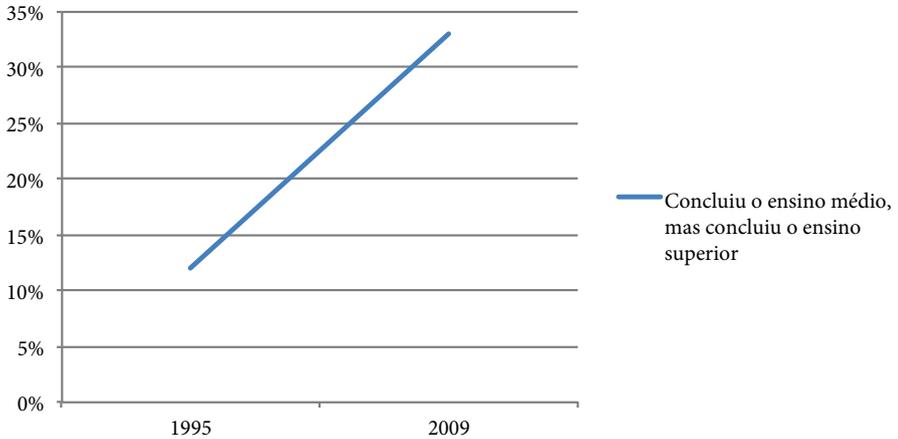
Fonte: Andrade (2012) adaptado a partir dos dados das Pesquisas Nacionais de Amostra de Domicílios, entre 1995 e 2009.

Figura 6.3 – Concluíram o ensino fundamental, mas não o médio



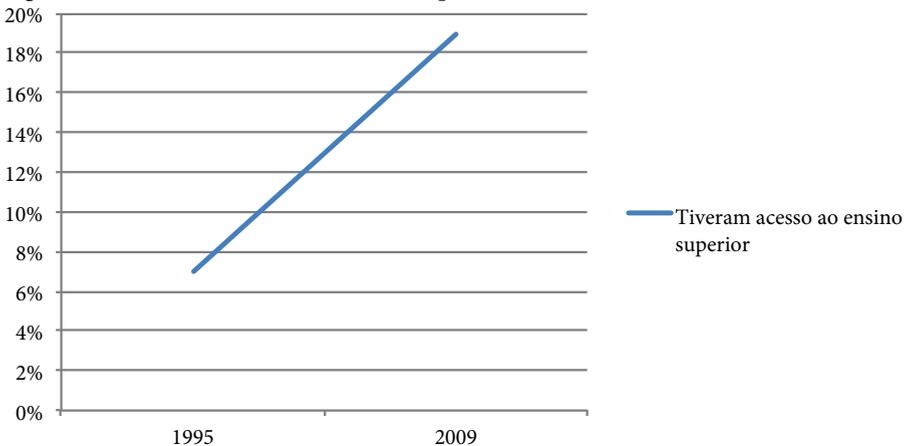
Fonte: Andrade (2012) adaptado a partir dos dados das Pesquisas Nacionais de Amostra de Domicílios, entre 1995 e 2009.

Figura 6.4 – Concluíram o ensino médio



Fonte: Andrade (2012) adaptado a partir dos dados das Pesquisas Nacionais de Amostra de Domicílios, entre 1995 e 2009.

Figura 6.5 – Tiveram acesso ao ensino superior



Fonte: Andrade (2012) adaptado a partir dos dados das Pesquisas Nacionais de Amostra de Domicílios, entre 1995 e 2009.

No aspecto da evolução do acesso segundo a renda familiar *per capita*, o estudo de Andrade (2012) evidencia as diferenças a partir de diferentes níveis de ensino. Como pode ser observado na Tabela 6.2, os dados referentes a 2009 demonstram que, entre os jovens mais pobres (1^o e 2^o Quintis), os que não conseguiram completar o ensino fundamental ou o médio são os mais elevados, entre 44% e 26% e 33% e 34% para fundamental e médio respectivamente. Para os jovens de mais alta renda (5^o Quintil), o percentual que tiveram acesso ao ensino superior é de 60%, valor semelhante ao dos países ricos.

Tabela 6.2 – Evolução do acesso segundo a renda familiar *per capita*

Nível de escolaridade	Quartil 1	Quartil 2	Quartil 3	Quartil 4	Quartil 5	Total
Não completou ensino fundamental	44%	26%	15%	7%	3%	21%
Não conclui o ensino médio	33%	34%	29%	21%	12%	27%
Completou ensino médio	21%	33%	42%	43%	26%	33%
Teve acesso ao ensino superior	3%	7%	14%	29%	60%	19%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Andrade (2012) adaptado a partir dos dados das Pesquisas Nacionais de Amostra de Domicílios, entre 1995 e 2009.

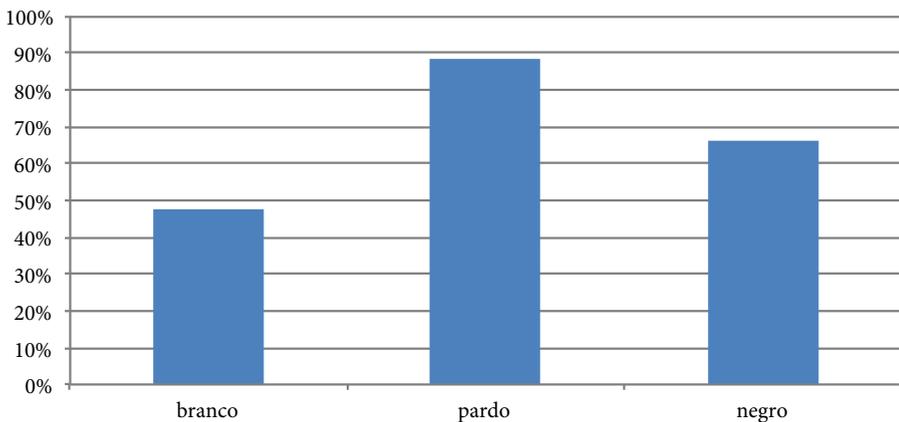
Apesar dos avanços aqui apontados, este último dado nos chama a atenção para a injustiça social existente no país, pois a educação é um direito de todos os brasileiros. Andrade (2012, p. 7) justifica que a solução estaria em fomentar políticas públicas capazes de ampliar a equidade do acesso aos níveis mais altos de escolaridade. Esta é uma maneira de conceber a democracia de um ponto de vista claramente a favor de uma mudança cultural, proporcionando a necessária distribuição de renda. Os jovens mais pobres que abandonam ou não concluem o ensino fundamental e médio têm seus direitos constitucionais violados. É necessário um entendimento nesse sentido que obrigue o Estado a garantir seus direitos. Assim como existem hoje bolsas de estudos que garantem a permanência do estudante universitário (embora em valor muito aquém do mínimo necessário para tal), os estudantes desfavorecidos de renda necessitariam também de bolsas de permanência no ensino fundamental e médio, para que a sociedade brasileira não continuasse a perdê-los para formas de trabalho sem o devido reconhecimento para aqueles que desejam estudar. De nada adianta o incremento no número de vagas de acesso aos vários níveis de ensino, com os indicativos tão altos de abandono e incompletude do ensino. Este tipo de direcionamento cultural deve ser promovido pelo Ministério Público, instituição responsável por defender a cidadania e a ordem constitucional.

Como último ponto a considerar sobre a educação no Brasil, percebe-se que as melhorias são evidentes depois do processo de abertura política (1985 em diante), tendo como base o início da regularidade dos processos eleitorais em todos os níveis da federação assim como se visualizadas as tabelas que apontam desde a diminuição do analfabetismo até os que contabilizam os números sobre níveis de escolaridade e acesso ao ensino superior. Isso não quer dizer exatamente que municípios, estados e federação avançaram em conjunto no esforço de enfrentar o desafio de superação dos problemas, mas, em comparação com a época do regime militar, a democracia fez avançar a ideia da universalização do

ensino desde então, embora ainda hoje apenas para o ensino básico obrigatório, incluindo o ensino fundamental e médio (universal e gratuito dos 4 aos 17 anos), conforme Emenda Constitucional nº 59, de 2009.

A mudança cultural em curso na democracia brasileira diz respeito também ao aumento da renda e, por conseguinte, da melhoria das condições de vida da população. Muitas mudanças decorrem daí. O livro *Programa Bolsa Família – uma década de inclusão e cidadania* (CAMPELLO; NERI, 2013) destaca, por exemplo, a redução de 15% a 20% da desigualdade de renda no Brasil, desde a adoção do programa em 2003. Houve inclusive, durante o período, a queda na desigualdade entre estados e regiões do país. A taxa extrema de pobreza diminuiu de 8% para 4,7% da população brasileira. Segundo um dos organizadores do livro, o pesquisador Marcelo Neri, o Programa Bolsa Família está mudando a estrutura do país no que diz respeito à redução da desigualdade de renda e de condições de consumo. Ao todo, este programa beneficia mais de 13 milhões de famílias. O combate à desigualdade horizontalizou melhorias de renda. Nestes dez anos, pessoas que vivem em famílias chefiadas por analfabetos tiveram 88,6% de aumento de renda, contra 11% de decréscimo para aqueles cujo chefe familiar possui 12 anos de instrução regular ou mais. No Nordeste, a renda cresceu 72,8%, enquanto no Sudeste, 45%. Para os negros, o aumento da renda foi de 66,3%, enquanto a autodeclarada parda obteve melhoria de 88,5% do ganho pelo trabalho. Para os brancos, o crescimento de renda foi de 47,6%. A Figura 6.6 a seguir ilustra esta transformação inédita da estrutura social brasileira.

Figura 6.6 – Aumento da renda segundo a cor desde o implemento do Programa Bolsa Família (2003-2013)



Fonte: Campello; Neri (2013).

Estes números também são reflexos do ajuste nominal do salário mínimo.⁸¹ Para Tereza Campello, também organizadora do livro, a autonomia das mulheres é um dos indicadores do potencial intrínseco de mudança na sociedade. Ela destaca que:

O pagamento do benefício por meio de cartão magnético pessoal e a priorização dada à mulher como titular deste cartão – hoje, 93% dos titulares são mulheres – proporcionaram o empoderamento feminino em espaços públicos e privados. (CAMPELLO; NERI, 2013, p. 17).

A experiência destes dez anos tem demonstrado que os índices de fecundidade entre as faixas de renda mais pobres caíram rapidamente, apesar da crença disseminada de que as famílias atendidas seriam incentivadas a ter mais filhos. Da mesma forma, desfez-se o mito do “incentivo à preguiça” que o Bolsa Família estaria provocando, pois existem indicadores, mostrados no livro, de aumento da ocupação, informalidade e procura por emprego muito semelhantes entre beneficiários e não beneficiários. O perfil das famílias inscritas no programa representa 72% das pessoas da extrema pobreza, 64% dos responsáveis pelas famílias não chegaram a completar o ensino fundamental e a maioria dos habitantes é do Nordeste do país, em cerca de 50%. No entanto, apesar de estes números serem ainda muito ruins, o livro mostra que as crianças beneficiárias do programa têm progressão escolar seis pontos percentuais maior na comparação com aquelas não beneficiárias de mesmo perfil socioeconômico. Há impactos muitos positivos também na atenção básica à saúde, com mães beneficiadas e redução da subnutrição infantil.⁸² O programa destina muito pouco em termos monetários a essas famílias, muitas vezes bem menos do que o salário mínimo, e o interessante nisso é que, apesar deste pouco, ele tem sido capaz de mudar o perfil socioeconômico do país.

Isso pode ser corroborado a partir dos dados estudados por Marcelo Neri e Pedro Souza (2012) no trabalho intitulado “A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda”. Para estes pesquisadores do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), deve-se frisar, antes de tudo, que a desigualdade brasileira está entre as 12 mais altas do mundo, mas, apesar disso, ela atingiu, em dez anos do Programa Bolsa Família, o piso das nossas séries históricas. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) (apud NERI; SOUZA, 2012, p. 6):

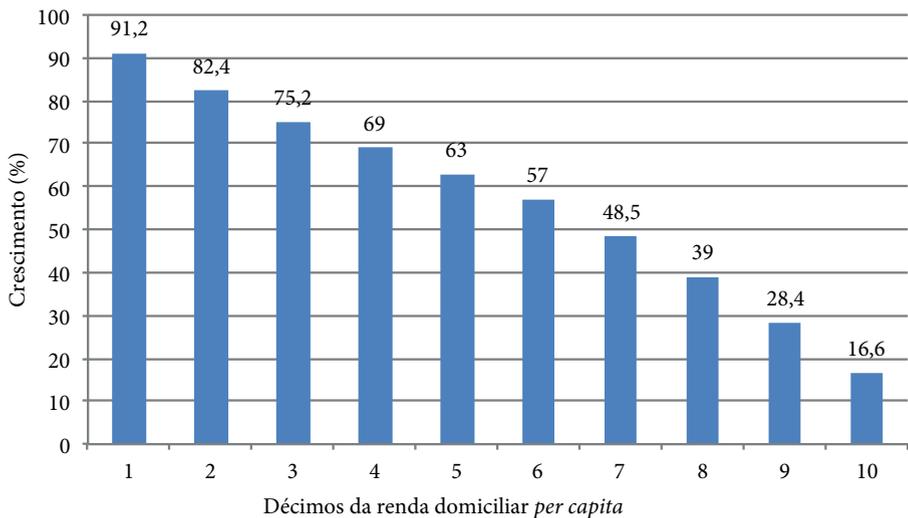
⁸¹ Estas informações estão disponíveis em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20391>.

⁸² Estas informações estão disponíveis em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20391>.

[...] a desigualdade de renda no Brasil vem caindo continuamente desde 2001. Entre 2001 e 2011, a renda per capita dos 10% mais ricos aumentou 16,6% em termos acumulados, enquanto a renda dos mais pobres cresceu notáveis 91,2% no período. Ou seja, a do décimo mais pobre cresceu 550% mais rápido que a dos 10% mais ricos. Os ganhos de renda obtidos aumentam paulatinamente, na medida em que caminhamos do topo para a base da distribuição de renda.

Estes dados podem ser visualizados na Figura 6.7.

Figura 6.7 – Crescimento da renda 2001-2011 (%)



Fonte: IPEA a partir dos microdados da PNAD

Segundo Neri e Souza (2012), o Brasil atingiu em 2011, pelos dados do IBGE, seu menor nível de desigualdade de renda desde os registros nacionais iniciados em 1960. Para estes pesquisadores, a desigualdade no Brasil permanece entre as 15 maiores do mundo e levaria pelo menos mais vinte anos, dentro do atual ritmo de crescimento, para se atingir níveis como o dos Estados Unidos, que não representam uma sociedade igualitária. Isso demonstra, entretanto, que existem sobras de reserva de crescimento para incluir os pobres, que apenas começaram a ser exploradas na década passada. Além disso, a renda dos grupos tradicionalmente excluídos tem sido a que mais prosperou (NERI; SOUZA, 2012, p. 8).

A melhoria na condição de renda tem sido medida também através do raciocínio que valoriza a diminuição do número de filhos por família e o envelhecimento da população brasileira. Desde muito tempo, a ideia de

modernidade está baseada no raciocínio que pressupõe que o problema da miséria nos países pobres deriva do descontrole da natalidade, sem problematizar o modelo de produção e distribuição da riqueza entre os povos. No Brasil, as políticas públicas de saúde são também reféns deste raciocínio. A taxa de fecundidade total do Brasil, em 2012, foi de 1,8 filho por mulher em projeção de 2012 (IBGE, 2013, p. 22). Esta taxa está em declínio desde a segunda metade dos anos 1970. A taxa de fecundidade total (número de filhos por mulher em idade reprodutiva) caiu de 5,8 filhos em 1970, para 2,3 filhos em 1999. Em decorrência disso, a estrutura etária do país foi avaliada como absolutamente plausível em termos relativos (por efeito da redução relativa da população de crianças e jovens) e absolutos quanto ao progressivo aumento da expectativa de vida (IBGE, 2000, p. 21-22). Segundo projeções do IBGE para 2030 e 2055, publicadas na *Síntese dos Indicadores sociais de 2013*,

[...] o grupo de idosos de 60 anos ou mais será maior que o grupo de idade com até 14 anos de idade para 2030, e em 2055 a participação de idosos na população total será maior do que a de crianças e jovens com até 29 anos de idade. (IBGE, 2013, p. 21).

A redução do número de filhos, como consequência ou associada à melhoria da renda, permitiu uma situação de vida melhor, em especial para a mulher na sociedade. Os dados do IBGE também apontam nesse sentido. Segundo os dados da avaliação das condições de vida nos lares urbanos brasileiros, em 1999, só em 38% dos lares havia máquina de lavar roupa. Em 2006 era de 42%; já em 2010, metade das famílias brasileiras dispunham desta máquina. Trata-se, sem dúvida, de uma revolução no cotidiano em função do grande tempo despendido na tarefa de lavar as roupas da família. E isso se deve significativamente à facilidade do crédito para a população de baixa renda. Em 2010, mais de 96% dos domicílios brasileiros tinha geladeira e televisão em cores (IBGE, 2010, p. 18-22).

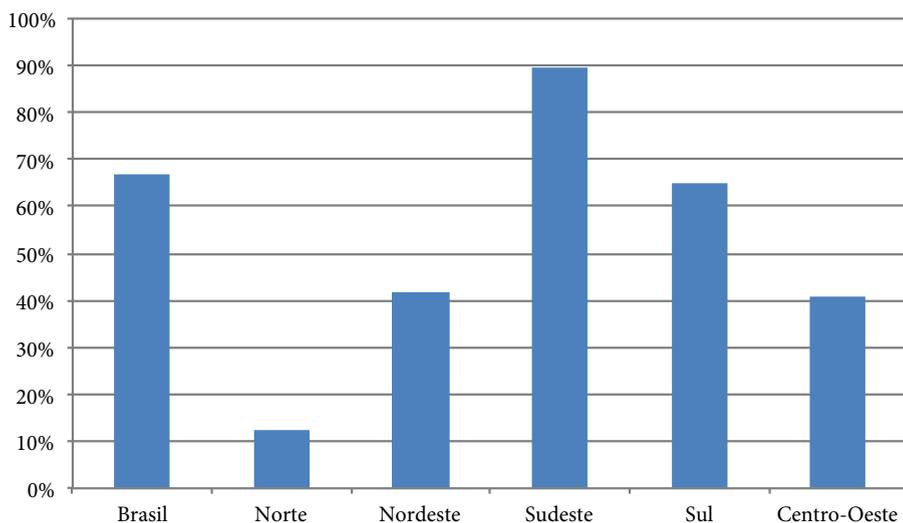
A melhoria da renda permitiu ao IBGE avaliar a existência nos domicílios de acesso à luz elétrica, telefone fixo, internet, computador, geladeira, televisão em cores e maquina de lavar roupas. No período entre 2004 e 2009, elevou-se de 12% para 21% o percentual de domicílios que dispunham de todos estes bens domésticos. Em 2012, o índice alcançou 31%, mas saiu a posse do telefone fixo (considerado caro para a maior parte da população) e entrou o telefone celular, e se incluiu o DVD, característica da inclusão digital mais sofisticada em relação a eventos audiovisuais e à música (IBGE, 2012, p. 82-94).

As condições dos domicílios urbanos brasileiros também foram avaliadas de modo a se entender a mudança cultural para o perfil da

composição das famílias, em razão da organização geográfica que se alterou durante as últimas décadas de concentração da população em grandes centros. Como se compôs a família brasileira desde a década de 1980, quando começa a urbanização intensiva? Como destacado acima, a partir desta década as variações das taxas de urbanização são da seguinte ordem: em 1980: 67,6%; 1996, 78,4%; e em 2012, passados 32 anos, 85%, quando a população brasileira atinge um total de 195 milhões de habitantes (IBGE, 2012, p. 41). Quais as consequências culturais decorrentes da passagem da vida rural para os grandes centros?

Entre 2007 e 2013, houve uma variação significativa nos números e na forma de avaliar a questão de serviços de abastecimento de água potável, serviço de esgoto sanitário e coleta de lixo nos domicílios urbanos brasileiros, conforme o IBGE. Os dados levantados de 2006 (IBGE, 2007, p. 67-70) indicavam que 93% dos domicílios brasileiros dispunham do serviço de abastecimento de água potável, enquanto 66,8% contavam com o serviço de esgoto sanitário. À época, o IBGE considerava saneamento adequado ou completo os domicílios com serviços simultâneos de abastecimento de água por rede geral com canalização interna, ligados à rede geral de esgotamento sanitário e/ou rede pluvial, e com serviço de coleta de lixo diretamente no domicílio. Dentro desta situação, era assim o panorama geral do país:

Figura 6.8 – Serviços simultâneos de abastecimento de água, esgoto e coleta de lixo nos domicílios urbanos em 2006 no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2007, p. 70).

Nas regiões metropolitanas é onde se concentram os maiores problemas. Em 2006, por exemplo, dois milhões de domicílios em São Paulo não dispunham destes serviços, considerando um número de três pessoas por domicílio. Estes serviços são dispostos conforme a renda das famílias. No total, 41,3% dos domicílios para até meio salário mínimo *per capita* de rendimento médio dispunha do serviço simultâneo de abastecimento de água, esgoto e coleta de lixo. Com rendimento médio de mais de dois salários mínimos de rendimento domiciliar *per capita*, o percentual subia para 77,5% da população. Durante o período de 1999 a 2009, no entanto houve uma redução dos números absolutos nas grandes regiões, de 36,4% para 31,7% (IBGE, 2010, p. 87). Nas avaliações da *Síntese dos indicadores sociais de 2013* (IBGE, 2013), observou-se uma significativa mudança de foco, privilegiando do modo mais qualitativo a situação dos domicílios urbanos brasileiros. Os dados apontaram para melhorias na eficiência do alcance no oferecimento dos serviços de saneamento adequado, na variação da *Síntese dos indicadores sociais de 2002 para 2013*: em 2001 o número era 62%; enquanto em 2012, subiu para 70,3%, um incremento de 7,3 pontos percentuais nos últimos dez anos. Os aumentos mais significativos ocorreram onde historicamente havia maior carência de acesso a serviços de saneamento, como os domicílios de baixo rendimento e situados nas regiões Norte e Nordeste do país, o que aponta para um importante aspecto do processo de *democratização cultural* da sociedade brasileira (IBGE, 2013, p. 79). Além disso, o IBGE passou a considerar de forma mais ampla o conceito de saneamento, preocupando-se com a destinação de esgoto e lixo doméstico para o ambiente adequado, sem comprometer a população e nem a possibilidade de usufruto das gerações futuras. No conceito de saneamento básico, saiu a expressão ambígua *ligado à rede geral de esgotamento sanitário e/ou rede pluvial*, quando o *e/ou* indicava simplesmente que poderia ser o esgoto ligado ao rio, sem antes receber tratamento adequado que compromettesse o ambiente.

Além destes indicadores de qualidade de vida, a *Síntese dos indicadores sociais de 2005 do IBGE*, de 1995 a 2005, observou que a família tradicional, composta por pai, mãe e filhos deixou de ser predominante, saindo de 57,6% para 50%, o que é um dado muito importante em termos de mudança cultural na composição estrutural das famílias. Nos anos de avaliação seguintes, passam a ter importância maior para o IBGE os dados relacionados às transformações da estrutura familiar brasileira, percebidos segundo sete eixos da análise estatística, a saber:

- 1) Arranjos unifamiliares (pessoas que vivem sós).
- 2) Mudança na relação de gênero.

- 3) Opção da mulher em não ser mãe.
- 4) Empoderamento da mulher como a pessoa de referência familiar (maior renda e responsabilidade única), substituindo o referencial machista de pessoa de autoridade, como “chefe familiar”.⁸³
- 5) Redução do número de filhos por casal
- 6) Envelhecimento da população.
- 7) Separações, divórcios e recasamentos.

A partir da *Síntese dos Indicadores sociais do IBGE de 2012*, dados de 2011, chama a atenção:

Nas duas últimas décadas, a autonomia das mulheres e a igualdade de gênero são reconhecidas como “meios eficazes de combater a pobreza, a fome e as doenças” [...]. As estatísticas sobre mulheres mostram que, cada vez mais, elas estão presentes no mercado de trabalho e com níveis de escolaridade mais avançados do que os homens. Sem dúvida, estas mudanças influenciam o comportamento social das mulheres, tanto no âmbito público como no privado [...] (IBGE, 2012, p. 86, grifo do autor).

Tanto quando se tratar de casal sem filhos ou casal com filhos, houve uma variação para cima significativa da proporção de mulheres responsáveis pelos núcleos familiares de 2001 a 2011. Nos núcleos formados por casais sem filhos, a proporção de mulheres passou de 4,5% para 18,3% e, nos núcleos formados por casais com filhos, de 3,4% passou para 18,4% nesse período (IBGE, 2012, p. 86).

Passou a ser cada vez mais frequente também o número de casais sem filhos. São fatores que contribuem para esta nova situação familiar moderna brasileira:

- 1) O ingresso das mulheres no mercado de trabalho.
- 2) A postergação da idade ao casar.
- 3) O contínuo aumento da escolaridade.

Dessa forma, de 2001 a 2011, a proporção de casais sem filhos subiu de 18,8% para 21,7%. São casais entre 24 e 34 anos cujo rendimento médio, em 2011, estava em torno de 3,2 salários mínimos. No caso dos casais com filhos, a proporção de arranjos familiares por grupo de idade está em torno

⁸³ Para o IBGE (2012, p. 86): com as transformações ocorridas no âmbito familiar – crescente número de pessoas economicamente ativas e compartilhamento das despesas – o termo acabou mostrando-se inadequado e caiu em desuso. Hoje, nas pesquisas do IBGE, utiliza-se o mesmo conceito, porém representado por dois termos: “pessoa de referência” ou “pessoa responsável”, considerando-se aquela que é reconhecida como tal pelos demais membros da família, o que expressa, portanto, a escolha dos membros da família.

de 55% para aqueles com filhos menores de 16 anos, com filhos menores e maiores de 16 em torno de 17%, e com filhos maiores de 16 anos em torno de 31%. Estes dados mostram uma composição do ciclo ou dos estágios de desenvolvimento familiar, cuja função mais importante está no período de formação do núcleo familiar, quando os filhos requerem mais atenção (em torno de 55%), entretanto é possível notar a existência de uma taxa média de arranjos familiares de casais com filhos maiores de 16 anos (em torno de 31%), o que indica a permanência dos filhos junto às famílias por um período de tempo maior, motivada por fatores como compartilhamento de despesas, dedicação de maior número de anos aos estudos, etc. Há também as famílias monoparentais em razão da morte de um dos cônjuges ou a separação conjugal em que 61% dos jovens maiores de 16 anos permanecem com os pais. As taxas de separações e divórcios tiveram um aumento expressivo entre 1974 e 2010: em 1974, a taxa para separações era em torno de 1,1% e em 2010 ficou em 0,5%; mas a taxa de divórcios aumentou de 0,5% para quase 2% (1,8%). Há de se considerar as facilidades introduzidas pela Lei do Divórcio nº 11.441 de 2010, que alterou a lei nº 5.869, de 1973, ao permitir a separação e o divórcio de forma consensual por via administrativa em cartório. A proporção de quase 2% de divórcios medidos em 2010 indica que as relações afetivas têm passado por um processo de mudança que está relacionado, por exemplo, com a maior independência econômica das mulheres, e as próprias consequências advindas da revolução feminista que trouxeram novos questionamentos sobre sexualidade e intimidade.

Segundo a *Síntese dos indicadores sociais de 2013* (IBGE, 2013, p. 71), a proporção dos arranjos familiares unipessoais cresceu no Brasil de 6,2% em 1981 para 13% em 2012. As mulheres vivem mais sozinhas do que os homens em grandes centros urbanos do Sudeste (53,7% contra 46,3%).

Este dado de autonomia da mulher brasileira, assim como tantos outros expostos acima, permite-nos também retomar a segunda tese sobre a explicação do processo de *democratização cultural* que está em curso no Brasil. O argumento central é de que existe um traço de diferenciação da democracia brasileira que está ligado à disposição dos atores sociais empoderados e dispostos a rever valores culturais *fundantes* da sociedade. Apoiado na tese de Habermas (1989, p. 201-204) sobre o agir comunicativo, esses atores sociais agem de forma pós-convencional, isto é, independentes e livres de constrangimentos, o que se manifesta não apenas através de opiniões, mas de comportamentos abertos e deliberados de rejeição e/ou de não acatamento aos valores tradicionais (confrontando as formas tradicionais de legitimação das esferas da família, religião, partidos políticos e governos). Isso conduz à experimentação da autonomia moral e à adoção de novos padrões de

convivência mais flexíveis (porque mais reflexivos) com relação à identidade familiar e comunitária, aos contornos da amizade e da afetividade. Por *valores culturais fundantes da sociedade* brasileira entenda-se aqui o modo como são pensadas as formas de integração social em relação à família, à cidade, à educação, etc., em especial em termos teórico-conceituais pela sociologia brasileira. Refiro-me ao conceito de integração social como categoria de análise dos modos de socialização e organização institucionais que dispõem os indivíduos e grupos em posições sociais herdadas por valores e tradições da cultura política brasileira. Os dados acima revelam a importância de se considerar o modo capitalista de produção da sociedade brasileira como mais relacionado às formas de *integração social* do que ao *modelo de produção* em termos de alocação de recursos e de lutas e conflitos por poder e dinheiro. Nesse sentido, pode-se considerar que a mudança cultural da sociedade brasileira – decorrente do processo de democratização cultural! – faz-se muito mais através da forma como as ações sociais são engendradas (e comunicadas) dentro da estrutura social de produção e de organização do poder estatal do que através de como se organizam estrategicamente as forças econômicas de produção. Pelo menos em parte, portanto, tem-se uma reviravolta no modelo de estruturação da sociedade pensado por Karl Marx: não são simplesmente as forças econômicas que determinam a dinâmica do pensar e do agir dos atores sociais. São estes que, quando empoderados, constroem as transformações sociais em termos de composição dos arranjos familiares, individualização de demandas por cidadania, pertencimento às políticas públicas que lhes conferem aumento da renda, acesso à educação e às políticas de reconhecimento das diferenças, mesmo em condições sociais muito adversas como o são as condições de trabalho, da urbanização caótica, do envelhecimento da população e de acesso à educação.

O atributo peculiar do processo de democratização cultural da sociedade brasileira é assim responsável por uma reviravolta histórica. Uma sociedade que foi pensada pelas ciências sociais como integrada a partir de um processo de miscigenação e hierarquização de papéis sociais, vê-se hoje englobada a partir do discurso diferenciador da autonomia moral. De mulheres a negros e a indígenas, da juventude a idosos, e tantas outras minorias excluídas da história: para todas elas há uma disposição institucional e uma predisposição moral de reconhecimento das diferenciações legítimas.

Esta tese não deve ser confundida com a interpretação de Gramsci sobre a importância de se considerar o papel de integração social a ser desempenhado pelos intelectuais no processo revolucionário da história com base na filosofia marxista da história. Não se trata de uma cultura contra-hegemônica que está sendo formada no Brasil.

Vale insistir neste argumento. Os *valores culturais fundantes da sociedade brasileira* transformaram-se radicalmente. As mudanças verificadas desde 1980, da passagem do modelo rural para o modelo urbano de sociedade, trazem muitas consequências para a forma como se pensa a organização da sociedade brasileira. É importante lembrar que o modelo de explicação da sociedade brasileira começa focado na estrutura básica da composição familiar que a Coroa Portuguesa inaugura no país colônia, um modelo de produção baseado no domínio da terra e no trabalho escravo. Por exemplo, a sociologia de Gilberto Freyre, de *Casa-grande & senzala* (2003),⁸⁴ vê nesta composição o embrião de um modelo que proporcionará a difusão do modo de produção burguês que irá também, devido aos atributos peculiares da integração social para Freyre, forjar a miscigenação, quer dizer, a integração racial e a formação de uma identidade nacional, modelo este que Freyre desenvolve mais tarde a partir de *Sobrados e mucambos* (1985),⁸⁵ com a análise a respeito da passagem para o modelo urbano de sociedade, centrado no Estado laico e no mercado competitivo. Da mesma forma, estas e outras transformações que são estudadas a seguir obrigam Roberto DaMatta a entender o seu livro clássico de interpretação da sociedade brasileira como suplantado (DaMATTA, 2013, p. C10). Ainda de acordo com este autor, “a questão central do nosso sistema social era uma ambiguidade que tomava ora a hierarquia, ora a igualdade como elemento englobador de nossos conflitos sociais” (DaMATTA, 2013, p. C10).

A ideia de uma sociedade organizada sob a influência da composição unifamiliar (sob o poder patriarcal e dos valores machistas) perde importância de ser considerada não somente quando o IBGE recolhe os dados que apontam para diferentes tipos de modelos de arranjo familiar, mas quando, a partir daí, se passa da dramatização do problema dos valores morais burgueses tradicionais para os que envolvem a escolha e o posicionamento público (por isso a esfera pública e a sociedade civil são tão importantes, porque permitem a publicização de escolhas e definição de papéis sociais) entre opções muito mais plurais, em termos de gênero, identidade racial, pertença a grupos de relações trabalho,⁸⁶ estudos e lazer. É neste sentido específico que *a integração social moderna determina também a estruturação social do país*. Em poucas palavras, a disposição das relações sociais ganha amplitude e densidade.

⁸⁴ Existem dezenas de edições nacionais e internacionais desta obra que é um clássico da literatura sociológica brasileira. A referência aqui é a da 7ª edição brasileira. A primeira edição é de 1933.

⁸⁵ A primeira edição é de 1936.

⁸⁶ Devido à precarização das relações de trabalho (aumento do trabalho temporário, terceirização, quarteirização, etc.), a identificação do trabalhador com a sua função e com as formas de organização sindical perdem sentido. Muitos dos trabalhos que requerem esforço repetitivo também sacrificam a vida dos trabalhadores. A este respeito, há o documentário *Carne, osso*, exibido no canal de TV Globo News em 5 maio 2013.

Os brasileiros ganham com a experiência da democracia no sentido de que passam a fazer novas escolhas pessoais na esfera da vida particular, deixando de lado os limites das relações familiares tradicionais.

É sabido que a mudança do perfil demográfico trás enormes problemas para os moradores das grandes cidades, haja vista a falta de oferecimento de condições adequadas de moradia (saneamento, escolas, hospitais, mobilidade). O abandono do meio rural evidencia também a persistência de um modelo de produção baseado no agronegócio e no latifúndio. Estes dados servem de arrimo para as teses clássicas da crítica ao padrão inadequado, excludente e injusto de modernização das sociedades da periferia do capitalismo moderno (SOUZA, 2001, p. 130-148). Repetir aqui esta crítica não nos faz, entretanto, avançar na ciência. A existência de um processo de *democratização cultural* no Brasil passa justamente pela superação (mas não negação) deste modelo de análise. Trata-se de entender que a migração do campo para os grandes centros tem impactado a cultura brasileira. Ela representa a aproximação com o padrão moderno de sociabilidade (com suas ambiguidades e contradições), o qual não é perfeito e acabado, aliás, como o processo de globalização tem mostrado, não o é em nenhum país. A mudança demográfica moderna é, em si, a posse dos valores individuais modernos que permitem a dramatização dos problemas sociais os mais diversos.

Isso porque o que chama a atenção também é que a mudança cultural da sociedade brasileira está associada à reestruturação da administração pública, principalmente quando há abertura à participação direta, consultiva e deliberativa da sociedade civil, em geral de forma paritária entre representantes do governo e dos movimentos sociais em quase todas as áreas de governo, notadamente segurança pública, educação, saúde, mobilidade urbana, meio ambiente e reforma agrária, com programas específicos de ação e discussão pública, tornando as contradições sociais muito evidentes. A esse respeito, vale a pena citar o estudo de Ermínia Maricato:

Com a globalização, o território brasileiro passa por notável transformação. Mudam as dinâmicas demográfica, urbana e ambiental, além de social e econômica. A exportação de *commodities* – grãos, carnes, celulose, etanol, minérios – ganha o centro da política econômica e sua produção reorienta os processos demográficos. A urbanização se interioriza. O *tsunami* dos capitais globais e nacionais passou antes pelo campo, subordinando o que encontrou pela frente: terras indígenas ou de quilombolas, florestas amplamente derrubadas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) criminalizado, e lideranças, inclusive religiosas – que defendem comunidades locais e o meio ambiente, além de mudanças na legislação a respeito do uso de agrotóxicos, dos transgênicos, e da

mudança do Código Florestal –, assassinadas. Contraditoriamente, foi nesse período que floresceu uma nova política urbana, em torno da qual se organizaram movimentos sociais, pesquisadores, arquitetos, urbanistas, advogados, engenheiros, assistentes sociais, parlamentares, prefeitos, ONGs, etc. Construiu-se a Plataforma de Reforma Urbana, e muitas prefeituras de “novo tipo” (ou democrático-populares) implementaram novas práticas urbanas. Além de incluir a participação social – orçamento participativo, por exemplo – priorizou-se a urbanização da cidade ilegal ou informal, que era invisível até então para o urbanismo e as administrações públicas. Esse movimento logrou criar um novo quadro jurídico e institucional ligado às cidades – política fundiária, habitação, saneamento, mobilidade, resíduos sólidos – além de novas instituições, como o Ministério das Cidades (2003), o Conselho das Cidades (2004) e as Conferências Nacionais das Cidades (2003, 2005 e 2007). O Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, festejado no mundo todo como exemplar, foi aprovado no Congresso Nacional após 13 anos de luta popular, em 2001. (MARICATO, 2013a, p. 21-22).

Os debates sobre os problemas públicos acentuaram-se no Brasil. A segurança pública é uma área muito questionada, pois é comum ainda neste país a tortura, o trabalho escravo, o despreparo dos agentes públicos e a precarização dos serviços, apesar de ações importantes para se reverter esta situação. Segundo o Relatório Mundial de 2013 da ONG internacional *Human Rights Watch*, a situação do Brasil pode ser assim resumida:

A democracia brasileira exerce grande influência em assuntos regionais e globais, porém continua enfrentando sérios desafios internos na área de direitos humanos. Frente a altos índices de criminalidade, alguns policiais cometem abusos com impunidade em vez de adotarem boas práticas de policiamento. Oficiais de justiça que tentam responsabilizar policiais por práticas ilegais recebem ameaças. Diversos centros de detenção no Brasil estão superlotados, longos períodos de prisão provisória são comuns, e a tortura continua sendo um problema grave. O trabalho forçado persiste em alguns estados, apesar de esforços federais para erradicá-lo. Em 2012, o Brasil adotou medidas significativas com o objetivo de lidar com graves abusos dos direitos humanos cometidos durante a ditadura militar no país (1964-1985). Em maio, uma comissão nacional da verdade iniciou investigações sobre casos de abuso daquele período e, em agosto, uma vara federal foi a primeira a aceitar a possibilidade de punição penal a um agente do regime militar por desaparecimentos forçados ocorridos em 1973 e 1974.⁸⁷

⁸⁷ Disponível em: <<http://www.hrw.org/world-report/2013/country-chapters/112984>>.

Sobre a segurança pública, a criação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no estado do Rio de Janeiro representa uma mudança cultural significativa, com cópias destas experiências em outros estados da Federação, como Bahia, Maranhão, Paraná e Rio Grande do Sul. Elas renovam a noção de segurança ao aproximar o Estado da população, principalmente em locais dominados por narcotraficantes, adicionando aos serviços de segurança pública outros serviços públicos, de infraestrutura, mobilidade, educação e saúde em geral com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal. São as UPPs sociais, com o objetivo de estabelecer ações pós-pacificações das favelas. Conjecturas destas ações dão conta da mudança cultural nos locais em que inexistia qualquer presença dos serviços públicos do Estado.⁸⁸ Apesar destas e de outras ações, os índices de assassinatos são ainda muito elevados no país, principalmente entre a população jovem (WAISELFISZ, 2013, p. 54-59).⁸⁹

A mudança cultural está ligada também à formação de quadros da administração pública e às facilidades tecnológicas que permitem uma melhor sinergia entre ações públicas. Consideram-se também como fatores de modernização da sociedade: o desenvolvimento de uma economia de mercado que tem sido capaz de incluir a população de baixa renda pelo Programa Nacional de Economia Solidária, com facilitação ao crédito, desburocratização e incentivo à formalização da economia entre outras vantagens; e o oferecimento de serviços públicos, principalmente educação, saúde, mobilidade urbana e segurança pública em condições de avaliação de forma transparente e comparativa ao passado do Brasil e de outros países. Sob este prisma, desde o primeiro governo Lula, vários setores da estrutura burocrática brasileira passaram por mudanças significativas, entre as quais merecem destaque as seguintes:

- 1) A burocracia estatal federal empenhou-se em adotar a diferenciação entre política de Estado e política de governo, uma estratégia para assegurar que a primeira se tornasse durável, independentemente de qualquer política de governo. Esta estratégia está consolidada como sendo a política de Estado no que se refere à política de segurança alimentar (Bolsa Família), livremente de qualquer mudança de política monetária de governo. De acordo com estudo do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, mais de 50 milhões de pessoas são beneficiárias do Programa Bolsa Família, com 73% destas

⁸⁸ A este respeito, consultar *Indicadores...* 2012.

⁸⁹ Para um estudo abrangente sobre este tema, consultar Waiselfisz (2013).

pessoas da população negra.⁹⁰ Num universo da população brasileira do Censo de 2010, de quase 191 milhões de habitantes,⁹¹ o programa atinge o percentual de cerca 26% da população brasileira como beneficiária direta. Este programa representa uma mudança cultural na maneira de se tratar a população pobre em pelo menos três aspectos, quais sejam:

- 1.1) Trata-se de uma política de transferência de renda em dinheiro, assegurando que os beneficiários são autônomos para usufruir desta renda. As políticas anteriores (que eram assistencialistas) pressupunham a incapacidade das pessoas pobres para saber gastar o dinheiro. Estas políticas ofereciam à população comida (leite, cesta básica, etc.) e acesso a equipamentos que minimizavam a situação da carência alimentar (cisternas, bicicletas, guarda-chuvas, etc.), através de critérios variáveis, instáveis, sazonais e vinculados aos interesses eleitorais (para compra de voto).
 - 1.2) Trata-se de uma política universal, disponível através de um cadastro único com critérios claros que asseguram a isonomia e a inclusão de famílias que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição, gestantes, nutrízes (mãe que amamenta), crianças e adolescentes de zero a 16 anos incompletos, critérios estes tangíveis e mensuráveis. O programa é administrado pelas prefeituras e pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e, além disso, exige a frequência escolar e o acompanhamento da saúde dos filhos e das mães incluídas como beneficiárias, o que vincula os atores sociais com serviços públicos de forma mais ampla e continuada.
 - 1.3) Trata-se de uma política de emancipação da mulher, pois é ela a responsável pela inscrição e permanência ao programa.
- 2) A partir de 2007, o governo federal investiu em obras de infraestrutura econômica e social, com desoneração fiscal de produtos industriais, através do *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC). Isso elevou o emprego, especialmente na indústria da construção civil. Em 2009, o governo incrementa este programa, lançando o PAC II, com ênfase para o programa habitacional *Minha Casa Minha Vida*. O dinamismo da economia trouxe o inchamento ainda maior das grandes cidades, pois o investimento de capitais privados no mercado residencial cresceu 45 vezes, saindo de R\$1,8 bilhão em 2002 para R\$79,9 bilhões em 2011, e

⁹⁰ Conforme notícia do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome no endereço eletrônico disponível em: <<http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/node/33323>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

⁹¹ Segundo o Censo 2010 do IBGE, a população brasileira alcançou a marca de 190.755.799 habitantes.

os subsídios governamentais (em escala inédita no país) cresceram de R\$784.727 milhões para mais de R\$5,3 bilhões em 2011 (MARICATO, 2013a, p. 23). Em geral, estes dados trazem como consequência a especulação imobiliária, a precarização dos serviços públicos, uma vez que a sociedade não está totalmente estruturada para acomodar tantas transformações em tão pouco tempo. É claro que são mazelas inerentes ao modelo de produção, mas poucos relacionam este *boom* imobiliário à capacidade de organização de demandas da sociedade, inclusive através dos protestos vistos em junho de 2013.

Na esteira desta discussão, é importante considerar também a terceira tese do processo de *democratização cultural* formulada acima. Ela destaca também os aspectos da estrutura social brasileira que se alteraram em função da adoção de políticas públicas de distribuição de renda e de reconhecimento cultural. As primeiras já foram estudadas aqui, cabe agora passar à análise das segundas.

Com relação a estas, as reflexões que seguem são análises de dados de pesquisas sobre:

- 1) Reconhecimento de comunidades étnicas minoritárias, em especial as comunidades quilombolas (LIFSCHITZ, 2011).
- 2) A questão dos camponeses em conjunto com a questão dos povos indígenas e questão das comunidades tradicionais.⁹²
- 3) A política de cotas de ingresso nas universidades públicas para afrodescendentes de indígenas.⁹³

Para o pesquisador Javier Alejandro Lifschitz, existe um processo de recuperação das identidades não somente no Brasil, mas também em muitos outros países da América Latina. Na maioria dos países da região, após a década de 1960, as políticas de reconhecimento de grupos étnicos aconteceram depois de haver um processo de devastação, em que o abandono de marcas identitárias foi considerado como o sinal mais visível da aculturação e da extinção de grupos étnicos, devido à *biopolítica* colonial que se empenhou em fixar populações em microterritórios, como as missões e as senzalas. Para se entender o que se chama hoje de políticas de reconhecimento cultural para os povos quilombolas, por exemplo, é preciso, antes de tudo, considerar, segundo Lifschitz, que:

⁹² Cf. Abramovay (2001); Alexandre (2002); Diegues (2000); Picolotto (2011); Sabourin (2009); Wanderley (2009). A obra de Antonio Carlos Diegues (2000) contém diversas contribuições de outros pesquisadores que analisam as alterações no modo de conceber as políticas de meio ambiente como políticas de reconhecimento cultural das comunidades tradicionais e indígenas que habitam reservas e áreas de proteção da natureza.

⁹³ Cf. Veloso; Cardoso (2008); Weller; Silveira (2008).

Estas comunidades aldeadas, além de serem “laboratórios” em que se experimentaram a miscigenação intertribal e as catequeses, representaram também uma das primeiras experiências coloniais de convivência intercultural “controlada”. Foram em espaços comunitários onde se instauraram as relações de domínio sobre povos impelidos a se submeterem a uma nova ordem cultural e produtiva. (LIFSCHITZ, 2011, p. 182-183).

O *quilombo* foi historicamente associado, em sua inscrição colonial e jurídica, à fuga, ao isolamento e à criminalização, mas novas normas constitucionais implementaram a identidade “quilombola” no Brasil e as “comunidades negras” na Colômbia, por exemplo. No Brasil, o artigo 68 da Constituição de 1988, permitiu às comunidades quilombolas o direito à obtenção da titularidade das terras, e essa política não se restringiu à dimensão fundiária.⁹⁴ Segundo Lifschitz,

[...] a partir do governo do presidente Lula, foram lançados diversos programas públicos que colocaram esse processo de reconstrução identitária em um patamar inédito, já que, desde a Proclamação da República, nenhum governo havia destinado tantos recursos econômicos e institucionais para esse fim. Além da política fundiária, a política quilombola foi atrelada a políticas públicas nas áreas de saúde, educação, formação profissional e crédito agrícola, a valorização e a difusão das manifestações culturais afrobrasileiras e a preservação do patrimônio material e imaterial. Esta política reintroduziu o tema da comunidade e da etnia e estabeleceu novos nexos entre identidades étnicas, Estado e mediadores culturais. (LIFSCHITZ, 2011, p. 184).

A ideia de comunidade está no centro da discussão sobre reconhecimento cultural. Lifschitz chama a atenção para a construção deste conceito a partir da produção de signos de etnicidade. Os mediadores culturais representam um dos principais agentes deste processo. Nos espaços comunitários – que são territoriais – é onde se dá o processo de reconstrução das comunidades e da identidade quilombola, com a participação dos agentes públicos, ONGs e instituições culturais e de turismo. Lifschitz propõe o termo *neocomunidade* para dar conta deste processo de reconstrução de comunidades tradicionais na contemporaneidade. Os principais aspectos deste processo são:

⁹⁴ Segundo a Fundação Palmares, em 2013 havia 2.408 Comunidades Remanescentes de Quilombos certificadas. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/4-quadro-geral-das-crqs-ate-25-10-2013.pdf>>.

- 1) A existência de diversos agentes interferindo na construção do conceito, desde ONGs, pesquisadores, mídia, agentes de turismo até agentes culturais.
- 2) Apelo à pregnância territorial que figure com o sentido de haver em determinado local traços quilombolas característicos.
- 3) Os processos de reconstrução das comunidades não são processos de hibridização no sentido de que a pluralidade dos agentes envolvidos não está à procura de novas sínteses culturais.
- 4) Os processos são muito mais de reconstrução de comunidades do lugar, de práticas e saberes tradicionais, sem muitas referências às comunidades de sangue, estas mais organicamente estruturadas a partir de laços de parentesco e vizinhança.
- 5) O conceito em si de *neocomunidade* visa captar uma mudança na relação entre agentes externos e comunidade, pois, na versão clássica de entendimento teórico desta relação para a antropologia cultural, a sociabilidade comunitária estava ancorada na noção de proximidade espacial (percepção de espaço) e de duração intergeracional (percepção de tempo), quando o pesquisador temia a possibilidade de “apagamento”, associada à ideia de chegada do estrangeiro ou do agente mercantil.
- 6) Para a noção de *neocomunidade*, os agentes externos continuam representando a mudança (pela vinda da influência de diversos elementos culturais), que provoca na comunidade incoerências crescentes, mas esta mudança hoje tem um sentido contrário se comparada a do passado, pois estes agentes não são portadores da modernização, mas da tradição.
- 7) Eles também não agem na direção do futuro, mas na do passado.
- 8) Para se entender este processo de reconstrução das comunidades, há também de se perceber que os agentes externos agem diferentemente dos pesquisadores do passado, que tinham a preocupação de que a metodologia da pesquisa não interferisse nas práticas culturais que se pretendia registrar e classificar.
- 9) As *neocomunidades* encontram-se em situação bastante singular em relação a estes procedimentos metodológicos, pois se caracterizam pelo fato de que os “de fora” participam ativamente na reconstrução de espaços e práticas culturais, interferindo na infraestrutura material e simbólica das comunidades.
- 10) Por fim, em vez de registrarem e classificarem, os pesquisadores agem com a expectativa de reatualizar a comunidade de origem. Assim, as *neocomunidades* são hoje espaços de interculturalidade entre agentes modernos e tradicionais (LIFSCHITZ, 2011, p. 184-186).

A ideia de *neocomunidades* é um exemplo entre muitos outros das discussões sobre políticas de reconhecimento cultural que existem no Brasil. É importante assinalar que, repletas de trocas interculturais, as *neocomunidades* têm o mérito de alargar o campo da discussão política, com atores sociais empoderados, temas diversos e geração de novos conflitos, inclusive de muitos que eram antes invisíveis ou mesmo obliterados pelos interesses dominantes. São muitos os interesses presentes e visões de mundo diversas que se trazem para a discussão política, tornando mais vigorosa a esfera pública.

A questão dos camponeses é uma situação dilemática, principalmente quando relacionada à mercantilização da atividade agrícola. Para a historiografia brasileira, são considerados camponeses:

- 1) Os pequenos agricultores livres do Nordeste que ocupam os espaços de interstícios dos latifúndios.
- 2) Os vaqueiros possuidores de pequenas fazendas, principalmente no Nordeste e Centro-Oeste.
- 3) Os escravos libertos ou foragidos que vivem em pequenas comunidades (hoje reconhecidas como quilombos).
- 4) Os colonos do Sul e Sudeste provenientes da fome da Europa entre os séculos XIX e XX, principalmente oriundos da Alemanha, Itália, Polônia e Holanda, mas também os colonos japoneses, produtores de hortaliças e frutas (SABOURIN, 2009, p. 281).

Os camponeses são reconhecidos como tais, mas o modo de agricultura a qual estão ligados é que configura um grande dilema, porque não é a natureza de escassez do recurso que é determinante para o seu modo de manejo e sim a organização social e das regras de reciprocidade, como as estruturas de compartilhamento entre as famílias de uma mesma comunidade e de responsabilidade com as próximas gerações (SABOURIN, 2009, p. 280).⁹⁵

Para o pesquisador Eric Sabourin (2009), há uma vasta categoria de agricultura familiar no Brasil, e os principais estudos apontam para a confirmação dessa agricultura familiar com características camponesas, a qual apresenta autonomia perante o mercado de troca capitalista e permanência de estruturas de reciprocidade (na forma de interação entre as famílias de agricultores familiares), além de outros conjuntos de fatores. A autonomia do sistema de troca livre tem relação com a produção diversificada que permite a

⁹⁵ A sobrevivência e a reprodução das famílias camponesas dependem, de fato, de uma área bem reduzida de terra em geral. Os pequenos agricultores esforçam-se ao máximo para garantir o recurso natural vital de forma a preservá-lo. Condições de minifúndio com secas extremas, principalmente na região semiárida, ou de solos degradados, não permitem, todavia, a garantia para as próximas gerações. Mas isso são situações extremas ou de fracassos que não caracterizam o modo camponês ou a lógica familiar de produção (SABOURIN, 2009, p. 278).

inserção diferenciada em mercados locais e regionais, autoconsumo e práticas de redistribuição local e interfamiliar. De acordo com a ONU,⁹⁶ a agricultura familiar representa 77% dos empregos no setor agrícola.

A agricultura familiar é definida pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Basicamente, define-se por agricultura familiar o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, tendo como mão de obra essencialmente o núcleo familiar, em contraste com a agricultura patronal – que utiliza trabalhadores contratados, fixos ou temporários, em propriedades médias ou grandes. A referida Lei em seu art. 3º estabelece:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do *caput* deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

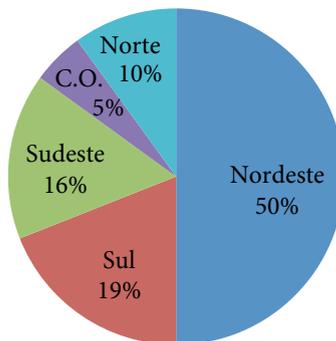
§ 2º São também beneficiários desta Lei:

- I – silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o *caput* deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
- II – aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o *caput* deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;
- III – extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do *caput* deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;
- V – pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do *caput* deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

⁹⁶ *Perspectivas...* (2014).

Trata-se de uma conquista muito importante de empoderamento daqueles que são responsáveis pela produção de 70% dos alimentos produzidos no país,⁹⁷ pois, em paralelo, desde meados da década de 1990, o reconhecimento institucional de uma política específica para o setor aliado ao fortalecimento das associações de trabalhadores permitiram a valorização desta categoria produtiva, anteriormente vista como coisa do passado a ser superada. Por conta disso, pesquisadores como Ricardo Abramovay (USP),⁹⁸ Maria Nazareth Braudel Wanderley⁹⁹ (UFPE) e Everton Lazzaretti Picolotto (UFMS),¹⁰⁰ entre outros, entendem a importância deste modelo como um modelo capaz de aliar prosperidade com justiça social, ao contrário do modelo capitalista patronal, que é concentrador de riqueza, gera desemprego, miséria, dependência e custos ambientais. Segundo o *Censo Agropecuário de 2006*,¹⁰¹ o total de pessoas que trabalham na agricultura familiar era de 12,3 milhões de pessoas, contra 4,3 milhões ocupadas com a agricultura não familiar. Isso representa 74,4%, contra 25,6%, respectivamente. Comparativamente, de 1996 a 2006, o número de estabelecimento, em milhões, não teve significativo aumento. De 4,139 milhões em 1996, passou para 4.551 milhões em 2006, mas isso demonstra uma via de fortalecimento da economia e de reconhecimento da política agrícola, responsável pela fixação da população rural em pequenas e médias cidades. A distribuição do número de estabelecimentos da agricultura familiar por região pode ser visualizado na figura a seguir:

Figura 6.9 – Distribuição do número de estabelecimentos da agricultura familiar por região no Brasil



Fonte: IBGE, 2006.

⁹⁷ Cf. dados do Censo Agropecuário de 2006, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/notatecnica.pdf>.

⁹⁸ Cf. Abramovay (2001).

⁹⁹ Cf. Wanderley (2009).

¹⁰⁰ Cf. Picolotto (2011).

¹⁰¹ Cf. nota 102.

Além destes números, entender o reconhecimento da cultura camponesa passa pela valorização das formas de relações de reciprocidade de dois tipos: simbólicas e reais. As primeiras trazem consequências para as segundas, na medida em que configuram relações de preservação para as gerações futuras.

Deve-se considerar que as relações simbólicas de reciprocidade entre os camponeses e o meio natural (a terra e os seus recursos) são ainda mais fortes na medida em que o acesso a terra é precário e difícil. Para Sabourin (2009, p. 279):

Os camponeses dependentes, os meeiros e os moradores, o acesso a terra remete a uma relação de reciprocidade desigual com o proprietário e o patrão. Para os descendentes de escravos dos quilombos ou para os pequenos colonos das frentes pioneiras, essa relação sela um vínculo mítico ou religioso com uma terra prometida. Para os beneficiários da reforma agrária [...], a obtenção da terra é marcada por uma dívida moral perante a organização que lhe favoreceu esse acesso a terra, principalmente no caso do Movimento Sem Terra (MST).

No plano real, as fortes relações de vínculo de identidade e reciprocidade entre camponeses e meio ambiente resultam de maneira essencial em estruturas que garantem o acesso compartilhado de recursos, como o caso da água, dos pastos comuns na região semiárida, no Paraná, no cerrado de Minas Gerais, e em regiões de sementes crioulas no Nordeste. De outra parte, pode-se somar outras estruturas tradicionais de compartilhamento de recursos das populações indígenas ou mestiças da Amazônia que são hoje atualizadas por intermédio de novos dispositivos tais como as reservas extrativistas (babaçu, borracha, frutas, etc.). Nestas novas categorias, as perspectivas colocadas pelas políticas públicas de meio ambiente têm permitido a garantia de melhorias de condições de vida para as populações envolvidas, inclusive das comunidades indígenas existentes em reservas de proteção da natureza.¹⁰²

Por essas e outras razões, a relação dos camponeses com a natureza está ligada por valores culturais locais, identitários e patrimoniais, os quais não podem ser subsumidos ao estatuto de bem mercantil. Sabourin entende, todavia, que uma das situações de dilema está relacionada com o pouco entendimento com relação à importância das estruturas de reciprocidade binárias e simétricas que estão presentes na produção. Este é o ponto. Para Sabourin (2009), as estruturas de reciprocidade binárias e simétricas fazem parte da produção como:

- 1) Ajuda mútua.
- 2) Manejo compartilhado de recursos.

¹⁰² Cf. Alexandre (2002, p. 55-57); Diegues (2000).

Já na comercialização predominam:

- 1) Mercado de reciprocidade.
- 2) Qualificação dos produtos.

Além disso, a reciprocidade envolve a transmissão do patrimônio de uma geração à outra. Quanto às relações de reciprocidade assimétricas, existem as de:

- 1) Acesso a terra.
- 2) Acesso ao trabalho (morador, meeiro, agregado).

Os agricultores camponeses também estão dependentes das políticas oligárquicas locais de clientelismo, responsáveis por formar estruturas de redistribuição assimétricas. São três basicamente as características-chave de um projeto reivindicatório de libertação destas relações assimétricas, formuladas pelos movimentos sociais rurais mais ativos e organizados, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): *autonomia, cooperação e qualidade de vida*. Esta tentativa de diferenciação não tem nada de ingênua e faz parte de uma luta contra as formas econômicas de troca capitalistas: *dependência, concorrência e exploração* (do trabalho e do meio ambiente). A seu favor, o desafio para os camponeses e agricultores está na tarefa de fixar a articulação com o mercado, pois hoje não é mais possível reproduzir a autonomia econômica pensada pela ecologia política na Europa. Os valores a serem buscados nas relações de reciprocidade compartilhadas em associação com o mercado de bens e serviços envolvem de forma esquemática atentar para os seguintes desafios em confronto com a alternativa capitalista de dependência e exploração dos trabalhadores e da natureza.

Quadro 6.1 – Modelos de agricultura no Brasil e suas manifestações simbólicas de pertencimento

Modelos	Valores simbólicos e reais
Modelo camponês de agricultura familiar	<p>Noção de autonomia: segurança alimentar; autoconsumo; dispositivos próprios de aprendizagem e de produção de inovação, etc.</p> <p>Noção de cooperação: cooperativas de créditos, fundos de crédito mutualizado, empreendimentos e projetos de economia solidária, etc.</p> <p>Noção de qualidade de vida: produção mais sadia e ecológica, proteção dos recursos naturais renováveis, qualidade dos produtos, acesso à saúde e à educação pública, etc.</p>
Modelo capitalista de agricultura (agronegócio)	<p>Noção de dependência: indústria de insumos agrícolas e agrotóxicos; sementes transgênicas, etc.</p> <p>Noção de concorrência: menor preço e baixa qualidade.</p> <p>Noção de exploração: dos trabalhadores e de esgotamento do meio ambiente.</p>

Fonte: Sabourin (2009).

Por sua vez, as políticas de cotas para ingresso de afrodescendentes nas universidades públicas brasileiras figuram como outra modalidade de política de reconhecimento cultural. Elas iniciaram-se na Universidade de Brasília, em 2004; desde 2005, há um ingresso diferenciado para estudantes de comunidades indígenas através de um convênio com a FUNAI nesta mesma universidade. Pesquisas realizadas desde aquele momento mostraram que, ao contrário das previsões negativas, há um desempenho que pouco tem diferenciado os alunos cotistas dos não cotistas (VELLOSO; CARDOSO, 2008, p. 12). Segundo Wivian Weller e Marly Silveira,

[...] o atual recurso às ações afirmativas como uma inovação instrumental do Estado na correção das desigualdades já emite avanços na superação de processos e práticas que excluía estudantes oriundos dos estratos negros e indígenas dos espaços universitários públicos. Nestes primeiros dez anos do milênio, consolida-se essa inquestionável conquista dos movimentos sociais, com expressivo vigor da pressão mobilizadora do Movimento Negro na obtenção dessas políticas, visando ao reconhecimento dos prejuízos do racismo e à reparação possível da dívida da sociedade brasileira com a cidadania dos homens e das mulheres que são portadores dos conteúdos histórico-culturais de uma das matrizes da sua nacionalidade. Nos últimos cinco anos, dentre vários desafios colocados no campo estratégico da educação, houve a aprovação de medidas de ação afirmativa em número crescente de universidades, como a Universidade de Brasília, que ocupa uma posição vanguardista como a primeira universidade federal a implementar o vestibular com cotas. (WELLER; SILVEIRA, 2008, p. 933).

Mesmo assim, como já dito acima, as políticas de ação afirmativa foram objeto de ação no Supremo Tribunal Federal. Em 26 de abril de 2012, seus ministros, por unanimidade, julgaram como sendo constitucionais as políticas de cotas raciais para ingresso nas universidades públicas brasileiras, em resposta à Arguição de Descumprimento de Preceito Constitucional (ADPF, 186), proposta pelo Partido Democrata (DEM). Não há dúvidas de que estas políticas passam a ganhar outra oportunidade de aprofundamento de novos desafios institucionais a partir desta decisão. Abaixo seguem os *10 mitos sobre as cotas*, extraídos do material publicitário de divulgação científica do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, porque eles nos ajudam a entender o processo de *democratização cultural* como um processo repleto de conflitos morais e desafios normativos.

Quadro 6.2 – Os 10 mitos sobre as cotas

1) as cotas ferem o princípio da igualdade, tal como definido no artigo 5º da Constituição, pelo qual “todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza”. São, portanto, inconstitucionais.

Na visão, entre outros juristas, dos ministros do STF, Marco Aurélio de Mello, Antonio Bandeira de Mello e Joaquim Barbosa Gomes, o princípio constitucional da igualdade, contido no art. 5º, refere-se à igualdade formal de todos os cidadãos perante a lei. A igualdade de fato é tão somente um alvo a ser atingido, devendo ser promovida, garantindo a igualdade de oportunidades como manda o art. 3º da mesma Constituição Federal. As políticas públicas de afirmação de direitos são, portanto, constitucionais e absolutamente necessárias.

2) as cotas subvertem o princípio do mérito acadêmico, único requisito que deve ser contemplado para o acesso à universidade.

Vivemos numa das sociedades mais injustas do planeta, onde o “mérito acadêmico” é apresentado como o resultado de avaliações objetivas e não contaminadas pela profunda desigualdade social existente. O vestibular está longe de ser uma prova equânime que classifica os alunos segundo sua inteligência. As oportunidades sociais ampliam e multiplicam as oportunidades educacionais.

3) as cotas constituem uma medida inócua, porque o verdadeiro problema é a péssima qualidade do ensino público no país.

É um grande erro pensar que, no campo das políticas públicas democráticas, os avanços se produzem por etapas sequenciais: primeiro melhora a educação básica e depois se democratiza a universidade. Ambos os desafios são urgentes e precisam ser assumidos enfaticamente de forma simultânea.

4) as cotas baixam o nível acadêmico das nossas universidades.

Diversos estudos mostram que, nas universidades onde as cotas foram implementadas, não houve perda da qualidade do ensino. Universidades que adotaram cotas (como a UNEB, UnB, UFBA e UERJ) demonstraram que o desempenho acadêmico entre cotistas e não cotistas é o mesmo, não havendo diferenças consideráveis. Por outro lado, como também evidenciam numerosas pesquisas, o estímulo e a motivação são fundamentais para o bom desempenho acadêmico.

5) a sociedade brasileira é contra as cotas.

Diversas pesquisas de opinião mostram que houve um progressivo e contundente reconhecimento da importância das cotas na sociedade brasileira. Mais da metade dos reitores e reitoras das universidades federais, segundo ANDIFES, já é favorável às cotas. Pesquisas realizadas pelo Programa Políticas da Cor, na ANPED e na ANPOCS, duas das mais importantes associações científicas do Brasil, bem como em diversas universidades públicas, mostram o apoio da comunidade acadêmica às cotas, inclusive entre os professores dos cursos denominados “mais competitivos” (medicina, direito, engenharia, etc.). Alguns meios de comunicação e alguns jornalistas têm fustigado as políticas afirmativas e, particularmente, as cotas. Mas isso não significa, obviamente, que a sociedade brasileira as rejeita.

6) as cotas não podem incluir critérios raciais ou étnicos devido ao alto grau de miscigenação da sociedade brasileira, que impossibilita distinguir quem é negro ou branco no país.

Somos, sem dúvida nenhuma, uma sociedade mestiça, mas o valor dessa mestiçagem é meramente retórico no Brasil. Na cotidianidade, as pessoas são discriminadas pela sua cor, sua etnia, sua origem, seu sotaque, seu sexo e sua opção sexual. Quando se trata de fazer uma política pública de afirmação de direitos, nossa cor magicamente se desmancha. Mas, quando pretendemos obter um emprego, uma vaga na universidade ou, simplesmente, não ser constrangidos por arbitrariedades de todo tipo, nossa cor torna-se um fator crucial para a vantagem de alguns e desvantagens de outros. A população negra é discriminada porque grande parte dela é pobre, mas também pela cor da sua pele. No Brasil, quase a metade da população é negra. E grande parte dela é pobre, discriminada e excluída. Isto não é uma mera coincidência.

7) as cotas vão favorecer aos negros e discriminar ainda mais aos brancos pobres.

Esta é, quicá, uma das mais perversas falácias contra as cotas. O projeto atualmente tramitando na Câmara dos Deputados, PL 73/99, já aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, favorece os alunos e alunas oriundos das escolas públicas, colocando como requisito uma representatividade racial e étnica equivalente à existente na região onde está situada cada universidade. Trata-se de uma criativa proposta onde se combinam os critérios sociais, raciais e étnicos. É curioso que setores que nunca defenderam o interesse dos setores populares ataquem as cotas porque agora, segundo dizem, os pobres perderão oportunidades que nunca lhes foram oferecidas. O projeto de Lei 73/99 é um avanço fundamental na construção da justiça social no país e na luta contra a discriminação social, racial e étnica.

8) as cotas vão fazer da nossa, uma sociedade racista.

O Brasil está longe de ser uma democracia racial. No mercado de trabalho, na política, na educação, em todos os âmbitos, os/as negros/as têm menos oportunidades e possibilidades que a população branca. O racismo no Brasil está imbricado nas instituições públicas e privadas. E age de forma silenciosa. As cotas não criam o racismo. Ele já existe. As cotas ajudam a colocar em debate sua perversa presença, funcionando como uma efetiva medida antirracista.

9) as cotas são inúteis porque o problema não é o acesso, senão a permanência.

Cotas e estratégias efetivas de permanência fazem parte de uma mesma política pública. Não se trata de fazer uma ou outra, senão ambas. As cotas não solucionam todos os problemas da universidade, são apenas uma ferramenta eficaz na democratização das oportunidades de acesso ao ensino superior para um amplo setor da sociedade excluído historicamente do mesmo. É evidente que as cotas, sem uma política de permanência, correm sérios riscos de não atingir sua meta democrática.

10) as cotas são prejudiciais para os próprios negros, já que os estigmatizam como sendo incompetentes e não merecedores do lugar que ocupam nas universidades.

Argumentações deste tipo não são frequentes entre a população negra e, menos ainda, entre os alunos e alunas cotistas. As cotas são consideradas por eles, como uma vitória democrática, não como uma derrota na sua autoestima, ser cotista é hoje um orgulho para estes alunos e alunas. Porque, nessa condição, há um passado de lutas, de sofrimento, de derrotas e, também, de conquistas. Há um compromisso assumido. Há um direito realizado. Hoje, como no passado, os grupos excluídos e discriminados se sentem mais e não menos reconhecidos socialmente quando seus direitos são afirmados, quando a lei cria condições efetivas para lutar contra as diversas formas de segregação. A multiplicação, nas nossas universidades, de alunos e alunas pobres, de jovens negros e negras, de filhos e filhas das mais diversas comunidades indígenas é um orgulho para todos eles.

Fonte: Laboratório de Políticas Públicas – UERJ. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=53>>.

Sem estes marcos de políticas públicas de reconhecimento cultural, a democracia brasileira não teria como ser definida do modo como inicialmente foi sugerido: uma democracia plural e expansiva, com diferentes concepções e experiências.

Parte daí a importância de se considerar a quarta e última tese deste capítulo que diz respeito ao argumento segundo o qual o processo de *democratização cultural* como um todo aponta para uma *mudança qualitativa* da *esfera pública* e da *sociedade civil* brasileira. Isso não está apenas referido com o que foi dito acima sobre o alargamento do campo da política, em especial com relação ao que as políticas de distribuição de renda e de reconhecimento cultural criaram de inédito para o país, tampouco sobre o fenômeno das *Manifestações de junho de 2013*. Por *mudança qualitativa*, entenda-se a política que é construção de utopias. A filosofia hermenêutica de Gadamer (2004, p. 566), por exemplo, ajuda-nos a entender melhor esta ideia, pois, segunda ela, a problematização da tradição da política na história, levada as últimas consequências, abre-nos sempre novos horizontes reflexivos. O processo de *democratização cultural* como um todo é responsável pela criação de novos horizontes de linguagem que podem ser denominados de *novas utopias* para a contemporaneidade.

No capítulo a seguir, procura-se oferecer uma breve introdução a este desafio para a democracia brasileira. No quadro abaixo também se oferece um resumo das principais questões estudadas a partir do enfoque dos processos de *democratização institucional* e *democratização cultural*.

Quadro 6.3 – Principais diferenças e complementaridades entre os enfoques dos processos de democratização institucional e de democratização cultural

Democratização	Democratização institucional	Democratização cultural
Definição	Envolve as três dimensões (municipal, estadual e federal) de construção de normas e políticas públicas que conferem continuidade ao processo de aperfeiçoamento da democracia nos países e entre eles Ex.: Constituição de 1988	A constituição da modernização da sociedade a partir de processos de revisão de valores culturais Ex.: movimentos sociais de trabalhadores e novos movimentos sociais (MST, movimento feministas, ambientalistas, etc.)
Gênese do processo	Decorre da experimentação de acertos e ajustes pontuais adaptados muitas vezes do modelo europeu e americano de democracia representativa iniciada século XVII Ex.: história do direito ao voto (censitário, universal, votar em diferentes espaços sociais, de trabalho, etc.)	Sociedades com alguma experiência de democracia
Tipo de modernidade que pressupõe	Padrão, inteiramente positiva e inescapável e cuja deliberação sobre o seu destino vem sendo tomada pelo executivo, legislativo e judiciário	Reflexiva, pluralista e alargada e cuja deliberação sobre o seu destino vem sendo definida principalmente por atores sociais empoderados da sociedade civil
Como se subentende a sociedade brasileira?	Moderna e mimética ao padrão europeu e norte-americano	Moderna, reflexiva, pluralista e capaz de rever seus valores fundantes
Principal perfil social que traça das condições brasileiras para a incorporação das propostas de mudança	Sociedade personalista e hierárquica revelada na oposição de uma parcela rica, educada e com sensibilidade para as mudanças, e outra considerada perdulária e que experiencia os problemas típicos de carência de modernidade, como fome e carência de políticas públicas	Sociedade industrial moderna com regras sociais impessoais determinadas pelas forças estruturais e estruturantes do mercado capitalista e do Estado centralizador, mas que se aprimora a partir da capacidade disruptiva da sociedade civil É importante perceber o papel dos atores sociais empoderados e capazes de alterar a dinâmica social
Qual a categoria central da teoria social e política para explicar as possibilidades de existência da democracia no Brasil?	A categoria trabalho, segundo o marxismo Ex.: com todas as suas especificidades (conflitos, normas, Estado regulador)	A linguagem entendida segundo a pragmática A partir da sociedade civil, os atores sociais recebem e decodificam os processos sociais de cooperação e conflito

<p>Concepção de sociedade e de suas relações: como explicar a <i>clivagem advinda das Manifestações de junho de 2013</i>?</p>	<p>Concepção reformista dual de forças em conflito: governo e partidos políticos <i>versus</i> sociedade civil demandante</p>	<p>Concepção construtivista de cultura política pública (de natureza social prática, segundo J. Rawls): existência de uma <i>interface consensual</i> entre valores políticos e demais valores abrangentes da sociedade, e de uma <i>horizontalidade consultiva</i> entre novos movimentos sociais como o ambientalismo, o <i>movimento passe livre</i> e instituições tradicionais do sistema político (partidos e órgãos de governo), que possibilita uma história de aprendizado social e político dos movimentos com vitórias normativas e simbólicas</p>
<p>Como se pode explicar o aprendizado político?</p>	<p>Há a emergência de valores e demandas sociais que são vistos como oportunidades assimiladas por redes sociais de comunicação e informação, as quais não podem ser nitidamente delimitadas na sociedade, e por isso os conteúdos das mensagens dos movimentos acabam sendo absorvidos uniformemente pelos canais usuais de participação, como o parlamento</p>	<p>Em sociedades democráticas a esfera pública tende à expansão na medida em que conteúdos morais de dominação precisam ser interpretados, formando assim uma tensão medida entre o direito (como <i>medium</i> da comunicação) e a política, ou um equilíbrio reflexivo amparado na normatividade social</p> <p>As definições políticas tendem a ser mais legítimas dependendo de quanto mais elas são amplamente debatidas por toda a sociedade. Por isso, a ideia de democratização dos meios de comunicação e não apenas dos canais usuais de participação política como parlamento</p>
<p>Como se pode explicar a dinâmica societária existente entre sociedade civil, classes sociais, mercado, Estado e globalização?</p>	<p>Indica para as oportunidades intermediárias resultantes dos choques ideológicos</p> <p>Apenas aborda uma espécie de dinâmica hierárquica crescente ou agenda aquisitiva com ganhos normativos para a sociedade</p>	<p>Há uma lógica de operação e legitimação da política que se expande com a globalização, alargando o sentido de participação política, sobrevivência planetária e pertencimento cultural, principalmente dentro de um vasto e complexo campo político midiático (mídia independente, internet, Facebook, etc.)</p>
<p>Como se entende o potencial político transformador das <i>Manifestações de junho de 2013</i>?</p>	<p>Inteiramente positivo, com incorporação de demandas para o parlamento</p>	<p>Revela uma clivagem política profunda entre Estado, mercado e <i>sociedade civil</i>, determinada pelo empoderamento dos atores sociais desta última</p>
<p>Como se distingue a recursividade discursiva dos atores da <i>sociedade civil</i>?</p>	<p>Não distingue</p> <p>Está preso ao momento formal de conceber a política</p>	<p>Distingue profundamente</p> <p>Propõe uma interpretação qualificada de <i>política linguística</i></p>

Funções sociológicas e psicológicas dos movimentos sociais	<p>Incorporação de uma agenda aquisitiva de direitos</p> <p>Ex.: Os vários estatutos de direitos: da criança e do adolescente, do idoso, do torcedor, do contribuinte</p> <p>Nesses casos, a norma institucional funciona como parâmetro de comportamento</p>	<p>Desvela o desenvolvimento do conceito de razão pós-metafísica ou procedimental, provando que o lugar da moralidade está na política e não no interior do sujeito</p> <p>Qualquer ideário deve-se ao caráter emancipatório da linguagem</p> <p>Pressupõe entender o processo de desenvolvimento moral do Ocidente que se desenrola numa esfera pública em que várias ideias incomensuráveis de bem buscam afirmação</p>
As distinções qualitativas da política	<p>Abordagem formalista eutópica que destaca, por exemplo, a confrontação entre uma cultura predatória e uma cultura sustentável</p> <p>Ênfase às escolhas racionais progressivas da “agenda aquisitiva” comum aos interesses do mercado</p>	<p>Abordagem que enfatiza a existência por detrás de nossas ações de um horizonte ético e cultural preexistente, e que a autenticidade diferencial dos grupos minoritários pode ser explicada mesmo através da autonomia moral e racionalidade individual referida a contextos sociais específicos</p> <p>Ações afirmativas são vistas como ações dessa natureza</p>
As características principais da política	Ênfase à ideia que entende que os movimentos sociais trazem possibilidades de <i>aperfeiçoamento institucional</i> da política	Ênfase ao perfil plural das práticas sociais que entende como elementos de <i>aprofundamento cultural</i> para a sociedade

Fonte: Elaborado pelo autor.

CAPÍTULO 7

NOVAS UTOPIAS

Não há como construir a realidade social sem utopias. Estas nos servem para sustentar e para desmascarar ideologias. Construir uma utopia significa redesenhar valores sociais numa perspectiva de futuro. Para o sociólogo Aloísio Ruscheinsky, toda a utopia subsidia profundamente a lógica social. Escrevendo sobre as concepções utópicas da sociedade sustentável que correm o risco da representação de uma sociedade perfeita, ele adverte:

A utopia reflete um pensamento construído sobre política, economia, crenças e ideologias, cultura e organização social, a partir de um grupo social considerado paradigmático, mas também sustenta um diagnóstico da sociedade presente e da época em que vem à tona. (RUSCHEINSKY, 2010, p. 68-69).

As *Manifestações de junho de 2013* reafirmaram velhas utopias. Os principais cartazes e faixas destas manifestações eram justamente aqueles com os dizeres: *Queremos educação e saúde padrão FIFA!*, em alusão ao diagnóstico do passado que ainda não fora totalmente construído pela política. A sociedade brasileira acumula um incrível repertório de utopias simbólicas que não se esvaecem facilmente da memória social, ajudando assim a manter a capacidade de seu povo de sonhar. Fazem parte da memória social pelo menos cinco momentos utópicos que são responsáveis por imprimir uma mudança qualitativa da *esfera pública* e da *sociedade civil* brasileiras desde a época da última redemocratização iniciada em 1985. São eles:

- 1) O movimento *Diretas já!*, entre os anos de 1983 e 1984.
- 2) A Rio92 ou Eco92, símbolo da união entre os velhos movimentos sociais e os diferentes *novos movimentos sociais* por ocasião da realização da II Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, na cidade do Rio de Janeiro. Nesta ocasião, vários líderes mundiais e organizações da sociedade civil nacional e internacional celebraram acordos e associações de intenções para a construção de um futuro sustentável para o planeta, e, pela primeira vez na história da ONU, ocorreu, em paralelo ao evento oficial, uma cúpula das entidades socioambientais participantes, a qual ficou conhecida com *Cúpula dos Povos*.¹⁰³
- 3) O movimento *O Brasil são outros 500 anos*, momento emblemático de afirmação das lutas de resistência da história brasileira desde a dominação lusa, iniciado principalmente pelos povos indígenas brasileiros em oposição às comemorações oficiais do governo no ano de 2000. Este movimento imprimiu um profundo questionamento sobre a história oficial contada até então pelo filtro ideológico da imprensa e pelos livros didáticos.¹⁰⁴
- 4) As diversas reuniões do *Fórum Social Mundial*,¹⁰⁵ primeira (em 2001) e majoritariamente em Porto Alegre (RS) e posteriormente, desde então, em outras capitais mundiais a partir de 2004 (inclusive de forma policêntrica), cujo lema utópico é: *Um outro mundo é possível!*, sempre em oposição ao Fórum Econômico Mundial, o qual se realiza em Davos, em janeiro, na Suíça, um evento dos países ricos patrocinado pelas principais corporações econômicas e bancos internacionais que proclamam a ideologia do *neoliberalismo*.
- 5) *As Manifestações de junho de 2013*, as quais foram referidas largamente neste livro como sendo um novo axioma político, pelo menos em termos de concepção e experiência da prática política republicana brasileira, jamais vista até então.

Em adição, existem novas utopias no ideário político brasileiro. Estas utopias são utopias globais, independentes de nacionalidades, mas são incorporadas pela ação coletiva e pelos movimentos sociais contemporâneos existentes também no Brasil. Este capítulo refere-se a elas com a intenção de delimitar uma nova forma de construção da política para o futuro. Nossa

¹⁰³ Para uma leitura aprofundada sobre este processo político, consultar Viola e Leis (1995).

¹⁰⁴ Para um aprofundamento neste assunto, consultar Rampinelli e Ouriques (2000).

¹⁰⁵ Para conhecer melhor este movimento, consultar a sua página na internet, disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br/index.php>>.

intenção não é esgotar esta temática, mas exemplificá-la de forma clara para a compreensão da vida política que se desenrola. Estas novas utopias referem-se às diversas temáticas sociais inerentes ao processo de *democratização cultural*, estudado no capítulo anterior, e que figuram, por exemplo, em estudos e pesquisas nas universidades e institutos de pesquisa nacionais e internacionais; da mesma forma, são exemplos de causas sociais há muito ou pouco tempo sendo tematizadas nos meios jornalísticos da mídia alternativa, como o Facebook. Juntas ou em separado, elas representam uma tomada de posicionamento diante de um conjunto estruturado de valores e ideologias que não servem mais para a vida democrática. Por isso, mais do que novas utopias, quatro exemplos delas são apresentados a seguir como uma urgência pela mudança.

- 1) A questão ambiental, que não é mais uma questão ambiental como tal referida à preservação da natureza, mas uma questão de *irracionalidade econômica e cultural sem perspectiva de futuro* (RUSCHEINSKY, 2010, p. 67).

A propósito, a questão ambiental deixou de ser referida ao desenvolvimento sustentável e vem se tornando, pouco a pouco, uma oposição a ele como uma nova utopia: a do *decrescimento*. No Brasil, esta utopia inicia-se como uma temática de difusão acadêmica e junto aos *movimentos sociais* pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), no Rio Grande do Sul.

- 2) A utopia do *decrescimento* toma a vida das grandes cidades, como demonstra a inscrição de protesto num dos monumentos da cidade de Paris.

O termo foi *decrescimento* cunhado na década de 1970. Apoiar-se nas teses do economista romeno e criador da bioeconomia, Nicholas Georgescu-Roegen. Para o seu maior teórico da atualidade, Serge Latouche,¹⁰⁶ trata-se da ideia de descolonizar o nosso imaginário econômico,

Quer dizer, da crença de que mais equivale a melhor. O bem e a felicidade podem ser atingidos com menor despesa. Redescobrir que a verdadeira riqueza consiste no pleno desenvolvimento das relações

¹⁰⁶ Sobre decrescimento, consultar Latouche (2004; 2006).

sociais de convívio, em um mundo são, e que esse objetivo pode ser alcançado com serenidade, na frugalidade, na sobriedade, até mesmo em uma certa austeridade no consumo material [...]. (LATOUCHE, 2004 apud RUSCHEINSKY, 2010, p. 67).

Figura 7.1 – A palavra decrescimento é mais do que a oposição ao crescimento: é uma crítica social



Fonte: Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/9/92/Bastille_-_a_la_gloire_-_d%C3%A9croissance_2386.JPG/350px-Bastille_-_a_la_gloire_-_d%C3%A9croissance_2386.JPG>. Acesso em: 16 nov. 2013.

A ideia do *decrescimento* apresenta-se como um misto de crítica ao desenvolvimento econômico e valorização da *convivialidade* segundo o emprego dado a esta palavra por Ivan Illich (1973) para Alan Botaco-Franco (2013, p. 2, grifo do autor),

Há, no decrescimento, uma defesa explícita pelo aumento das atividades econômicas que fortalecem a saúde humana e a diminuição das que intoxicam a sociedade. Defende as atividades que causam impactos menos acentuados e a diminuição das que degradam o ambiente de modo acelerado. Defende ainda o aumento das que fortalecem a autonomia das pessoas, estreitam seus laços e distribuem renda e a diminuição das que alienam, fragilizam as relações sociais e geram exclusão. Mas os decrescentistas reconhecem que mesmo para as atividades econômicas qualitativamente diferenciadas os limites biofísicos do planeta persistem. Certamente a humanidade terá uma maior margem de manobra. Mas os limites ao crescimento econômico continuarão existindo. A partir disto, a qualidade do crescimento

econômico é relevante, mas secundário. O ponto principal é o paradigma do crescimento ilimitado. O decrescimento coloca em questão o modelo de sociedade, e as teorias de desenvolvimento que o sustentam, que têm o crescimento como condição fundamental para a “harmonia” socioeconômica ou, em outras palavras, a ausência de crise. Para o decrescimento, uma sociedade organizada sob o paradigma do crescimento ilimitado está fadada ao fracasso, pois é impossível crescer indefinidamente seja qual for a qualidade desse crescimento.

Sobre Ivan Illich, a utopia do *decrescimento* não é nem um pouco inédita.

Uma das críticas feitas pelo decrescimento e inspiradas em Illich recai sobre a hegemonia do sistema de saúde pautado numa abordagem industrial, individual, privatista e heteronômica. Isso não significa negar os avanços da medicina científica. Aponta-se, isto sim, a apropriação perversa da medicina pela indústria, que transforma a primeira em mero produto destinado ao consumo. Ao denunciar este processo, o decrescimento pretende contribuir para a democratização do acesso à medicina científica. Mais do que isto, denuncia a supremacia da prática médica em detrimento às outras formas de conhecimento e práticas de cuidado com a saúde. Isto implica em entender a saúde individual e coletiva a partir de múltiplas perspectivas. (BOTACO-FRANCO, 2013, p. 5-6).

O que é inédito é que os teóricos do *decrescimento* rejeitam, com mais força, as falsas soluções com base no crescimento econômico ilimitado, apresentando este como o principal fator capaz de agravar as desigualdades globais. Dessa forma,

Além de explicitar que todas as teorias de desenvolvimento, sejam quais forem, tratam de como provocar mais crescimento econômico. Ademais, o decrescimento retoma o debate sobre a autonomia da sociedade com relação ao Estado e sobre a influência da razão contábil e instrumental das grandes burocracias públicas ou privadas. Assim, os decrescentistas rejeitam as falsas soluções que se focam apenas na gestão e na escolha dos tipos de recursos. Mais que isto, os decrescentistas buscam provocar mudanças de sentido, não só dos meios, mas também dos fins. Em suma, a novidade está no entendimento de que sem modificar a essência do modelo socioeconômico e dos valores pessoais não haverá saída. (BOTACO-FRANCO, 2013, p. 4).

- 3) Os diversos movimentos em defesa da água, de cunho internacional e que propõem a defesa urgente deste elemento vital para garantia da vida. Uma vez que existem grandes disputas e conflitos em torno da água. (RUSCHEINSKY, 2010, p. 74).

Trata-se de uma utopia em construção. A esse respeito, existem publicações de grupos de pesquisa que concentram esforços no debate e na promoção de políticas públicas sob o rótulo da governança da sociedade sobre as águas em diversas partes do mundo. No Brasil, o Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PROCAM) da Universidade de São Paulo concentra grandes esforços nesta tarefa.¹⁰⁷

- 4) A utopia como ato político, segundo Ruscheinsky (2010, p. 74), “[...] retém o significado de ato de criatividade, alternativas, entusiasmo, mudança, esperança. Sonhar é preciso, utopia é preciso! A utopia como ato político é a reação contra a miséria de sistemas acabados, apresentando-se como fórmula única; comporta posicionar-se contra a ideologia de justificação das situações e de quaisquer sistemas alicerçados em extrema desigualdade social como saída única ou necessária”.

Na mesma linha, deve-se apontar como referência os diversos movimentos conhecidos sob o rótulo *Occupy*, o qual designa, numa livre tradução para a língua portuguesa, *ocupação já!* ou *vamos ocupar!*. A ideia passa por um sentido de ação de desobediência civil¹⁰⁸ a exemplo da Primavera Árabe. No Brasil, experiências semelhantes ocorrem com ocupações de espaços públicos, como reitorias de universidades, praças públicas e prédios públicos pelos manifestantes. Segundo Manuel Castells, este movimento é responsável por uma enorme transformação cultural na sociedade norte-americana atual, por exemplo:

En los Estados Unidos, una sociedad que desde hace tiempo no se piensa en estructura de clase, como sociedad desigual, un lugar en el que cada uno si trabaja tiene sus oportunidades. Bueno, esto ha cambiado. He

¹⁰⁷ Para um aprofundamento sobre as políticas de governança sobre o uso das águas, consultar os endereços eletrônicos disponíveis em: <http://www.water-alternatives.org/images/headers/Bandeau1_940.jpg> e <<http://www.water-alternatives.org/index.php/1884-calls/160-waa-call-for-papers-water-k>>.

¹⁰⁸ Sobre teoria de desobediência civil, consultar Sharp (1984a, 1984b, 1984c).

estudiado el movimiento Occupy Wall Street, tengo un mapa, desde septiembre de 2011 a marzo de 2012 se ocuparon más de mil ciudades en Estados Unidos. Con movimientos continuos de debate en internet y fuera de internet. De allí ha surgido la idea general del 99 por ciento contra el 1 por ciento. De repente, se dieron cuenta de que el 1 por ciento de la población controla el 25 por ciento de la riqueza. Nosotros lo sabíamos, pero para ellos es un choque cultural, y lo importante es que lo sepan las personas y cómo esto se traduce. Por primera vez en 35 años salió una encuesta que preguntaba por los conflictos más importantes en la sociedad. Hoy, la mayoría de los estadounidenses piensa que el conflicto más agudo, el más importante, es entre pobres y ricos. (CASTELLS, 2013, p. 6).¹⁰⁹

Dentro do espírito do processo de *democratização cultural* estudado no capítulo anterior, a ideia das projeções de novas utopias pressupõe a capacidade da *sociedade civil* de ressignificar a cena política. Nesse sentido, o ponto de partida é a concepção gramsciana de cultura. Na concepção marxista de Gramsci, a cultura é constituída de contradições, e os valores ideológicos detêm centralidade para a explicação do processo de mudança histórica de uma sociedade. Como visto no segundo capítulo, o conceito de Gramsci nos permite entender a dimensão cultural e simbólica da *sociedade civil*. Gramsci conceituou *sociedade civil* basicamente como um campo de formação de valores, normas de ação, significados e identidades coletivas. O conceito gramsciano de *sociedade civil* é o de um lugar em que se pensa a sociedade. Diferentemente de Marx, Gramsci entendia a *sociedade civil* como um momento da superestrutura, e não da base de produção material da sociedade, a estrutura. O campo de disputa da *sociedade civil* não encerra apenas discussões de natureza econômica. Este campo representa o palco de embates em torno de valores culturais (BOBBIO, 1989, p. 54-59).

Por isso, a contribuição teórica gramsciana nos permite estudar a ideia das novas utopias como perspectivas de *ultrapassagem de valores* que ocorre também dentro do processo de *democratização cultural*, que é diferente de um processo *contra* valores do tradicional embate entre valores burgueses e

¹⁰⁹ Nos Estados Unidos, uma sociedade que desde há muito tempo não se pensa em estrutura de classe como sociedade desigual, um lugar que cada um pensa que se trabalhar tem suas oportunidades. Bem, isso mudou. Tenho estudado o movimento Occupy Wall Street, eu tenho um mapa, de setembro de 2011 a março de 2012 se ocuparam mais de mil cidades nos Estados Unidos. Com movimentos contínuos de debate on-line e fora. Daí surgiu a ideia geral de 99 por cento versus 1 por cento. De repente, eles perceberam que 1 por cento da população controla 25 por cento da riqueza. Sabíamos disso, mas para eles é um choque cultural, e é importante que eles conheçam como se separa as pessoas e como isso se traduz. Pela primeira vez em 35 anos, saiu uma pesquisa perguntando sobre os conflitos mais importantes na sociedade. Hoje, a maioria dos americanos acha que o conflito mais agudo, o conflito mais importante é entre ricos e pobres.

valores socialistas, estes últimos em benefício da classe trabalhadora. Novos valores que são criados na sociedade não estão necessariamente contra os valores ideológicos hegemônicos (burgueses), e podem deter a capacidade da ultrapassagem. Eles se expressam através de dados factuais, como os estudados a partir das pesquisas do IBGE e do IPEA no capítulo anterior, levando-nos inclusive a considerar a independência institucional e cultural da *sociedade civil* em termos de *ultrapassagem de valores*. A *democratização cultural* caracteriza-se exatamente pela disposição da *sociedade civil* na ultrapassagem dos conflitos sociais invariavelmente subsumidos na discussão entre capital e trabalho. Este processo ocorre com a criação de novos valores, novas utopias.

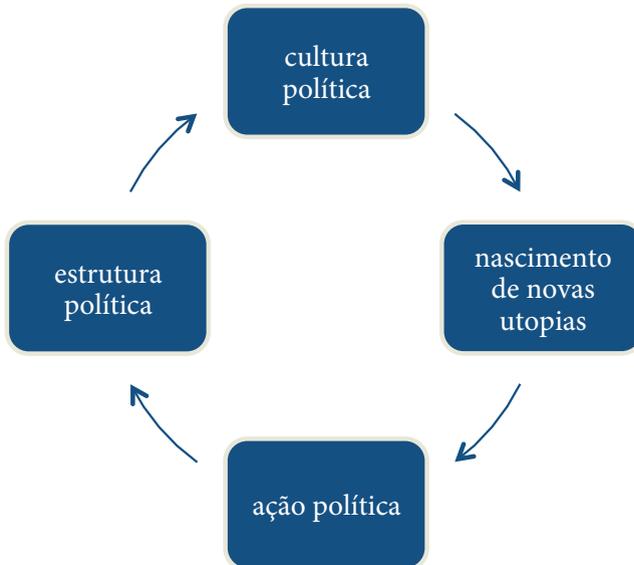
Um dos exemplos que carrega grande significado foi exposto no terceiro capítulo, referente ao *aprendizado político*. Naquele capítulo discutiu-se a emergência de uma *cultura da sustentabilidade* referente à disposição de uma parcela significativa da sociedade brasileira para enfrentar os conflitos sociais em novos termos. Este tipo de *ultrapassagem* incorpora no conflito social a dimensão ambiental; uma nova filosofia da natureza (de crítica ao antropocêntrico); de relações horizontais de solidariedade; e de participação política descentralizada, deslegitimando a autoridade exclusiva do poder técnico e burocrático do Estado em favor da inclusão de novas agendas políticas de reconhecimento cultural e de distribuição da riqueza. A expressão de legitimação destas formas culturais que deslocam a centralidade da discussão dos conflitos sociais entre capital e trabalho foi confirmada pelo efeito eleitoral da candidatura da senadora ambientalista Marina Silva ao cargo máximo da República brasileira em 2010 pelo Partido Verde (PV-AC). Naquele pleito, ela conquistou o terceiro lugar com mais de 19 milhões de votos válidos, o que representou 19,33% da porcentagem total. O significado desta votação é simbólico e apresenta um novo momento de independência institucional e cultural da *sociedade civil* brasileira. Em 2013, Marina Silva reforça esta independência a partir do momento que rompe com o PV e passa a empreender um processo de criação de um novo partido político, denominado de Rede Sustentabilidade. Em seguida, este processo é obstaculizado pelo Tribunal Superior Eleitoral que não reconhece o número mínimo de membros exigido para a formação do novo partido, o que obriga Marina Silva a postular o ingresso no Partido Socialista Brasileiro (PSB), aliando-se com o presidenciável Eduardo Campos (PSB-PE). O objetivo desta união pode ser considerado como uma estratégia de captura daquele eleitorado de 2010, identificado como composto por ambientalistas, jovens universitários, intelectuais socialistas, minorias (raciais, feministas, gays, lésbicas e simpatizantes), participantes de outros movimentos sociais, tanto do campo como da cidade, em defesa de diferentes objetivos, principalmente em razão da qualidade de vida, da

mobilidade urbana, da alimentação saudável, da defesa do uso sustentável da água, além de parcelas significativas de minorias político-partidárias oportunistas. Como apresento no capítulo seguinte, referente à discussão de eleições presidenciais, Marina Silva (PSB-AC) apresenta-se como candidata em substituição a Eduardo Campos (10/8/1965-13/8/2014, PSB-PE) em 2014. Em pouco tempo, ela passa a adotar uma estratégia de palição com relação às bandeiras utópicas que haviam lhe conferido reconhecimento e prestígio aos olhos daquelas minorias. Sua dubiez religiosa e hesitação comunicativa resultaram num deslocamento neoliberal e conservador que viria, no segundo turno, a apoiar o candidato da direita, Aécio Neves (PSDB-MG).

A ideia de *ultrapassagem de valores* das novas utopias não impõe obstáculo direto à lógica do capital econômico, embora as políticas de reconhecimento cultural e de distribuição de renda detenham parte do poder estruturante da atividade econômica. Nesse sentido, o modelo de análise que legitima as novas utopias representa uma visão geral do processo segundo o qual a cultura política se move.

Nesse sentido, a dinâmica da cultura política pode ser assim representada.

Figura 7.2 – Relação entre cultura política, estrutura política, ação política e novas utopias



Fonte: Elaborado pelo autor.

Perceba-se, na Figura 7.2, que ação política e o nascimento de novas utopias não são meras disposições perante as estruturas políticas. Estas podem

predispôr os atores sociais à ação, mas tanto as novas utopias quanto a ação política decorrem das formas de articulação existentes na cultura política, isto é, da *sociedade civil*.

A esse respeito, tanto as *Manifestações de junho de 2013* quanto as novas utopias não ocorrem de forma isolada. Elas fazem parte de um amplo processo de *democratização cultural*, um processo global de expansão das redes sociais da internet. Para Castells (2013b), trata-se de uma sociabilidade tão extensiva que parece desbancar a sociabilidade da vida real. Não se pode separar, entretanto, esta dimensão cultural da dimensão institucional da democracia, dos processos regulares de tomada de decisão e das políticas governamentais, pois estas formas de burocracia aprimoraram a cultura política.

A *democratização cultural* gera novas utopias na medida em que a organização livre e informal de cidadãos amplia o sentido dos valores da tradição do liberalismo político (RAWLS, 2006, p. 380). Compreende igualmente o impacto das teorias anarquistas e neomarxistas da ecologia política em termos de ressignificação de valores fundantes do capitalismo e do socialismo, um processo de questionamento continuado desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

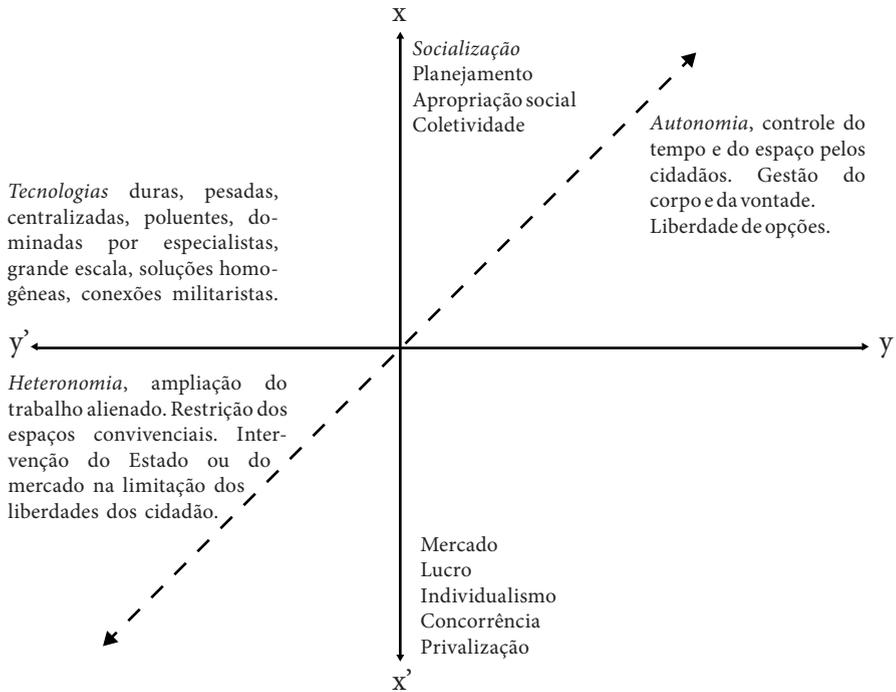
Nessa linha, as novas utopias em geral postulam fortemente a deslegitimação das estruturas tecnológicas fundadas no gigantismo dos grandes projetos de desenvolvimento, ao mesmo tempo que rejeitam a reificação da divisão do trabalho e as decisões políticas a cargo exclusivamente de especialistas. Em outros termos, as novas utopias distinguem-se como uma linha de transversalidade que cruza os eixos mais comuns de controle da sociedade moderna, assim representada pelo *caleidoscópio* de Ivan Illich (apud MINC, 1987), na Figura 7.3.

O processo de espraiamento da *democratização cultural* com base em *novas utopias* está relacionado diretamente com eventos, personalidades e movimentos sociais marcantes da história política recente, a exemplo da Primavera Árabe,¹¹⁰ a qual é avaliada também como sendo parte de um processo global que se inicia com a *Eco92* (quando ainda sequer havia correio eletrônico – *e-mail* –, os ativistas trocavam cartas para organizar o evento paralelo àquela reunião da ONU que ficou mundialmente conhecido como *Cúpula dos Povos*) e que converge para o movimento *antiglobalização* desde Colônia (Alemanha) e Seattle (EUA), de 1990 em diante.¹¹¹

¹¹⁰ Sobre esta avaliação, consultar o endereço eletrônico disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2503201107.htm>>.

¹¹¹ Sobre esta avaliação, consultar o endereço eletrônico disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Antiglobaliza%C3%A7%C3%A3o>>.

Figura 7.3 – Caleidoscópio das utopias



Fonte: Ivan Illich apud MINC (1987).

Estas mesmas avaliações apontam para o caráter de persistência, publicidade e organização dos movimentos sociais. Como dito no início deste capítulo, o exemplo mais característico disso são as várias edições do Fórum Social Mundial (desde 2001, trazendo o lema *Um outro mundo é possível*, em oposição aos organismos econômicos internacionais, notadamente ao Fórum Econômico Mundial), as quais aparecem como sendo um espaço de aprendizado e de troca de experiências de democracia participativa e solidariedade global entre as organizações sociais e políticas de esquerda (com destaque para atores sociais de prestígio literário, acadêmico, religioso e de setores de esquerda do ambientalismo mundial, a exemplo de Dalai Lama, Eduardo Galeano, Noam Chomsky e Vandana Shiva). Existem diversas organizações sociais empoderadas presentes neste fórum, com destaque, por exemplo, para o *Greenpeace*. As redes sociais da internet (principalmente o Facebook e o Twitter) funcionam como veículo e conteúdo deste processo.¹¹²

¹¹² Cf. Castells (2013b, p. 5-6); Cohen (2003, p. 2-7); Grajew (2011, p. 3).

Enfim, o reconhecimento dos processos de *democratização cultural*, responsável por criar novas utopias, permite-nos também sugerir a superação do peso dos instrumentos usuais de avaliação institucional. Nesse sentido, indicadores usuais como escolaridade, renda e ocupação laboral não podem ser considerados determinantes exclusivos da adesão à democracia. O estímulo recebido do contexto histórico-cultural e o incentivo à participação ganham importância na avaliação de comportamento político (KRISCHKE, 2004, p. 168).

As velhas e as novas utopias fortalecem o poder da *sociedade civil*, ajudando inclusive a se entender também importantes mudanças pontuais de atitude dos governantes ao longo da história recente do país, inclusive fazendo com que, logo em seguida aos protestos de junho de 2013, a presidenta Dilma Rousseff propusesse uma Constituinte, ideia que foi logo abandonada,¹¹³ e o papel desesperado da mídia em relativizar as manifestações, um papel de blindagem dos interesses do mercado, quando ela se posiciona abertamente no sentido de criminalizar os manifestantes, quase sempre os apontando como vândalos.¹¹⁴

¹¹³ Cf. *O Globo*. Rio de Janeiro, 26 jun. 2013. Matéria de capa.

¹¹⁴ Para uma crítica desta postura da imprensa, consultar Bessa (2013). Outra crítica discute as opções do governo brasileiro (FACHIN, 2013).

CAPÍTULO 8

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

A eleição de Fernando Collor de Mello (PRN-AL) em 1989 para a Presidência da República não significa apenas a primeira eleição direta depois do fim da ditadura militar: ela demarca a grande mídia como o espaço em que o poder da eleição é decidido. No entanto, o processo eleitoral presidencial de 2014 vem a demarcar uma clivagem nas estratégias de manipulação do eleitorado e de construção da imagem dos candidatos por ela. Esta eleição fica para a história como a primeira a ser decisivamente redesenhada pela participação política através das redes sociais da internet. Desde o período conhecido como Nova República e o início do processo de eleições diretas de 1989, é a sétima vez de eleições presidenciais brasileiras regulares. Destacam-se cinco aspectos singulares das eleições presidenciais de 2014, a saber:

- 1) As eleições presidenciais de 2014 nascem dentro de um contexto histórico de profundas transformações na cultura política.
- 2) Pela primeira vez, são eleições com a participação da internet (via Facebook, por exemplo) e que, devido a isso, permitiu um fluxo incontrollável e constante de informações e confrontações em tempo quase real de disputas, o que enfraqueceu significativamente o poder de controle da informação da televisão e das revistas políticas.
- 3) O processo eleitoral estabeleceu-se inicialmente com uma surpresa que traz indefinição, devido, em parte, ao acidente aéreo que vitima o candidato do Partido Socialista Brasileiro (PSB) Eduardo Campos em 13 de agosto de 2014, vindo a trazer para a disputa a vice-candidata Marina Silva da chapa de aliança programática Rede Sustentabilidade (partido

que não obtivera aprovação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas que conseguiu o apoio do PSB para que no futuro fosse alcançada a formalização oficial).

- 4) Estas eleições apresentam um número de abstenções, votos nulos e brancos superior aos votos atribuídos ao segundo colocado no primeiro turno.
- 5) A eleição de Dilma Rousseff (PT-RS) foi decidida no segundo turno com duas formas inéditas (pelo menos) de participação política na internet em disputa: uma situada à esquerda, propositiva e com várias bandeiras emancipatórias do sentido de democracia para os brasileiros; e outra, extremamente reacionária, com discursos preconceituosos contra nordestinos, beneficiários do Bolsa Família, pobres, etc., apoiada pelo ódio-jornalismo,¹¹⁵ o qual, logo a seguir do resultado, vem a demandar o impedimento de Dilma Rousseff, com o apoio de setores fascistas que passam a negar a legitimidade da democracia, com demandas de retorno do governo militar brasileiro e intervenção do governo dos EUA, com a postagem de correspondências nos *sites* do Círculo Militar Brasileiro e da Casa Branca (EUA), além de passeatas em Brasília (DF), no Rio de Janeiro (RJ), e em São Paulo (SP).

Apesar deste último aspecto, a atribuição ao significado do voto a uma cultura paroquial ou autoritária de passividade do eleitor não pode mais ser aplicada para explicar a regularidade do voto a dois candidatos vindos do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP) e Dilma Rousseff, que venceram as quatro últimas eleições. Depois de 12 anos desta experiência, a clivagem da cultura política pode ser atribuída à atitude ideológica do eleitor que veio a dispor de independência econômica, melhores condições de vida e de um cenário institucional republicano, com instrumentos de participação política de inclusão de minorias, principalmente para as mulheres (SINGER, 2009, p. 83-99).

Além disso, a teoria de explicação da comunicação do poder político alterou-se significativamente no contexto mundial. No passado, esta comunicação existia a partir do jornal impresso com os seus editores especiais de política. A televisão ampliava a opinião dos grandes jornais. Com o advento dos jornais de notícia 24 horas no ar, os editores de política passam a perder o controle da definição de temas políticos, devido à profusão de temas que passaram então a existir para escolha da audiência. A internet amplia ainda mais a variedade de temas e a participação dos públicos (CASTELLS, 2007, p. 242-246). De forma decisiva, existe a persistência de um modelo

¹¹⁵ O neologismo ódio-jornalismo refere-se ao sistema de ideias promovido por jornalistas contra pobres e qualquer tipo de pensamento diferente das pautas reacionárias que eles difundem.

de espetacularização da notícia sobre o processo eleitoral, e as eleições presidenciais brasileiras de 2014 não fogem a esta regra. Ele consiste em criar a imagem da política através de quatro eixos:

- 1) A definição do espaço simbólico do poder a ser ocupado pelo vencedor do processo eleitoral, principalmente o desafio que representa para o eleito assumir o poder: estancar o processo inflacionário, criar mais empregos, fazer a reforma política, etc.
- 2) Os temas relevantes a serem debatidos são apresentados pela grande mídia, embora ela esteja perdendo o poder de decisão desses temas, pela participação da internet e da repercussão das manifestações de 2013, por exemplo.
- 3) A construção de uma política de escândalos.
- 4) A construção constante de uma imagem de crise de legitimidade da política.

Quais são as transformações na cultura política com o advento deste processo de ruptura do controle da mídia hegemônica? Para responder a esta primeira questão, cabe esclarecer que a noção de cultura política é aplicada aqui com o objetivo de demonstrar justamente que o voto expressa representações e valores característicos de várias ordens. Além da análise de Paul Singer (2009) que citei acima, para Jessé Souza (2012), a atribuição ao significado do voto tanto para a vitória de Lula por duas vezes quanto para a de sua sucessora Dilma Rousseff (por duas vezes igualmente e que reclama a sua proximidade com Lula, como mãe do programa “Minha casa minha vida”, ou seja, a continuidade do projeto político de Lula) é a comprovação de uma identificação entre o que Lula representa para o ideário popular religioso e a vida do trabalhador brasileiro. Lula não é apenas o retirante nordestino batalhador, mas é também a encarnação de quem não aceita a derrota, mesmo por três vezes seguidas, e que, ao final, encontra a redenção, igual ao sofrimento por que passa toda a pessoa comum que busca seu lugar, segundo o princípio profético. Segundo Jessé Souza:

Os ataques contínuos da mídia desde o escândalo do Mensalão – os quais, na apreciação dos batalhadores, eram contrastados empiricamente pela eficácia de suas políticas sociais na melhoria de sua condição de vida – foram interpretados como uma tentativa dos poderes tradicionais, que serviam às “elites”, de minar seu governo porque lutava por justiça social. Assim, [...] três elementos aparecem aqui para compor o quadro profético: a ascese pelo sofrimento, a defesa de um valor sagrado – a justiça social – e a perseguição resultante da “oposição aos poderes tradicionais”. (SOUZA, J., 2012, p. 253, grifo do autor).

Quero, entretanto, atribuir a vitória das eleições de Lula e Dilma Rousseff a outro fator somado: a politização da sociedade brasileira que se apresenta nas ruas e praças. Antes das eleições presidenciais de 2014, mais precisamente em maio de 2013, os brasileiros deram uma grande demonstração de participação política. Em quase todas as cidades houve passeatas para afirmar o desagravo às questões de homofobia, limitação dos poderes constitucionais do Ministério Público e outras questões sociais que o Congresso Nacional pretendia criar. Neste cenário, o ativismo político é organizado através das redes sociais como o Facebook.

Em segundo lugar, e como decorrente desta nova cultura política, pode-se dizer que o acesso à internet, em especial ao Facebook, veio trazer toda a diferença para as eleições presidenciais de 2014. Parece ser um detalhe, mas o ativismo político nas redes sociais permitiu um fluxo de informações impressionante, inclusive com checagens rápidas de informações. Segundo o cientista político Sérgio Amadeu, em entrevista para o *site* de notícias *Pragmatismo político* no Facebook, em 24 de outubro de 2014, a internet foi decisiva para a garantia de um debate que não existiria se fossem apenas os meios de comunicação de massa atuando nessas eleições, inclusive de uma forma que veio a ser condenada pelo Tribunal Superior Eleitoral. De acordo com o *site* de notícias *Pragmatismo político*:

A revista *Veja*, lançada na sexta-feira (24), dois dias antes das eleições de domingo, divulgou como matéria de capa uma acusação de que a presidenta reeleita Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ambos do PT, tinham conhecimento de um esquema de corrupção na Petrobras. Sem apresentar qualquer prova, o conteúdo da reportagem era baseado em suposto depoimento do doleiro Alberto Youssef à Polícia Federal, que foi desmentido por seu advogado logo após a publicação. Esta estratégia foi considerada a última “bala de prata” da oposição para tentar impedir uma nova vitória petista sobre os tucanos. A reportagem foi contestada duramente pela presidenta durante seu último programa eleitoral na TV na sexta-feira. Ainda naquele dia, a Justiça considerou a publicidade da revista como “propaganda eleitoral” e também concedeu direito de resposta ao PT no *site* da revista. Mas o abalo havia sido provocado. A campanha e simpatizantes do PSDB distribuíram panfletos com a capa impressa da revista da Abril em várias cidades do Brasil. Já na madrugada de sábado (25) para domingo (26), circulavam boatos de que Alberto Youssef havia sido envenenado, algo que teve de ser desmentido com rapidez pela Polícia Federal.

Ainda conforme o *site* supracitado:

Essa operação da *Veja* mostra que ela não é um órgão de comunicação, o que ela mostrou claramente é que ela é uma sala do comitê político do PSDB no Brasil. A revista operou de maneira a desinformar. Ele compara o caso à ação midiática que ajudou a decidir o pleito presidencial de 1989, com a eleição de Fernando Collor de Mello. Sérgio Amadeu acredita que o plano da Editora Abril só não se concretizou nas urnas pela existência da internet. “Existe hoje a internet, que não tinha naquela época. Então, se não houvesse a internet, certamente o candidato Aécio Neves tinha ganhado a eleição.” Para o cientista político, as redes sociais apontaram um acirramento muito grande.¹¹⁶

Com relação à terceira característica marcante das eleições presidenciais de 2014, destaca-se a candidatura de Marina Silva, depois da morte de Eduardo Campos em agosto, candidato do Partido Socialista Brasileiro (PSB). A campanha dela foi marcada por uma série de contradições e indefinições, de tal modo que a sua rápida ascensão creditada à comoção nacional pela morte de Campos logo se perde. Nas pesquisas de intenção de voto, realizadas no início do mês de setembro, Marina Silva chegou a ter 34%, contra 35% de Dilma. Aécio pontuava então apenas 14%. No final deste mesmo mês, ela cai para 25%, contra 40% de Dilma e 20% de Aécio, e segue adiante até perder a segunda colocação durante as outras pesquisas do mês de outubro. Por duas razões, a postura política de Marina Silva foi questionada quando ela vem a ultrapassar o candidato do PSDB em agosto, logo depois da morte de Eduardo Campos.¹¹⁷ A primeira razão está diretamente ligada ao resultado eleitoral que ela havia alcançado na eleição presidencial de 2010, com 19,33% dos votos (ficando em terceiro lugar, atrás de José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT)), quando Marina Silva apresentara-se com um perfil contestatório e que, por isso, ganhava a simpatia da juventude brasileira universitária e favorável ao ambientalismo de sua gestão como ministra do Meio Ambiente do governo Lula. Como segunda razão, sua ascensão obriga-a a explicar várias questões do seu plano de governo que contradiziam a sua trajetória política do passado enquanto seringueira, ambientalista e política do PT pelo Acre, questões estas que ela não conseguia deixar claro para os eleitores, principalmente porque ela associava a sua posição política com o clamor das ruas de maio de 2013, mas o grupo político e econômico da qual ela era aliada a obrigava a ser conservadora,

¹¹⁶ Esta matéria, na íntegra, encontra-se disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/10/aecio-teria-vencido-eleicao-de-2014-se-nao-houvesse-internet.html>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

¹¹⁷ Sobre as pesquisas, conferir *site* da UOL, disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2014/pesquisas-eleitorais/brasil/1-turno/>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

principalmente sobre temas relacionados à união homoafetiva, ao aborto e ao meio ambiente. As discussões que passaram a ocorrer politizaram o debate na televisão e principalmente nas redes sociais. Pela primeira vez na história das campanhas eleitorais, de uma forma tão forte (que lembrou, em grau bem menor é claro, a candidatura de Fernando Gabeira à Presidência da República pelo Partido Verde, em 1989, obtendo menos de 1% de votos), os temas de discussão não ficaram fixos à agenda econômica: inflação, crescimento, juros, etc. Pela primeira vez, os temas foram tratados principalmente como questões de classe devido aos programas de inclusão social do Partido dos Trabalhadores, notadamente o Programa Bolsa Família. Outros temas também apareceram fortemente como mobilidade urbana, educação, saúde e questões de gênero. Nesse ambiente, preconceitos e ódios de classe e de cor fizeram-se presentes em vários momentos nas redes sociais como o Facebook.

Por fim, a quarta característica dessas eleições tem a ver com as abstenções, os votos brancos e nulos, os quais somados vieram a representar um número maior do que os votos atribuídos ao segundo colocado no primeiro turno. Aécio Neves chegou ao segundo turno com 34,8 milhões de eleitores enquanto votos não válidos e faltosos somaram 38,7 milhões. Segundo o TSE, na primeira fase da eleição encerrada no dia 5 de outubro de 2014, os eleitores que não foram representados 27.698.475 milhões de votos enquanto os nulos somaram 6.678.592 e os brancos 4.420.489. No total, foram 38.797.556 milhões de votos sem candidato definido. Dilma Rousseff (PT) conquistou 43.267.668 milhões de votos enquanto Aécio Neves teve 34.897.211 milhões de adesões e Marina Silva teve outros 22.176.619. Esses números relacionados às abstenções, brancos e nulos não são inéditos, mas eles superaram os de outros pleitos passados. Estes dados indicam ainda apatia do eleitor, indefinição e protesto, mas não deixam de significar uma atitude reflexiva. Tanto é que, no segundo turno, eles diminuíram, e os votos que seriam atribuídos ao tucano Aécio Neves com o apoio de Marina Silva, mesmo em Pernambuco, não manifestaram força suficiente, pois Dilma venceu neste estado e em sua capital.¹¹⁸

Mais uma vez, a mudança na cultura política brasileira – neste particular a eleitoral – pode ser entendida com a ajuda do enfoque da sociologia discursiva, pois é ele que nos traz a possibilidade de abordar o componente estético do discurso político dos brasileiros relacionado à moralidade comunicada na esfera pública. Não se deixa de considerar a importância do discurso dos candidatos, mas se considera principalmente a comunicação dos eleitores que apresentam abertamente em suas páginas pessoais do Facebook a orientação

¹¹⁸ Conferir *site* do TSE, disponível em: <www.tse.jus.br>. Acesso: 14 nov. 2015.

política que compartilham. São demonstrações que nos revelam a participação da sociedade civil, com suas manifestações de interesses pessoais em favor do que se pensa para o país no futuro.

Convém destacar que o enfoque da sociologia discursiva de Habermas justifica-se em função de que depoimentos pessoais no Facebook somente podem ser entendidos enquanto discursos que pretendem aceitação e convencimento (HABERMAS, 2012, v. 2). Este ponto é fundamental. Pois o discurso que é apresentado nesta rede social de comunicação não apenas fala a respeito da pessoa e de seu modo de entender os fatos políticos, mas visa também convencer, “ganhar” a atenção e o público. Não se trata de simples opinião. Os discursos são expressos como posições de valor moral que pertencem à esfera política. Traça-se assim uma estreita correspondência entre o que as pessoas entendem ser moralidade e como a comunicam, quando a relacionam com os fatos políticos. Trata-se também de reconhecer a maneira como as pessoas se comportam ou desejam que os outros se comportem nas várias esferas da vida social. Sendo assim, na linguagem de Habermas, o discurso é sempre um procedimento democrático argumentativo que pressupõe cooperação entre aqueles que se comunicam. A comunicação pressupõe cooperação, isto é, pressupõe a existência da democracia no sentido de que duas ou mais pessoas entendem-se livres para comunicar um entendimento que consideram válido, verdadeiro e veraz. Enquanto enunciado, o discurso comunicado busca ser aceito como exercício de procedimento racional. O que emerge permite aos participantes do diálogo adequar o que é dito com as relações sociais existentes, ou seja, com os padrões de sociabilidade exigidos por uma série de componentes, sejam opressores, sejam emancipadores, todos eles inerentes às categorias da comunidade, do mercado, da ideologia, do Estado e da cultura. O discurso detém assim ao mesmo tempo uma dimensão estratégica de fins pessoais em meio a uma dimensão de vários outros discursos provenientes destas categorias de opressão e libertação que concorrem por prestígio e merecimento em condições de livre argumentação. Cada pessoa a sua maneira expõe seu discurso em sintonia com estas categorias de acordo com o que ela entende ser mais adequado ao seu posicionamento moral. Conforme Habermas, entende-se assim por qual razão a moralidade não pertence à esfera isolada da interioridade do ser epistêmico cartesiano (apud AVIRTZER, 1996). A moralidade é substancialmente política, e como tal está sempre sendo comunicada, mesmo quando não existe um discurso explícito de fala. Ela expressa-se através da cultura como um todo. Por isso, no Facebook, por exemplo, o “curtir”, o “comentar” e o “compartilhar” são lugares de moralidade política. Nesta rede social, os partidos políticos participam também com conexões, grupos e coletivos de ativistas. Em todo o conjunto de posições

políticas ali expressas (no “curtir”, no “comentar” e no “compartilhar”) é possível se deparar com dados que tanto concorrem para apoiar uma manifestação homofóbica quanto para deplorá-la.

Neste particular, gostaria de sublinhar que muitas das publicações do Facebook que analisei das páginas dos candidatos presidenciais e de ativistas a eles ligados constituem manifestações de pessoas com habilidades específicas para atrair a atenção do público participante. São especialistas em comunicação, agentes culturais e com formação especializada em *marketing* político e eleitoral. Estas manifestações foram construídas de maneira a focar a atenção sobre os acontecimentos, valores e situações que envolveram as eleições presidenciais de 2014 no Brasil. As manifestações destas pessoas com habilidade de atrair a atenção participam do Facebook com os demais atores sociais (do Facebook) que não dispõem dos mesmos recursos de comunicação e de capacidade discursiva. Dessa forma, trata-se de um processo de grandes disparidades culturais, elaborado de maneira muito coordenada por poderosos atores, com o poder do dinheiro e do controle da informação. Neste processo, os temas políticos que ganham destaque entram quase sem exceção através da manipulação da emoção. A intenção é convencer. E criar convencimento requer habilidade para envolver as pessoas com falas, imagens, vídeos e uma série de outros recursos que são utilizados. Embora o que seja dito possa ser manipulado, o convencimento é sempre, todavia, uma questão aberta de liberdade. E é esse o dado mais surpreendente, pois, ao mesmo tempo que esses atores poderosos tentam atrair a atenção dos internautas a seu favor, outros discursos emergem na tentativa de provocar resistência. Entre muitas outras situações, tal é o que ocorreu fortemente pelo menos de duas maneiras nestas eleições presidenciais. Elas foram frustradas justamente em função da participação de ativistas políticos no Facebook que a todo momento apresentavam resistência e contrainformações. Primeiramente, isso ocorreu contra a estratégia de campanha da candidata Marina Silva; em segundo lugar, contra a estratégia da revista *Veja* e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), quando inclusive o Partido dos Trabalhadores obteve decisão judicial favorável do Tribunal Superior Eleitoral à propaganda difamatória contra a candidata Dilma Rousseff.

O resultado tão apertado das eleições para Dilma Rousseff (Dilma 51,64%; Aécio 48,6%) não pode ser creditado unicamente ao tipo de participação de acompanhamento intenso da informação via internet, mas ele obriga os analistas da política e dos movimentos sociais a rever o conceito normativo de redes sociais como sendo um lugar de virtualidades, de projetos inovadores e de participação política. Esta revisão foi iniciada no fim da década de 1990 e projetou-se sobre os modos de participação direta da sociedade civil,

mas sem se preocupar com o conteúdo nas redes sociais da internet, posto que ainda era muito recente (LAVALLE, 2003). O Facebook foi fundado em 2004. Deve-se considerar aqui o fato de que o Facebook é também um aplicativo de telefone celular. É a existência deste que permite a participação das pessoas de uma forma mais dinâmica. O celular é um bem de consumo cada vez mais acessível. A sua utilização permite a conexão via internet através de mensagens, mas também com fotos e vídeos (o videotestemunho, por exemplo, responsável pela repercussão de fatos históricos como a Primavera Árabe).¹¹⁹ Isso tem revolucionado a agenda política dos movimentos sociais e incluído mais pessoas. Por conta de tudo isso, pode-se entender que a sociedade civil apresenta-se nas redes sociais como o Facebook como um potencial crítico que necessita ser mais bem avaliado. A interação comunicativa e a autonomia dos públicos civis constituem dois aspectos decisivos para a sobrevivência deste potencial crítico, contudo, diante do quadro eleitoral, tal potencial se torna ameaçado pela participação articulada de movimentos sociais fascistas, repleto de ódio e ameaças.

O conceito de democracia que nos serve para entender melhor o ativismo eleitoral das eleições presidenciais brasileiras de 2014 é ainda empregado aqui a partir de mais quatro referenciais teóricos. Em primeiro lugar, ele emerge da posição kantiana segundo a qual todo ser humano, considerado como pessoa capaz (isto é, desde que não detenha alguma incapacidade mental), detém uma racionalidade inata que lhe permite apreender a refletir. Este aprendizado utiliza-se também do emprego adequado de categorias empíricas provenientes da observação. A partir de Emmanuel Kant, a democracia passou a ser entendida segundo um princípio de moralidade: o construtivismo moral (RAWLS, 1992; HABERMAS, 1997, v. 1).¹²⁰ O segundo entendimento de democracia está baseado na posição de John Rawls sobre o aprendizado político. Deste filósofo político, extrai-se que o regime democrático é o único regime político que obriga as pessoas a refletirem sobre o ponto de vista do outro. Em função da prática política democrática, o Ocidente fundou a tolerância religiosa e o respeito às diferenças como princípios republicanos e constitucionais. Nesse sentido, a democracia não pode ser explicada a partir

¹¹⁹ Primavera Árabe foi uma onda revolucionária de manifestações e protestos que ocorreram no Oriente Médio e no Norte da África a partir de 18 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Primavera_%C3%81rabe>. Acesso em: 30 nov. 2015.

¹²⁰ Embora a posição kantiana entenda que a centralidade do conhecimento pertença ao ser humano, e não ao campo político como na teoria do discurso de Habermas, este mesmo autor não deixa de considerar que o momento metafísico do ser epistêmico como tal em Kant existe como prerrogativa para o discurso da vida política, quando se pode confrontar a verdade com a facticidade, ou seja, da correspondência entre o que o “eu” pensa com os fatos sujeitos a outros discursos de interpretação. Nesse sentido, entende-se por qual razão a teoria habermasiana do discurso é considerada pós-metafísica.

de uma ideia única de bem viver que valha para todos como o fizeram os principais filósofos do contratualismo moderno desde a Ilustração. A ideia de democracia é antes a ideia de um “equilíbrio reflexivo” constitucional capaz de estabelecer acordos provisórios entre ideais incomensuráveis de bem viver entre os filósofos, científicos, tecnicistas, economistas e educadores e religiosos. Rawls entende que a prática política é um exercício de reflexividade inerente à prática da tolerância. Ele distingue assim a vida política democrática de qualquer posição cética ou relativista que definam a impossibilidade dos acordos entre vontades políticas. A arbitrariedade destes acordos cabe ao poder constitucional, ao parlamento e à democracia popular, mesmo em regimes em que estas instituições sejam pouco tradicionais. Na vida prática, estes acordos são pactuados informalmente. De outra maneira, seria impossível a existência de redes de comunicação da sociedade civil como o Facebook, um dos lugares de maior confronto de ideias e ativismo político na atualidade (RAWLS, 1992; CASTELL, 2013c).

Em terceiro lugar, o emprego aqui da noção de democracia advém do referencial de educação política ou de educação para autonomia ou ainda educação emancipadora de acordo com o pensamento de Paulo Freire. Este pensador da educação, em seu livro *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* (1ª. edição de 1996), entende que a educação emancipadora é construída pelo diálogo, isto é, requer democratização de todas as esferas da vida. Trata-se de uma visão pedagógica muito distante da pedagogia tradicional (conteudista e que vê o educando como passivo, depositário de conhecimento) e com um profundo viés hermenêutico-marxista. Nesse sentido, ela se apresenta como educação política engajada, problematizadora da realidade. Por isso, ela exige coragem para se enfrentar o embate de ideias. Entre as várias exigências que o livro defende para a formação do professor, figura a que seja talvez a mais difícil de concretização, qual seja a que nos diz que *ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica*. Paulo Freire nos ensina aqui que:

A capacidade de nos amaciar que tem a ideologia nos faz às vezes mansamente aceitar que a globalização da economia é uma invenção dela mesma ou de um destino que não poderia se evitar, uma quase entidade metafísica e não um momento do desenvolvimento econômico submetido, como toda produção econômica capitalista, a uma certa orientação política ditada pelos interesses dos que detêm o poder [...] O discurso ideológico nos ameaça de anestesiar a mente, de confundir a curiosidade, de distorcer a percepção dos fatos, das coisas, dos acontecimentos. Não podemos escutar, sem um mínimo de reação crítica, discursos como estes: “O negro é geneticamente inferior

ao branco. É uma pena, mas é isso o que a ciência nos diz [...] Que vergonha, homem se casar com homem, mulher se casar com mulher [...] O governo tem que investir mesmo é nas áreas onde mora gente que paga impostos”. (FREIRE, 1997, p. 143-149, grifo do autor).

Ao mesmo tempo, a tarefa de desconstrução da alienação é o imperativo maior para que a educação emancipadora tenha sentido. A reação contra a intolerância no Facebook vem de educadores políticos com a visão de Paulo Freire. Nesta rede social, o ativismo político prestou um enorme serviço de desconstrução ideológica, ao ponto de a presidenta eleita Dilma Rousseff ter afirmado em entrevista que a eleição de 2014 vai ficar marcada como sendo a eleição vencida nas redes sociais.¹²¹ E porque este ativismo não foi um ativismo político em torno da defesa de um plano de governo que desejasse uma transformação da ordem social com propostas revolucionárias, foi sim um ativismo de resistência, de desconstrução de discursos e em favor do pluralismo democrático. Na linguagem mais direta das redes sociais, foi um ativismo contra o preconceito e a desinformação política.

Por fim, o quarto sentido teórico de democracia aplicado à compreensão do ativismo político nas redes sociais da internet deriva da aplicação analítica do neologismo *demo-cracia* como “demonstração pública”. *Demo* é uma abreviatura de demonstração na língua inglesa. As elites políticas e econômicas se utilizam sistematicamente e em larga escala de ferramentas de demonstração pública para parecerem eficientes e legítimas. Rosental (2013) estudou a aplicação destas ferramentas como ferramentas de convencimento e resultados: relatos, estatísticas, programas de informática, informativos de governo em revistas, CD-ROMs, vídeos, palestras com especialistas com o objetivo de serem oferecidas a administradores públicos, políticos e industriais como um produto de mercado e de investimento. Em geral, a demonstração pública é feita para introduzir uma ferramenta tecnológica, como um programa de computador, com o objetivo de cativar, quando na verdade se trata da venda de uma mercadoria. As demonstrações públicas são cuidadosamente preparadas e mesmo os governantes podem aparecer como especialistas em demonstrar vantagens competitivas como porta-vozes de empresas. Sutilmente, as demonstrações públicas ocupam quase que diariamente o dia a dia das pessoas, substituindo o papel dos governantes. A expressão governo eletrônico designa muito bem esta característica. Nesta concepção de

¹²¹ ‘Essas foram as eleições das redes sociais’, diz presidente Dilma nos bastidores da entrevista ao JR: presidente disse ainda que nunca tinha visto participação tão grande da população nas ruas. Jornal R7, Eleições 2014. Publicado em: 27 out. 2014. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/eleicoes-2014/essas-foram-as-eleicoes-das-redes-sociais-diz-presidente-dilma-nos-bastidores-da-entrevista-ao-jr-28102014>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

democracia, o cidadão é tratado por um sistema de informática para “facilitar” a vida da pessoa. Rosental entende a demonstração pública como sendo o produto primordial do capitalismo científico, assim como os bens primários na teoria marxista do capital. A demonstração pública é inerente ao capitalismo contemporâneo. Vale destacar, todavia, que a demonstração pública também é uma forma de interação social capaz de promover e estruturar diversas formas de novas relações sociais. Ela é um processo e, como tal, permite um diálogo entre a ciência, a técnica e os espaços sociais. Rosental não a reduz a uma política de convencimento científico-mercantil, de espetáculo teatral, que visa à obtenção de vantagens lucrativas para as empresas, pois, dependendo do espaço social em que ela aparece, dela pode florescer a criatividade, a contestação e o fortalecimento da democracia (ROSENTAL, 2013).

Não é à toa que os discursos dos debates eleitorais não estejam baseados em demonstrações públicas. Em especial no Facebook, os ativistas políticos deste ou daquele partido político tentam atrair a atenção do público com estratégias do tipo: *construiu tantas escolas, tantos postos de saúde, vai construir mais tantos...* O pressuposto de legitimidade não está aqui, todavia, restrito ao anúncio de publicidade, mas ao modo como ele é apresentado. Trata-se um ensaio de cores, música de fundo, etc. tudo para parecer verdadeiro. O *marketing* político tornou-se refinado em termos de deslocamento da construção da imagem do político para a construção da demonstração pública de seu governo em termos de produto a ser anunciado. No caso das eleições em análise, percebe-se o cuidado de se apresentar uma proposta política e de defendê-la através de números, estatísticas, bons resultados. No caso da demonstração pública da candidata do PT, Dilma Rousseff, isto apareceu muito na defesa de seus programas de governo, como o Bolsa Família, o Minha Casa, Minha Vida, o Pronatec, o Prouni, o Ciências sem fronteiras. A habilidade de demonstração pública destes programas fez toda a diferença. Tal êxito advém da capacidade discursiva de utilização do espaço de publicidade no Facebook do ativismo político da candidata, o que permitiu a interação comunicativa entre os seus apoiadores/adversários. O debate de ideias entre a legitimidade destes programas permitiu trazer à tona esclarecimentos, mas também resistências. “Curtir”, “descurtir”, “comentar” e “compartilhar” as demonstrações públicas dos candidatos transformaram-se em *demo*: demonstração pública do ativismo político.

Durante o processo eleitoral e depois dele abriu-se de forma jamais vista na política brasileira um campo bastante bem delimitado de produção e reprodução da intolerância elitista brasileira. Os conceitos de bloqueio traumático e ardil ideológico nos servem aqui para explicar a emergência deste fenômeno político. Vencer uma eleição não significa apenas um cálculo

matemático. Uma eleição vitoriosa pode representar a radicalidade de uma subjetividade que aflora e que expõe uma realidade épica contra uma realidade traumática. Com tal vitória, pode ficar evidente a divisão entre um ideal de salvação da superação das necessidades e outro que insiste em permanecer cooptado pela força da alienação. Esta divisão ocorreu no Brasil com a reeleição presidencial de Dilma Rousseff em 2014. Com a iminência da vitória, as energias cooptadas mobilizaram traumas e ardis na tentativa de anular qualquer dever de subjetividade diferente. As reflexões de Herbert Marcuse (1964; 1972) nos ajudam a entender este conflito.

Não que somente nas eleições presidenciais de 2014 vieram à tona diferentes conflitos de subjetividade com mais força. Eles reuniram-se de maneira mais declarada, o que nos permite uma análise mais estruturante. Nas eleições de 2014, os discursos estavam centrados num ideal objetivo de salvar o país do fantasma do desemprego e da inflação. O governo do PT não apenas demonstrou capacidade de criar empregos, mas fez isso com inclusão social. A inclusão social traz então a ideia do outro, da subjetividade e dos discursos de alteridade de uma forma que não a da linguagem econômica dos especialistas e técnicos. Nesse sentido, os conflitos de classe, de gênero, étnicos, etc. dividem uma grande parcela conservadora da sociedade e outra emergente composta de trabalhadores pobres, novos jovens trabalhadores dos grandes centros urbanos (em geral prestadores de serviços), mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e outras pessoas dispostas a afirmar suas subjetividades diante dos valores machistas de uma sociedade de tradição escravocrata e concentradora da riqueza. Esta sociedade tradicional encontra nos seus traumas adormecidos a forma para atacar. Indivíduos e grupos passam a expor sem constrangimento nas redes sociais o discurso violento do sofrimento pela ausência de reconhecimento que passam a sentir. Os dizeres são marcantes: “Fora PT”,¹²² “Abaixo a ditadura gay”,¹²³ “Aqui é Brasil ou Cuba?”,¹²⁴ “Nordestino não poderia poder votar”...¹²⁵ Na visão freudiana, o trauma advém da incapacidade de o indivíduo desenvolver suas energias eróticas (de amor, carinho, cuidado para

¹²² Exemplo de domínio do Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/FORA-PT/140140766087925>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

¹²³ Exemplo de domínio do Facebook. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/TodosContraADitaduraGay>>. Acesso: 11 nov. 2015.

¹²⁴ Exemplo de imagens. Disponível em: <https://www.google.fr/search?q=aqui+%C3%A9+brasil+ou+cuba+imagens+preconceituosas+no+facebook&rlz=1C2FDUM_enBR507BR521&biw=1280&bih=699&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ei=yjJbVPm2McLXPNHfGLAO&ved=0CAYQ_AUoAQ>. Acesso: 13 nov. 2015.

¹²⁵ Sobre este preconceito, cf. arquivo disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/10/discursos-de-odio-contra-nordestinos-e-eleitores-do-pt-se-espalham-na-internet-4303.html>>. Acesso: 13 nov. 2015.

com a sua vida) em função de uma experiência traumática do passado que não é revista pelo trabalho psicanalítico. As análises de conteúdo das mensagens do Facebook que denotam aspectos da personalidade traumatizada nos permitem apreender dois tipos de trauma: resistentes e recentes. Os primeiros advêm de uma sofisticada ideia de perversidade, pois têm uma elaboração defensiva contra tudo e todos. Por exemplo, quando perguntado por que você diz “Fora PT”, o traumatizado não consegue explicar a sua ira. Repete incessantemente seu desprezo por algo que não conhece, mas que vê como ameaça odiosa.¹²⁶ Já o trauma recente é fruto de um olhar de desconfiança, quase um flerte, com a possibilidade de reconhecimento na manifestação de liberdade do outro. Trata-se do traumatizado que não sofre do ardid da prática cínica dos formadores de opinião da imprensa, porque, na sua ignorância ingênua, o problema do qual sofre é de ausência de atenção e esclarecimento.

Marcuse entende que a questão de toda energia de Tântatos, isto é, da morte, do medo, da repressão inconsciente assimilada em forma de violência simbólica está na cultura do capitalismo moderno (mas menos na fase avançada, na qual há a possibilidade de sua superação, pelo menos em parte, com a expansão de uma racionalidade alternativa que pressupõe a crítica, desde 1950) que modificou, pelo ardid da dominação, a figura do opressor em falsa liberdade. Em *Eros e civilização*, Marcuse (1972) defende que não existe mais a necessidade da figura do opressor (pai, professor, líderes políticos, religiosos, etc.), porque a racionalização dos meios de produção assumiu este lugar, através das exigências de adequação individual ao mercado. Em *One-Dimension man* (1964) a ideia de uma sociedade livre já era retratada como uma sociedade única na qual não havia lugar para a crítica e a pluralidade de valores, a imagem de consumo é construída para que se pense que somos mais livres e podemos ser mais livres desde que e somente se nos tornarmos mais consumidores. A oferta de mercadorias em quantidade é sempre a maneira de pacificar este consumidor que encontra no mercado a figura repressora do pai. O pai é o grande mercado que define as pulsões válidas e que, desde que passem pelo crivo da repressão em forma de trabalho alienado, merecem ser satisfeitas. A posse de bens simbólicos que legitimam o pertencimento à sociedade de consumo tem um preço que não é somente o esforço de trabalho, haja vista que adentrar ao mercado pressupõe inculcar um merecimento exclusivista baseado em regras de esforço e de respeito à hierarquia entre os

¹²⁶ Para uma abordagem crítica desta posição, confira o artigo disponível em: <https://www.google.fr/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0CCwQFjAC&url=http%3A%2F%2Fimpinhoecheiroso.com%2F2014%2F10%2F14%2Fvideo-esclarecedor-o-porque-do-fora-pt%2F&ei=NYhbVMT3ENDWasq3gvgL&usg=AFQjCNEuzCfwf69EcOCurVU8_d4qW-COW>. Acesso em: 13 nov. 2015.

consumidores, dos mais simples, aos VIPS e/ou PRIME. Está aqui a origem da reprovação dos programas sociais de inclusão do governo, pois as políticas de ação afirmativa redefinem o significado histórico de posições sociais que a ideologia capitalista da meritocracia oculta. Como estes programas permitem novas formas de legitimação do mérito e a consequente inclusão de novos consumidores, manifesta-se o trauma. A falsa liberdade, que antes era vista como uma liberdade exclusiva, manifesta-se não contra o mercado, mas contra aquele que ascende socialmente para o consumo. A expressão “coxinha”¹²⁷ denuncia este tipo de indivíduos traumatizados como um bom parâmetro. Preocupados em se adequar ao mercado, eles não aceitam diferenças sociais, incomodam-se com a crítica à sociedade e à ideia de transformá-la os faz atacarem. O ataque aos “coxinhas” é também uma forma de violência simbólica, que deve ser desprezada porque visa humilhar antes que educar.

Outro aspecto da violência estruturante pode ser colhido depois do resultado eleitoral. O resultado das eleições presidenciais brasileiras de 2014 foi anunciado em seguida, em 26 de outubro. No mesmo dia e nos dias posteriores, a grande imprensa mostrava a divisão dos estados entre eleitores de Dilma Rousseff e Aécio Neves. A interpretação deste resultado pela mídia vem a reforçar a polêmica criada no primeiro turno contra os nordestinos, por estes terem decidido a vitória para Dilma.¹²⁸ Mas logo outras interpretações eram divulgadas nas redes sociais, provando que tanto a articulação entre os públicos livros quanto à interação comunicativa são capazes de estabelecer padrões reflexivos sobre valores e decisões públicas. Entre a comunicação midiática e a comunicação nas redes sociais há grande diferença, como mostram as publicações de internautas preocupados com o esclarecimento público da verdade. Este tipo de demonstração pública cria uma clivagem na cultura política pública brasileira.

Como conclusão, destacam-se alguns exemplos de publicações marcantes com grande número de visualizações e poder de reflexão e convencimento. Em primeiro lugar, segue uma publicação que pedia menos preconceito e que esclarecia o valor real dos percentuais de votação em cada estado, demonstrando que o país é partidariamente mais homogêneo do que dividido.¹²⁹ Em segundo lugar, segue outra publicação que definia com clareza os percentuais de votos

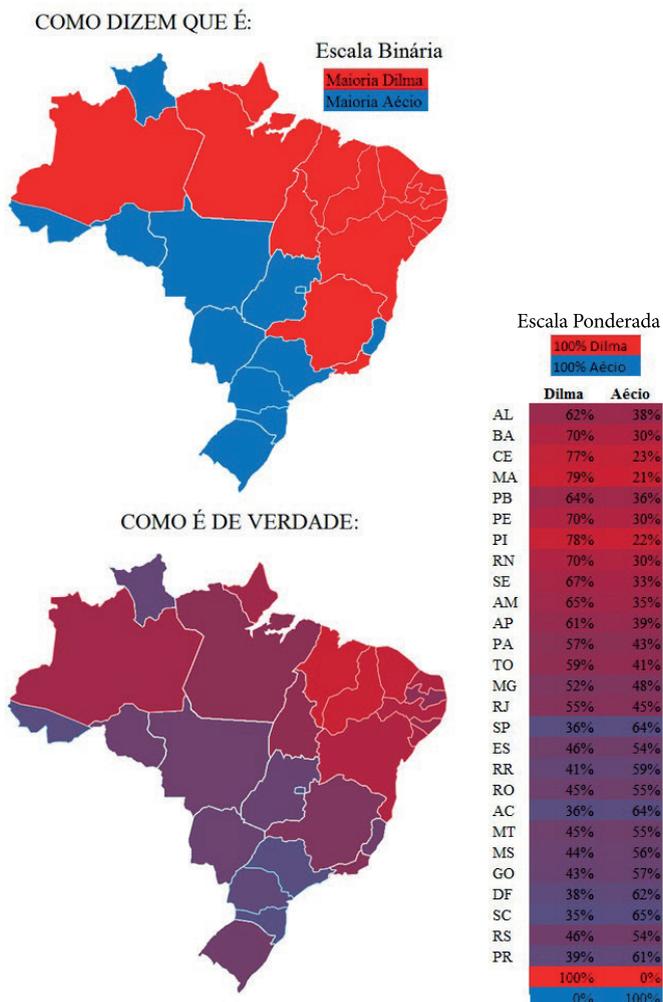
¹²⁷ Sobre o conceito de “coxinha”, confira artigo disponível em: <<http://www.significados.com.br/coxinha/>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

¹²⁸ Conferir exemplo de matéria e sua repercussão, disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/pernambuco247/159752/OAB-PE-aciona-Justi%C3%A7a-contra-Diogo-Mainardi.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

¹²⁹ Cf. artigo disponível em: <<http://guilhermechenta.com/wp-content/uploads/2014/10/Resultado-das-elei%C3%A7%C3%B5es-por-Estado-da-Federa%C3%A7%C3%A3o-menos-%C3%B3dio-contra-nordestinos-blog-thomas-conti1.png>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

para cada candidato em cada estado, o que também reforça este entendimento. As duas publicações circularam em *blogs* e *sites* de comentaristas políticos e foram compartilhadas por muitos usuários do Facebook.

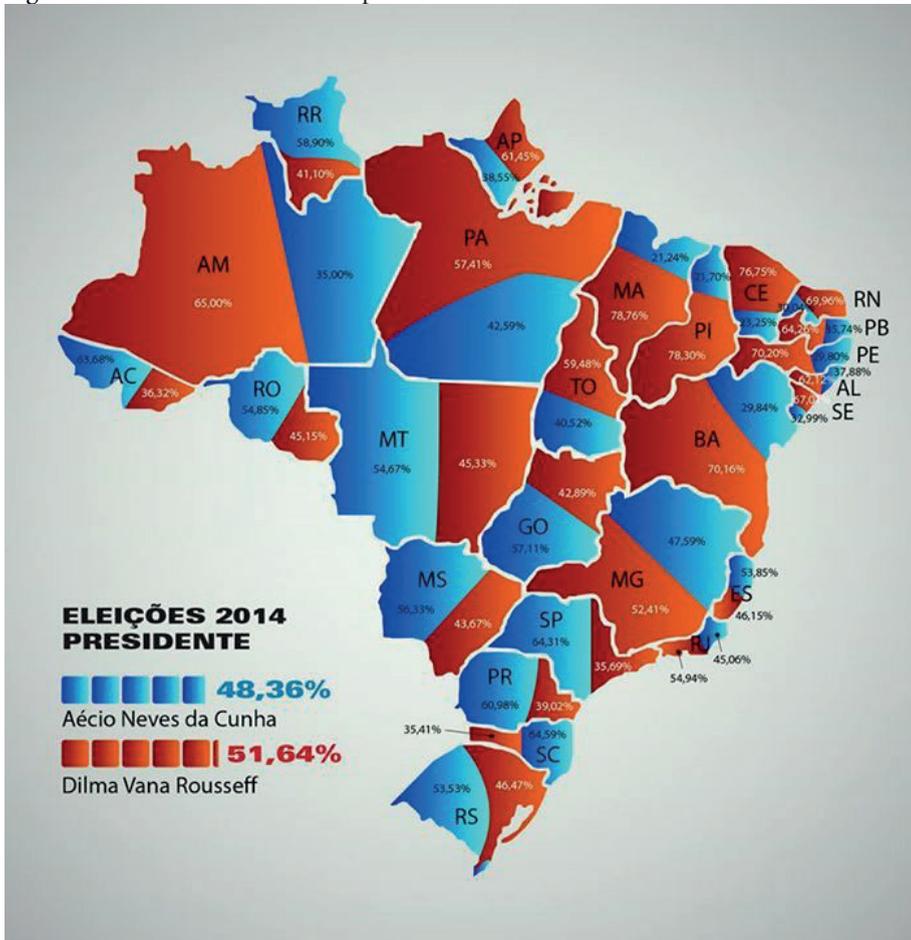
Figura 8.1 – Como foram ilustradas as preferências do eleitorado brasileiro nas eleições presidenciais de 2014



MENOS ÓDIO POR FAVOR!

Fonte: Disponível em: <thomasconti.blog.br/2014/contra-o-preconceito-o-resultado-ponderado-das-eleicoes-por-estado>.

Figura 8.2 – Percentuais de votos para cada estado



Fonte: Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/index.html>>.

Estas ilustrações dão mostra que a sociologia do discurso nos permite entender as novas formas de comunicação na sociedade brasileira contemporânea, que é aberta e dinâmica. A capacidade de desconstrução de argumentos de intolerância política pelos produtores culturais de diversas orientações políticas tem permitido não apenas fazer que o espaço público virtual seja visualizado como uma nova arena de disputas ideológicas como também de novas formas de comunicação, a exemplo do ativismo político e do fenômeno da *demo*-cracia (ROSENTAL, 2013). Vale destacar aqui a existência de publicações recheadas de humor inteligente, sem ódio e sem rancor, mas que têm feito também a diferença na comunicação no Facebook. Nesta rede social

demonstra-se como é possível fazer política de um modo lúdico, inteligente e divertido, desfazendo o mito da cultura de massa como uma cultura alienada. Seguem dois exemplos a este respeito. No primeiro, há uma piada sobre a onda separatista sulista contra o resto do país. Na segunda, a revista *Veja* é ironizada, pois é notória em produzir matérias de capa que forjam situações que não existem.

Figura 8.3 – Sátira à reação dos descontentes com o resultado das eleições que propunham dividir o país



Fonte: Disponível em: <https://fbcdn-sphotos-a-a.akamaihd.net/hphotos-ak-prn2/t31.0-8/10700186_864018713628751_6066055255899171484_o.jpg>. Acesso em: 16 nov. 2015.

Figura 8.4 – Sátira à costumeira estratégia da revista *Veja* de manipular as eleições



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10202155569965734&set=a.1290965889245.32846.1683181299&type=1>>. Acesso em: 20 out. 2015.

Por fim, é importante assinalar que o entendimento habermasiano a respeito da existência de uma *estrutura comunicacional da esfera pública* é mais do que um dado concreto existente na realidade política brasileira. Esta estrutura apresenta-se como sendo muito permeável aos diferentes modos de comunicação. Ela tem comportado o Facebook, o qual se constitui como uma rede social de avaliação da democracia institucional, paralela a ela e que vem se fortalecendo em termos da dialética reflexiva que é capaz de expressar. O resultado do processo das eleições presidenciais brasileiras de 2014 deixa evidente de que há uma mudança da estrutura comunicacional brasileira em

curso, a qual precisa ser fortalecida, pois, logo após as eleições, uma onda golpista foi também iniciada nas ruas, inclusive com o apoio de parlamentares eleitos para o Congresso Nacional.¹³⁰

¹³⁰ Cf. artigo disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FPolitica%2FFim-de-ciclo-e-memoria-da-Carta-aos-Brasileiros%2F4%2F32206>>. Acesso em: 30 out. 2015.

CAPÍTULO 9

NOVA MUDANÇA ESTRUTURAL DA ESFERA PÚBLICA

O sentido de democracia para os brasileiros alterou-se significativamente desde o início do período conhecido como redemocratização (1985 em diante). De lá para cá, entendo que existem três diferentes processos democráticos em andamento. Eles nos permitem redefinir o conceito de mudança estrutural da esfera pública. São eles:

- 1) O institucional que foi apresentado no Capítulo 5. Este processo está marcado por disputas entre partidos e interesses variados de setores sociais que lutam por reconhecimento de suas demandas perante as instâncias decisórias da República.
- 2) O cultural, aqui estudado no Capítulo 6. Tal processo compreende um sentido inédito da inclusão de fato de pessoas e agendas das minorias. Como pude ressaltar também em outros capítulos deste livro, este processo decorre do aprendizado político da sociedade como um todo.
- 3) O comunicacional, o qual detalho a seguir. Ele é dialético e vem alternando de forma muito dinâmica a avaliação dos temas políticos. Este processo é promovido por três tipos diferentes de mídias eletrônicas contrárias à mídia hegemônica: contra-hegemônica; alternativa; e participante.

Neste capítulo, conceituo esses três diferentes tipos de mídia com o objetivo de demonstrar também exemplos históricos de sua importância para a construção dos significados do processo de democratização da sociedade brasileira. Estas três mídias impactam enormemente a forma de se conceber a política. Defendo a ideia de que, a partir das discussões que elas difundem, está em curso uma guinada epistemológica de comportamento político.

Para iniciar, vale lembrar que por mudança estrutural da esfera pública Habermas (1984) entende o processo histórico de construção do sentido de prática política na modernidade. O nascimento da esfera pública burguesa é um momento histórico: é o sentido de esfera pública burguesa que se generaliza como tipo ideal para ser formalmente transferido para situações históricas quaisquer como parte do processo de legitimação da modernidade econômica, jurídica e social. Dessa forma, ela carrega inconfundivelmente a ideia também histórica de opinião pública. Ambas são ficções. Ficções ideológicas que vão progressivamente legitimando a noção de publicidade como interpenetração do interesse privado. O que conhecemos hoje como mídia hegemônica surge da ideia sobre a função política da esfera pública que se contamina pelo interesse de propaganda, subvertendo o princípio de publicidade.

É assim que Habermas descreve o início da crítica na esfera pública, quando a cidade passa a ocupar um lugar de destaque ao lado da corte, lá pela metade do século XVII:

A preponderância da “cidade” é assegurada por aquelas novas instituições que, em toda a sua diversidade, assumem na Inglaterra e na França funções semelhantes: os cafés em seu período áureo de 1680 a 1730, os salões no período entre a Regência e a Revolução. Tanto cá quanto lá, são centros de uma crítica inicialmente literária e, depois, também política, na qual começa a se efetivar uma espécie de paridade entre os homens da sociedade aristocrática e da intelectualidade burguesa. (HABERMAS, 1984, p. 48-49, grifo do autor).

Naquele momento, o entendimento do sentido de público deriva de uma certa continuidade preservada em relação à representatividade pública da corte. Dessa forma:

A arte do raciocínio público é aprendida pela vanguarda burguesa da classe média culta em contato com o “mundo elegante”, na sociedade aristocrática da corte que, é verdade, à medida que o moderno aparelho de Estado se autonomiza em relação à esfera pessoal do monarca, separava-se por sua vez cada vez mais da corte, passando a constituir um contrapeso na cidade. (HABERMAS, 1984, p. 44-45, grifo do autor).

O que é constitutivo da esfera pública burguesa é a ideia de pessoas privadas que reivindicam o princípio da autoridade. Estas pessoas privadas defendem a regulamentação da esfera pública em termos de leis gerais da troca de mercadorias na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, de interesses relacionados com o intercâmbio de mercadorias e do trabalho social. O que é inovador deste tipo de esfera pública, segundo Habermas, é que ela não tem um modo peculiar e histórico anterior, que é a racionalização pública. Além disso, o público burguês reivindica a regulamentação da esfera pública pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade. A esfera pública se autonomiza na forma, entre outras coisas, da separação entre a esfera da produção doméstica e familiar e a esfera da grande empresa juridicamente autônoma. A esfera pública autonomizada é também a garantia da institucionalização do princípio de legitimação da dominação das democracias representativas. Desta forma, Habermas explica o interesse burguês que se apresenta no domínio do espaço público:

Os burgueses são pessoas privadas; como tais, não “governam”. Por isso, as suas reivindicações de poderio contra o poder público não se dirigem contra a concentração do poder que deveria ser compartilhado; muito mais eles atacam o próprio princípio de dominação vigente. O princípio de controle que o público burguês contrapõe a esta dominação, ou seja, a esfera pública, quer modificar a dominação enquanto tal. A reivindicação de poder que se coloca na argumentação da esfera pública, exigência de poder, deveria, caso pudesse impor-se, levar a algo mais do que uma mera mudança na base de legitimação de uma dominação que, em princípio, é mantida. (HABERMAS, 1984, p. 43, grifo do autor).

Estes aspectos “progressivos” da criação da esfera pública controlada por interesses privados, mas que seguem interesses públicos de regulação, assumem contornos que subvertem o sentido de publicidade. A mudança da função política da esfera pública começa com a introdução da propaganda no jornalismo escrito, da ficção da ideia de opinião pública como “publicidade” pré-fabricada até alcançar o comportamento eleitoral da população a partir do “acatamento” da difusão da própria ideia de opinião pública.

Em uma só sentença, a concepção habermasiana de mudança estrutural de esfera pública é a análise de um processo de constituição de um sentido ampliado de interesse privado, cujo ardil está na sua difusão pela ficção da noção de opinião pública como interesse público, o que é também respaldado por critérios de razão e de formas legais pela autoridade. Habermas demonstra assim que o público é, na verdade, privado; e o que é esfera pública é, da mesma

forma, esfera pública burguesa. A seguir, apresento o que seria, na minha visão, a nova mudança da esfera pública.

A nova mudança estrutural da esfera pública é um contraponto à mudança estrutural da esfera pública burguesa. Como disse acima, ela significa uma guinada epistemológica de comportamento político, uma vez que ela vem sendo elaborada como uma tentativa sempre tensa e conflituosa de desfazimento da ficção da ideia de opinião pública, de inocular o comportamento eleitoral de contrapontos aos interesses de mercado e de difundir polifonias de subjetividade contra uma única noção de autoridade legítima. Nesse sentido, sua arquitetura é rebelde, mas reivindica critérios de racionalidade e de legalidade tal qual a dinâmica da esfera pública burguesa. A nova mudança estrutural da esfera pública desenha o fim do monopólio do sentido da democracia enquanto prática direta e representativa do exercício do poder. Seu horizonte é a democracia como reivindicação e como forma de vida (OGIEN; LAUGIER, 2014, p. 45-47; OGIEN, 2015, p. 31-37).

Ao invés da reivindicação do princípio da autoridade, conforme Habermas estudou para a sua definição de mudança estrutural da esfera pública, a reivindicação que está no centro desta nova noção de mudança estrutural da esfera pública reclama a ideia de interação simbólica entre diferentes públicos livres. É a interação simbólica entre diferentes públicos o novo princípio de legitimação da autoridade na esfera pública, a qual não é apenas considerada legítima perante a autoridade, pois ela existe concomitantemente como esfera pública não estatal. À maneira do interacionismo simbólico da Escola de Chicago, pode-se definir interacionismo simbólico na esfera pública como uma maneira de comunicação da experiência imediata das interações, interações estas que estão presentes nos jogos de linguagem (WITTGENSTEIN, 1999) das mídias eletrônicas, as quais difundem, em tempo quase real, uma profusão de visões compartilhadas da realidade vivida. A partir destas mídias – e não mais a partir somente da noção de interação com a autoridade (com o poder dominante através de representantes políticos legitimamente eleitos) – os indivíduos procuram se ajustar mutuamente seguindo linhas de ação em comum e compartilhadas. Da parte das autoridades constituídas, esta interação é também construída através da criação dos perfis no Facebook por parte de líderes políticos como Barak Obama, Lula, Dilma Rousseff e tantos outros que procuram legitimar sua autoridade pela publicidade nestas redes de comunicação. Da mesma forma que pessoas físicas, as pessoas jurídicas também são criadas em formato eletrônico, redefinindo assim a mudança estrutural da esfera pública como um todo.

Quadro 9.1 – Quadro comparativo mudança estrutural da esfera pública

Concepção teórica	Mudança estrutural da esfera pública	Nova mudança estrutural da esfera pública
Teórico	Jürgen Habermas (1984)	Agripa Faria Alexandre
Fenômeno histórico	Pessoas privadas que reivindicam o princípio da autoridade, a regulamentação racional da esfera pública pela autoridade e diretamente contra esta mesma autoridade. Século XVII em diante	Interacionismo simbólico na esfera pública que é reivindicado como novo princípio da autoridade, tendo a esfera pública como a própria autoridade. Advento das redes sociais de mídia eletrônica e das novas formas de manifestações públicas (por exemplo, as de junho de 2013 no Brasil), mas também em outros países
Definição central	Processo de constituição de um sentido ampliado de interesse privado, cujo ardil está na sua difusão pela ficção da noção de opinião pública como interesse público, o que é também respaldado por critérios de razão e de formas legais pela autoridade	É um contraponto à mudança estrutural da esfera pública burguesa na forma da interação simbólica entre diferentes públicos que se veem como autoridade. A novidade está em que a esfera pública é vista como uma maneira de comunicação da experiência imediata das interações, interações estas que estão presentes nos jogos de linguagem (Wittgenstein) das mídias eletrônicas, as quais difundem, em tempo quase real, uma profusão de visões compartilhadas da realidade vivida
Princípio de mudança	Princípio da reivindicação da autoridade do público livre	Princípio da reivindicação da interação simbólica na esfera pública (incluindo a esfera pública estatal) como princípio de autoridade legítima dos diferentes públicos livres
Estrutura fundante	Esfera pública burguesa e opinião pública como ficção ideológica	Interação comunicativa das mídias eletrônicas
Concepção de democracia	Representativa e direta	Reivindicatória e como forma de vida
Concepção de esfera pública	Estatal, mas também a não estatal como sociedade civil	Não estatal como estrutura central comunicacional

Fonte: Elaborado pelo autor.

Apresento a seguir o contorno teórico dos três distintos formatos de mídia eletrônica. Inicialmente, elas podem ser assim classificadas como:

- 1) A mídia alternativa ou mídia independente.
- 2) A mídia contra-hegemônica.
- 3) A mídia participante.

Cada uma a sua maneira, elas alimentam as formas de empoderamento da sociedade civil. O processo pelo qual se dá este empoderamento confunde-se com o interacionismo simbólico das redes sociais, de modo que tanto a referência à ação coletiva como à ação empoderada nas redes sociais têm o mesmo sentido de interação na esfera pública, mas este sentido não está restrito a uma única dimensão, seja da comunicação na e através da internet, seja das várias extensões que as redes sociais possuem. Sendo assim, por exemplo, as manifestações de rua não estão separadas da comunicação via internet, e são produzidas simultaneamente e de forma compartilhada em todos os lugares. A ação coletiva continua sendo o gênero das formas de manifestação, enquanto o interacionismo na esfera pública é uma especificidade como fenômeno de atratividade e de sociabilidade entre diferentes públicos. Tais são apenas dois dos contornos teóricos centrais deste fenômeno de comunicação das redes sociais.

A comunicação na internet apresenta variados conteúdos quanto à produção e à circulação da informação contra a mídia tradicional. As três formas referidas acima também podem ser vistas como híbridas, porém de maneira a facilitar a compreensão sobre as várias especificidades que se encontram em cada uma delas, segue uma história da formação, dos públicos constitutivos e de seus conteúdos específicos, com base principalmente nos estudos de dois sociólogos franceses: Dominique Cardon e Fabien Granjon (2013).

A história da mídia contra-hegemônica começa em 1996 quando, a partir de Chiapas (México), é lançada a Rede Intercontinental de Comunicação Alternativa, a fim de marcar o Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Liberalismo. Esta Rede vem a formar uma lista de discussão na internet com o intuito de compartilhar informação entre membros da resistência em escala mundial. A mídia contra-hegemônica é um tipo específico de criticar a mídia dominante. Ela se atém a sustentar que esta mídia é o principal vetor de propaganda do poder econômico e político. Com isso em mente, ela cria esforços para criar contradiscursos como, por exemplo, vigiar e denunciar a mídia dominante, seu modo de funcionamento, o papel dos jornalistas de reproduzirem a ideologia dominante e a estrutura de sua propriedade. A denúncia envolve a crítica à hegemonia cultural, à busca do

lucro, ao sensacionalismo, à má distribuição das prioridades de agenda política determinada pelos políticos que cedem à pressão dos *lobbies* das grandes empresas e endossam a produção de um pensamento único que marginaliza as propostas alternativas para a sociedade.

Por sua vez, a mídia alternativa ou mídia independente prioriza a produção de informação como um instrumento de emancipação mais do que um meio de luta contra a dominação da mídia hegemônica. A principal virtude das mídias alternativas está na sua capacidade de produção de métodos de criação, produção e distribuição de conteúdos alternativos de informação. Em 1995, as feministas reunidas em Beijing (China), por ocasião da realização da 4ª Conferência Mundial das Mulheres (ONU), consagraram a internet como uma ferramenta essencial de coordenação e mobilização em escala mundial para além das tratativas formais do evento. Como tipo específico de produção, deve-se citar também a experiência brasileira de análise da atuação dos meios de comunicação em massa: o *Observatório da Imprensa*, um programa de TV e rádio do canal aberto TV Brasil com o papel de criticar, criar novas visões de mundo, colocar em questão a passividade do receptor e promover os direitos dos agentes. Como outras tantas experiências, as produções alternativas pretendem quebrar o monopólio da mídia-padrão, abrindo a palavra aos diferentes públicos.

A esse respeito, é importante registrar o movimento revolucionário da mídia popular: o caso da TV dos trabalhadores, na década de 1970, criada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil com exemplo híbrido de mídia contra-hegemônica e mídia alternativa, pois ela incentivava a produção da radiodifusão comunitária, apoiando as causas mais variadas, como a indígena e a feminista. A internet militante da década de 1980 beneficia-se do barateamento dos custos de edição, difusão e passa a utilizar um modelo de comunicação que facilita a produção cooperativa e aberta à participação, permitindo a interação maior entre diferentes públicos. Ao invés da produção de um para muitos (*one to many*), passa-se a privilegiar a produção de muitos para muitos (*many to many*). Disso resulta que são os produtores/militantes menos organizados e os grupos mais periféricos que se aproveitam destas novas possibilidades de comunicação que privilegiam a horizontalidade sobre a organização vertical e hierárquica. O ativismo midiático funciona como uma polifonia das subjetividades (ao contrário da objetividade dos *experts*), concedendo a todos o direito de usar a palavra dentro do espírito de trabalho conjunto entre militantes e profissionais. Entre 1999 e 2000, esse espírito faz nascer o militante individualizado (com características da mídia participante), o qual produz o videoativismo (cinema militante) com as seguintes características:

- 1) Produção de contrainformação (movimentos de rádios comunitárias).
- 2) Educação política.
- 3) Produção anônima desconectada das mídias centrais (no nível da produção, difusão e conteúdo).
- 4) Multiplicação de pontos de vista.

Neste mesmo período, em Seattle (EUA), tendo como contexto os movimentos antiglobalização e em oposição à reunião da Organização Mundial do Comércio, surge também o IndyMedia (Central de Mídia Independente), cuja proposta é diferente da mídia voltada apenas para os assuntos comunitários. De lá para cá, ela caracteriza-se por:

- 1) Existir em diferentes países.
- 2) Funcionar segundo uma base de autogestão.
- 3) Praticar jornalismo de forma aberta, minimizando as relações de autoridade e de controle de conteúdo.
- 4) Permitir aos indivíduos e aos grupos publicar quase que ao vivo/instantaneamente e por diferentes línguas todos os tipos de documentos (textos, sons, imagens, vídeos, etc.).
- 5) Na maioria das vezes, aplicar o princípio da transparência sem controle editorial.
- 6) Apoiar as denúncias contra forças de repressão do Estado (policia) e defender os menos favorecidos (moradores de rua e desempregados, por exemplo).
- 7) Cobrir e politizar a cobertura de manifestações e eventos públicos, com filmagem de piquetes e repressão policial.

De 2000 em diante, tem-se já com clareza uma diferenciação entre mídia contra-hegemônica e mídia independente. Os instrumentos e os atores de cada corrente estão posicionados no interior e no exterior dos grandes movimentos e eventos mundiais. Os contra-hegemônicos, por exemplo, estão integrados dentro dos espaços de debate dos fóruns sociais ou coordenam suas ações para representar a sociedade civil diante de processos da ONU, das grandes conferências de comércio e temas de interesses diversos (mulheres, trabalhadores rurais, grupos indígenas, etc.), ao passo que ativistas independentes restringem-se à margem destes fóruns e eventos, mas estão sempre no coração destes, ou seja, nas manifestações de desobediência civil, etc. De modo que uma diferença importante até aqui se refere ao repertório das ações orientadas segundo o uso da palavra (mídia contra-hegemônica) ou a ação-testemunho (mídia alternativa), opondo uma polarização decisiva dentro da produção contrária à informação dominante.

Neste contexto, ressalte-se a existência de pontos de vistas inconciliáveis entre ambas. A crítica contra-hegemônica apresenta três argumentos contrários ao trabalho dos ativistas independentes:

- 1) No enfoque da mídia alternativa reina confusão e ingenuidade, pois ela alimenta a crença sobre a participação plenamente aberta e a ideia de que o progresso tecnológico conduz ao progresso social.
- 2) Os ativistas independentes estão também enfeitiçados pela tecnologia que eles acreditam poder superar as contradições sociais.
- 3) A crítica contra-hegemônica descrê da supervalorização do micro, do local, inclusive do indivíduo, à custa do coletivo, das classes e dos atores mais centrais das lutas sociais.

Por sua vez, os ativistas independentes respondem com quatro argumentos:

- 1) A crítica contra-hegemônica constitui uma proposição insuficiente para criar alternativas reais de mobilização social.
- 2) Não existe neutralidade no ponto de vista da crítica contra-hegemônica, a qual também se apoia em valores, por exemplo, o corporativismo jornalístico, etc., de modo que a produção da informação é um instrumento de emancipação mais do que meio de luta contra a dominação simbólica.
- 3) Dentro do contexto de lutas, não existe de antemão uma crítica exterior exata e acabada, pois todo juízo de valor passa necessariamente pela comunicação.
- 4) Por fim, os ativistas independentes criticam a posição de Noam Chomsky e Edward Herman, por eles desvalorizarem as formas de expressão subjetivas, livres e autônomas como formas de regressão pré-marxistas da crítica social, lembrando Hannah Arendt, para quem a questão da ação política somente pode ser pensada na pluralidade.

Como terceiro e último fenômeno relacionado à comunicação na internet, mas não necessariamente da comunicação de oposição à mídia tradicional, a mídia participante apresenta-se como uma extensão da mídia independente, porém muito mais plural e diversificada tanto quanto à produção quanto às formas de circulação. Ela reflete o aumento da expressão individual no espaço público. Este fenômeno movimenta a participação dos públicos livres e cria uma indistinção sempre maior entre os papéis de produtor e consumidor de informação, o que já é constitutivo da origem da internet. De 2010 em diante, ela incarna numerosos dispositivos interativos, como *chats*, fóruns, listas de discussão, sítios de contribuições pessoais que

permitem a qualquer pessoa escrever e corrigir facilmente a mesma página na internet (como o *site Wikipédia*), etc.

A mídia participante está largamente representada pelo tipo de mídia *self*, exclusiva da pessoa: do *blog* ao Twitter e ao Facebook. Em 2013, o Facebook contava com mais de 1 milhão de inscritos. A publicação e a publicização de conteúdos sobre pessoas e por estas na mídia participante desenvolveram consideravelmente formas de investimento e promoção pessoais, transformando a noção de individualismo contemporâneo. Trata-se um fenômeno social que espetaculariza o reconhecimento da singularidade identitária de cada indivíduo segundo modos cada vez mais comuns de conversação que se prolongam na internet. São práticas de promoção de amizade; de trocas amorosas; valorização profissional e de entendimento político. Estas formas de expressividade generalizadas contribuem para articular muito mais estreitamente a sociabilidade entre os indivíduos, suas práticas culturais amadoras e as suas formas múltiplas e variadas de expressão política.

O desenvolvimento dos *blogs* constitui um fenômeno particular deste tipo de troca de informação. Ele torna o jornalismo mais reflexivo e mais ativo, em função da interação entre jornalista e público leitor. A *blogesfera*, *twitteresfera* e o *facebookesfera* promovem profissionais do jornalismo, jornalistas desempregados, estudantes de jornalismo, profissionais artísticos e literários e especialistas de domínios singulares do conhecimento. A vigilância e a contrainformação (em especial sob a forma da *contra expertise*) da mídia participante também constituem fenômenos que impactam as práticas de investigação jornalística. Em paralelo a estes tipos de ação de vigilância e contrainformação com características contra-hegemônicas se desenvolve um tipo diferente de ativismo na internet: a nova cultura participativa que é profundamente irônica; insolente e pronunciada na primeira pessoa e sem formalidades; afetuosa, mas também agressiva e reacionária; direta, informal e próxima (a eventos, dramas, ao cotidiano, etc.). Esta nova cultura da internet faz alterar os diversos espaços públicos: eles se informalizaram em três sentidos de modo muito forte:

- 1) Introduziram uma forma mais forte de subjetividade na produção e no comentário da informação.
- 2) Desfazem a fronteira entre informação e diversão.
- 3) Romperam com a personificação dos eventos públicos, fixando um liame entre cultura de massa e cultura política (de uma maneira que lembra os surrealistas, pois trazem temas marginais para o centro do debate político).

Muitas vezes, são diferentes coletivos com alto capital cultural que animam a mídia participante: ecologistas, críticos da publicidade, da precariedade das liberdades individuais e coletivas, críticos da mobilidade urbana, artistas, grupos de teatro (do riso, por exemplo), de ciclistas que criam *sites* de atividades esportivas e educativas, enfim, adeptos da promoção de atividades que introduzem o inusitado no cotidiano, como a luta festiva, a guerrilha semiótica, um tipo de atividade que reivindica o direito ao escárnio, a deturpação simbólica e paródica da informação.

O *blog*, o Twitter e o Facebook promovem a cultura da competição política, deslocando o centro de gravidade do debate público para os espaços mais diversificados, mais críticos e muito mais autônomos em comparação com o espaço formal da política. Esta polifonia de subjetividades de expressão na internet revela uma cultura desinteressada da afiliação partidária e das personalidades eleitas pela democracia representativa, embora nesta mesma internet a construção da audiência se faça muitas vezes como nos meios tradicionais, ou seja, é ela também dominada pelos atores mais centrais do debate público de ideia: os representantes do próprio governo, uma vez que os líderes políticos têm seus próprios espaços de interação com seus públicos de simpatizantes.

A mobilização informal da mídia participante está caracterizada pela individualização e auto-organização com as seguintes características:

- 1) Espontaneidade.
- 2) Descentralização.
- 3) Forte reação.

Estas três características estão presentes na cobertura dos movimentos populares, dos conflitos sociais e eventos dramáticos, documentados por atores, vítimas e testemunhas dos fatos. Nestes casos, a internet e o telefone celular com câmera conferem a um novo público a possibilidade de pessoas se tornarem agentes políticos bem antes da ação coletiva. Dessa forma ou em função disso, as mobilizações são organizadas no espaço público da *web* de forma inversa da mídia tradicional, isto é, o que é importante de ser informado foge ao controle do *a posteriori*, quando as informações eram selecionadas, agendadas, coordenadas e então legitimadas no espaço público.

Para Castells (2007, p. 246-252), toda esta nova mídia participante introduz a comunicação de massa individualizada no espaço público. Trata-se de um processo híbrido de empoderamento e participação dos indivíduos que generaliza a participação aberta, a reflexividade, o autodidatismo, a experimentação e a reapropriação do uso da palavra. Na Primavera Árabe (2010), por exemplo, este fenômeno social deu origem a mais do que uma ação

coletiva pontual e setorial: deu origem a um movimento de massa atraindo todos os setores da sociedade. Da mesma forma, o coletivo Podemos! que passa a constituir partidos (na Espanha, por exemplo) ou movimentos antipartidos de prática política contestatória. A marcha dos franceses *Je suis Charlie*, em apoio aos 12 cartunistas assassinados do jornal satírico francês *Charlie Hebdo* em 7 de janeiro de 2015, está também associada a este fenômeno da comunicação, promovendo outras manifestações e contramanifestações: por exemplo, *Je suis tarifa zero*, no Brasil, pelo Movimento Passe Livre.

Por fim, é muito importante sublinhar que a diversificação das fontes de informação, ou seja, a existência das diferentes mídias está estreitamente ligada ao fortalecimento da democracia. Mas há um paradoxo que ainda persiste: a existência de diferentes mídias não diminui o poder da mídia tradicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para um equacionamento conclusivo, seguem primeiramente 13 enunciados teóricos que permitem uma avaliação crítica para se seguir em frente nos estudos de democratização.

- 1) Na atualidade, a dimensão mais expressiva da democracia brasileira refere-se a uma inovação estética de *política linguística* que é fruto de um *aprendizado político*.
- 2) A noção de *aprendizado político* não pode ser compreendida aqui apenas como uma capacidade de certos *atores sociais* de agirem e protestarem; ela vai mais além, pois inclui a dimensão da delimitação do espaço de ação.
- 3) A delimitação refere-se ao *empoderamento e à autolimitação da sociedade civil* com relação ao Estado e ao mercado.
- 4) Esta noção de delimitação vem a desafiar o entendimento dos estudos de democratização de uma esfera pública permeável aos diversos interesses em jogo na política brasileira, identificados a partir do *agir estratégico* dos *atores sociais*.
- 5) Assim, a amplitude das *Manifestações de junho de 2013* é exemplar como resultado de um tipo específico de *aprendizado político*, referido aqui como *agir comunicativo*.
- 6) A noção de *agir comunicativo* refere-se à habilidade da *sociedade civil* de institucionalizar discursos e de construir interações discursivas de emancipação social.
- 7) É importante considerar, portanto, que o poder originário da democracia que foi construído com as *Manifestações de junho de 2013* **não** pode ser

avaliado em termos de resultados do diálogo com o governo, mas sim em termos de publicidade, legalidade e veracidade dos fatos, termos estes que determinam que a administração pública **não** detenha mais o monopólio exclusivo de legitimação da ação política.

- 8) Este último enunciado não faz com que, nos espaços burocratizados de ação (Ministério Público, secretarias de governo, conselhos de participação popular, etc.), a *sociedade civil* deixe de se apresentar também como interessada em discutir temas e conflitos.
- 9) Assim, tanto a dimensão estratégica quanto a dimensão comunicacional da democracia brasileira constituem experiências que comprovam a tese da construção de uma cultura política pública no país.
- 10) Além disso, a inclusão de agendas de interesse das minorias e setores sociais antes excluídos do processo de democratização tem o mérito de ampliar o campo da discussão política, com atores sociais empoderados e geração de novos conflitos.
- 11) Estão assim construindo uma ampla *esfera pública* no país os processos de *democratização cultural*, a exemplo das políticas de redistribuição de renda, com destaque para o papel *empoderado* das mulheres; da mesma forma, as políticas de reconhecimento cultural, como as que forjam as complexas relações de *neocomunidades* (LIFSCHITZ, 2011; SABOURIN, 2009), que conferem autonomia com relação ao mercado (por parte dos camponeses), e garantem a permanência de suas estruturas de reciprocidade que permitem (principalmente aos agricultores familiares) a inserção diferenciada em mercados locais e regionais, etc.
- 12) A ampliação destas políticas de reconhecimento das diferenças culturais deve-se ao abandono de uma política nacionalista assimilacionista por parte dos governos brasileiros, desde o governo de Fernando Collor de Mello e que se fortalece no de Lula, o que demonstra uma efetiva inovação em termos de concepção de políticas públicas.
- 13) Assim, a dinâmica do processo de democratização como um todo (incluindo os fenômenos da *democratização cultural*, da *ultrapassagem de valores das novas utopias e da nova mudança estrutural da esfera pública*) se apresenta muito mais relacionada com a capacidade de interação social de sua população (e isso inclui a dramatização das condições típicas da modernidade) por meio de redes sociais cibernéticas, do que das estruturas de produção da sociedade brasileira, da administração pública e da cobertura da mídia aos assuntos públicos.

Em outras palavras, este último enunciado nos permite destacar ainda que o processo de democratização da sociedade brasileira está

sujeito a mudanças das variáveis culturais muito mais do que das variáveis institucionais, estas sim condicionadas pelo modelo econômico de produção de injustiças. Tal é a razão pela qual este livro deu ênfase às distinções entre os processos de *democratização cultural* e os processos de *democratização institucional*. Mas é importante sublinhar que estas distinções não devem ser percebidas dicotomicamente entre si. Tampouco não se pode imaginar que a institucionalização da democracia no Brasil significou um processo anterior e que abriu as condições para que houvesse a ampliação dos direitos e temas políticos em debate, a exemplo do papel das mulheres, dos negros e de melhorias pontuais de modernização da sociedade que foram aqui explicadas como sendo parte do processo de *democratização cultural* da sociedade. Em muitos aspectos a institucionalização da democracia no Brasil foi um processo anterior, mas isso não significa dizer que a participação dos atores sociais no processo como um todo está condicionada às estruturas institucionais existentes, pois isso desloca para um segundo plano a natureza aberta da democracia, a partir da qual a ação política é possível.

As mudanças culturais não são simples reflexos automáticos das mudanças institucionais que se vêm desenhando na sociedade brasileira. Elas se expressam nos comportamentos políticos que alteraram os valores fundantes desta sociedade: família tradicional, clientelismo, oligarquias e poder econômico. Como foi demonstrado ao longo do livro, tais mudanças culturais vieram a transformar a geografia das cidades (com demandas da parte dos cidadãos de melhorias para a mobilidade urbana, habitação, educação e saúde). Sem as políticas públicas que trouxeram melhorias nas condições de vida, acesso aos programas de saúde e educação, aumento da expectativa de vida da população, com o fortalecimento do papel das mulheres e dos jovens na sociedade (com maior acesso ao ensino universitário) também as manifestações de rua não teriam ocorrido da forma que ocorreram. As variáveis culturais implementadas, que passaram a fazer parte do horizonte reflexivo dos atores sociais, têm portanto impulsionado o processo de democratização da sociedade brasileira, e isso tem feito surgir novos conflitos e antagonismos como de resto é comum numa sociedade democrática. Entretanto, o que não é comum (e este livro deu grande ênfase a isso) é a dinâmica deste processo estar ligada ao *empoderamento* e à *autolimitação* da *sociedade civil*, pois esta sim é a grande mudança cultural que se deve registrar.

REFERÊNCIAS

A DIREITA sai do armário. *Caros Amigos*, n. 205, 2014.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar y desarrollo territorial. In: *Reforma agraria - Colonización, Cooperativas* - FAO, Roma, v. 1, p. 28-43, 2001.

ALEXANDRE, A. F. *A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro: uma contribuição à crítica do movimento*. Florianópolis: Editora da UFSC, Blumenau: Editora da FURB, 2000a.

ALEXANDRE, A. F. Etnoconservação como política de meio ambiente no Brasil: desafios políticos de resistência e integração ao mundo globalizado. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Emater/RS, v. 3, n. 3, jul./set. 2002.

ALEXANDRE, A. F. Questão de política como questão de direito: a judicialização da política, a cultura instituinte das CPIs e o papel dos juizes e promotores no Brasil. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, Florianópolis: UFSC, v. 1, n. 13, 2000b.

ALEXANDRE, A. F.; KISCHKE, P. Aspectos da institucionalização das políticas de sustentabilidade no Brasil. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERTHESIS*, v. 3, n. 2, Florianópolis, jul./dez. 2006.

ALIER, J. M. *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Blumenau: Editora da FURB, 1998.

ALVES, C. A canonização da visão modernista da modernidade. In: LEIS, H.; SCHERER-WARREN, I.; COSTA, S. (Org.). *Modernidade crítica e modernidade acrílica*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

ANDRADE, C. Y. Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social. 2012. Disponível em: <<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/acesso-ao-ensino-superior-no-brasil-equidade-e-desigualdade-social>>.

- ARENDETT, A. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- AUDARD, C. Glossário. In: RAWLS, J. *Justiça e democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- AVRITZER, L. *A moralidade da democracia*. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- AVRITZER, L. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. *Revista Dados*, Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 50, n. 3, 2007.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BAQUERO, M. (Org.). *Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.
- BELL, D. A cultura da sustentabilidade. In: KIRSCHKE, P. (Org.). *Ecologia, juventude e cultura política: a cultura da juventude, a democratização e a ecologia nos países do Cone Sul*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.
- BELL, D. *Power, influence, and authority: essay in political linguistics*. New York: Oxford University Press, 1975.
- BESSA, J. Em defesa dos vândalos. *Diário do Amazonas*, Amazonas, 30 jun. 2013. Coluna Taqui pra ti. Disponível em: <<http://www.taquiprati.com.br/cronica.php?ident=1039>>.
- BOBBIO, N. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- BOCATO-FRANCO, A. Para compreender o “Decrescimento”. *Carta Capital*, 5/11/2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/525391-para-compreender-o-decrescimento>>.
- BOFF, L. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. São Paulo, Ática, 1993.
- BOFF, L. O século dos direitos da Mãe Terra. Disponível em: <http://www.humaniversidade.com.br/boletins/direitos_da_mae_terra.htm>. Acesso em: 12 nov. 2013.
- BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo, Ática: 1993.
- BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- CAMPELLO, T.; NERI, M. C. *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/WEB_Programa-Bolsa-Familia-2.pdf>.
- CARDON, D.; GRANJON, F. *Médiactivistes*. Paris: SciencesPo. Les Presses, 2013.
- Carne, osso*. Documentário da GloboNews. Exibido em 5 maio 2013. Disponível em: <<http://globotv.globo.com/globonews/globonews-documentario/t/veja-tambem/v/carne-osso-mostra-a-dura-rotina-de-quem-trabalha-em-frigorificos-no-brasil/2557412/>>.

- CASTELLS, M. *Communication et pouvoir*. Paris : Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2013a.
- CASTELLS, M. *Communication, power and counter-power in the network society*. In: *International journal of communication*, 1, 2007.
- CASTELLS, M. La sociabilidad real se da hoy en internet. Entrevista ao jornalista Horacio Bilbao, *Jornal Clarín*, 2 ago. 2013b. Disponível em: <http://www.revistaenlinea.com/ideas/Manuel-Castells-sociabilidad-real-hoy-Internet_0_967703232.html>.
- CASTELLS, M. *Redes de indignação e de esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013c.
- CATTANI, A. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- CATTANI, A. (Org.). *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Petrópolis: Vozes, 2002.
- COHEN, J. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. *Revista Dados*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. v. 16, ano 3, 2003.
- COHEN, J.; ARATO, A. *Civil society and political theory*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1992.
- DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DAMATTA, R. Medalhões presos? *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 dez. 2013. Caderno 2, p. C10.
- DIEGUES, A. C. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- DOMINGUES, J. M. Interpretando a modernidade: imaginário e instituições. LEIS, H.; SCHERER-WARREN, I.; COSTA, S. (Org.). *Modernidade crítica e modernidade acrítica*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.
- FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: PUC/RJ, NAU, 1999.
- FRASER, N. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, n. 70, 2007.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.
- FREYRE, G. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
- FREITAG, B. *Itinerários de Antígona: a questão da moralidade*. São Paulo: Papirus, 1997.
- FUNDAÇÃO PALMARES. Disponível em: <<http://www.palmars.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/4-quadro-geral-das-crqs-ate-25-10-2013.pdf>>.
- GADAMER, G. H. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

- GASPARI, E. A política de cotas ganhou mais uma. *Folha de S. Paulo*, coluna Poder, 27 fev. 2013.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1990.
- GOHN, M. G. *Movimentos sociais e redes de mobilização cívica no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GOHN, M. G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GOVERNO está preocupado, diz Carvalho. BAND.com.br, 18 jun. 2013. Disponível em: <<http://noticias.band.uol.com.br/brasil/noticia/?id=100000607260&t=>>>.
- GRAJEW, O. O Fórum Social Mundial e as surpresas. *Folha de S. Paulo*, Seção Tendências/Debates, 25 mar. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2503201107.htm>>.
- HABERMAS, J. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2002.
- HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 2 v.
- HABERMAS, J. *Fundamentos linguísticos da sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HABERMAS, J. Soberania popular com procedimento. Um conceito normativo de espaço público. *Novos Estudos*, São Paulo: CEBRAP, n. 26, mar. 1990.
- HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo*. São Paulo: Martins Fontes, 2012. 2 v.
- HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova*, Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 36, 1995.
- HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, n. 58, 2003.
- HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Instituto Antonio Houaiss. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- HOUTZAGER, P.; ACHARYA, A.; LAVALLE, A. Associations and the exercise of citizenship in new democracies: evidence from São Paulo and Mexico city. *Institute of Development Studies*. University of Sussex: Brighton, May, 2007.
- ILLICH, I. *La convivialité*. Paris: Seuil, 1973.
- ILLICH, I. *Uma sociedade sem escolas*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- INDICADORES sociais mínimos 1996. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/notasindicadores.shtm>>.

- INDICADORES socioeconômicos nas UPPs do estado do Rio de Janeiro. *FGV Projetos*. Rio de Janeiro: FGV, n. 17, 2012.
- INGLEHART, R. *Modernization and postmodernization: cultural, economic and political change in 43 societies*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1997.
- INGLEHART, R. *The silent revolution: changing values and political styles among western publics*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1977.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário 2006*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/notatecnica.pdf>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Evolução demográfica 1950-2010*. Rio de Janeiro, IBGE: 2010a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse do Censo Demográfico de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese dos indicadores sociais 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://empreeunde.org.br/pdf/Programas%20e%20Pol%C3%ADticas%20Sociais/S%C3%ADntese%20de%20Indicadores%20Sociais%20-%202000%20IBGE.pdf>>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese dos indicadores sociais 2005*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2005/default.shtm>>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese dos indicadores sociais 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2007/indic_sociais2007.pdf>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese dos indicadores sociais 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese dos indicadores sociais de 2012*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese dos indicadores sociais 2013*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2013/SIS_2013.pdf>.
- KALBERG, S. *Max Weber: uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- KRISCHKE, P. A cultura política pública em J. Rawls: contribuições e desafios à democratização. In: FELIPE, S. (Org.). *Justiça como equidade: fundamentações e interlocuções polêmicas*. Florianópolis: Insular, 1997.

- KRISCHKE, P. Aprendendo a democracia na América Latina: atores sociais e mudança cultural. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2003.
- KRISCHKE, P. Aprender a democracia na América Latina: notas sobre o aprendizado político e as teorias da democratização. In: LEIS, H.; SCHERER-WARREN, I.; COSTA, S. (Org.). *Modernidade crítica e modernidade acrítica*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001a.
- KRISCHKE, P. Cultura política: convergências e divergências em Porto Alegre e Curitiba. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, n. 35, abr. 2004.
- KRISCHKE, P. Interfaces temáticas: origens e diferenças. In: RIAL, Carmen; TOMIELLO, Naira; RAFAELLI, Rafael (Org.). *A aventura interdisciplinar: quinze anos do PPGICH/UFSC*, Blumenau: Nova Letra, 2010.
- KRISCHKE, P. Regime ou cultura no estudo da democratização. *Lua Nova*, Revista de Cultura e Política. São Paulo: CEDEC, n. 50, 2000a.
- KRISCHKE, P. *The learning of democracy in Latin America: social actors and cultural change*. Huntington: Nova Science Publishers, 2001b.
- KRISCHKE, P. (Org.). *Ecologia, juventude e cultura política: a cultura da juventude, a democratização e a ecologia nos países do Cone Sul*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000b.
- LATOUCHE, S. Desenvolvimento é insustentável. *IHU [on-line]*, São Leopoldo, ano 4, n. 100, p. 2-6, 10 maio 2004.
- LATOUCHE, S. O decrescimento como condição de uma sociedade convivial. *Cadernos IHU Ideias*, São Leopoldo, ano 4, n. 56, p. 1-14, ago. 2006.
- LAVALLE, A. G. Sem pena nem glória: o debate da sociedade civil nos anos 1990. *Novos Estudos*. CEBRAP. São Paulo, n. 66, p. 91-109, jul. 2003.
- LEIS, H.; SCHERER-WARREN, I.; COSTA, S. (Org.). *Modernidade crítica e modernidade acrítica*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.
- LIBERATO, L. V. M. *Expressões contemporâneas de rebeldia: poder e fazer da juventude autonomista*. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- LIFSCHITZ, A. J. *Comunidades tradicionais e neocomunidades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.
- LIFSCHITZ, A. J. Sobre as manifestações de junho e suas máscaras. *Dilemas*. Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), v. 6, n. 4, p. 699-715, out.-nov.-dez. 2013.
- LIMONGI, F. Institucionalização política. In: MICELLI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- MACPHERSON, C. P. *A teoria política do individualismo possessivo: de Hobbes a Locke*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

- MANIFESTANTES jogam fezes na Prefeitura de Florianópolis. Hora de Santa Catarina, Florianópolis, 7 nov. 2013. Disponível em: <<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2013/11/manifestantes-jogam-fezes-na-prefeitura-de-florianopolis-4325842.html>>.
- MARCUSE, H. *Eros e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MARCUSE, H. *One-Dimension man*. Boston: Beacon, 1964.
- MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013a. Coleção Tinta Vermelha.
- MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013b. Coleção Tinta Vermelha.
- MELUCCI, A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MERQUIOR, J. G. *O marxismo ocidental*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- MERTON, R. A análise estrutural na sociologia. In: MERTON, R. *A ambivalência sociológica e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MINC, C. Desafios da ecopolítica no Brasil. In: PÁDUA, J. A. (Org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, IUPERJ, 1987.
- NERI, M. C.; SOUZA, P. H. F. A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. *Comunicados do IPEA*, n. 155, 25 set. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipea155_v5.pdf>.
- OGIEN, A. La démocratie comme revendication et comme forme de vie. *Raisons Politiques*, Paris, 57, 2015/1.
- OGIEN, A.; LAUGIER, S. *Le principe démocratie: enquête sur les nouvelles formes du politique*. Paris: La Découverte, 2014.
- OS 10 MITOS sobre as cotas. Laboratório de Políticas Públicas/UERJ. In: *Inclusão social: um debate necessário?* Universidade Federal de Minas Gerais, sem data. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=53>>.
- OUTHWAITE, W. et al. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- PEREIRA, M. Corrupção é o foco. *O Globo*, Rio de Janeiro. 19 jun. 2013. p. 4. *Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas. Una mirada hacia América Latina y el Caribe 2014: Resumen ejecutivo*. CEPAL/ONU. Disponível em: <<http://repiica.iica.int/docs/b3165e/b3165e.pdf>>.
- PICOLOTTO, E. L. *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

- POGREBINSCHI, T.; SANTOS, F. Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional. *Dados [on-line]*. 2011, v. 54, n. 3, p. 259-305. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582011000300002>>.
- PRZEWORSKI, A.; CHEIBUB, J. A.; LIMONGI, F. Democracia e cultura: uma visão não culturalista. *Lua nova*, n. 58, 2003.
- RAFAELLI, Rafael (Org.). *A aventura interdisciplinar: quinze anos do PPGICH/UFSC*. Blumenau: Nova Letra, 2010.
- RAMPINELLI, W. J.; OURIQUES, N. D. (Org.). *Os 500 anos: a conquista interminável*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- RAWLS, J. Justiça como equidade: uma concepção política, não metafísica. *Lua Nova*, n. 25, 1992.
- RAWLS, J. *Justiça e democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- RAWLS, J. *Liberalismo político*. São Paulo: Ática, 2006.
- RAWLS, J. *Uma teoria da justiça*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981. *Relatório Mundial de 2013 da Human Rights Watch*. Disponível em: <<http://www.hrw.org/world-report/2013/country-chapters/112984>>.
- REIS, F. W. Institucionalização política: comentário crítico. In: MICELLI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- ROCINHA e Vidigal marcharam em paz até o Leblon por saneamento e saúde. *O globo*, 25 jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/rocinha-e-vidigal-marcharam-em-paz-ate-o-leblon-por-saneamento-e-saude.html>>. Acesso em: 16 nov. 2013.
- ROSENTAL, C. Toward a sociology of public demonstrations. In: *Sociology theory*. SAGE. American Sociological Association, 2013.
- ROUANET, Sérgio Paulo. Conversa com Habermas. *Folha de S. Paulo*, Suplemento Mais!, 30 abr. 1995. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/4/30/mais/5.html>>. Acesso em: 3 jul. 2015.
- RUSCHEINSKY, A. Sustentabilidades: concepções, práticas e utopias. In: GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L. (Org.). *Sustentabilidade em diálogos*. Itajaí: Editora da Univali, 2010.
- SABOURIN, E. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SANTOS, B. S. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: HELLER, Agnes (Org.). *A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- SELL, S. C. *Ação afirmativa e democracia racial: uma introdução ao debate no Brasil*. Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2002.

- SHARP, G. *The politics of nonviolent action*. Part one: power and struggle. Boston: Porter Sagent Publishers, 1984a.
- SHARP, G. *The politics of nonviolent action*. Part two: the methods of nonviolent action. Boston: Porter Sagent Publishers, 1984b.
- SHARP, G. *The politics of nonviolent action*. Part three: the dynamics of nonviolent action. Boston: Porter Sagent Publishers, 1984c.
- SINGER, A. A energia social não voltará atrás. *Época*. n. 787, p. 88-90, 24 jun. 2013.
- SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 85, 2009.
- SINGER, P. Economia solidária. In: CATTANI, A. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- SOUZA, J. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. In: SOUZA, J. (Org.). *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Editora da UnB, 1999.
- SOUZA, J. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora da UnB, 2000.
- SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Humanitas, 2012.
- SOUZA, J. J. F. de. Processo civilizador na periferia: segregação social e unidade cultural. In: LEIS, H.; SCHERER-WARREN, I.; COSTA, S. (Org.). *Modernidade crítica e modernidade acrítica*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001, p. 117-158. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4680&Itemid=356>.
- SOUZA, J. T. P.; LÜCHMANN, L. H. H. *Globalização, democracia, exclusão e geração: faces e interfaces dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo*. Texto do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, 2010. Mimeografado.
- TAYLOR, Charles. *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- TOURAINÉ, A. *O retorno do actor: ensaio sobre sociologia*. S.l.: Instituto Piaget: 1996. v. 6.
- TOURAINÉ, A. Os novos conflitos sociais para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 17, 1989.
- VELLOSO, Jacques R.; CARDOSO, Claudete B. Evasão na educação superior: cotistas e não-cotistas na Universidade de Brasília. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31., *Anais...*, Caxambu/MG, 2008.
- VIEIRA, L. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- VIEIRA, L. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- VINÍCIUS, L. *A guerra das tarifas*. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2005.

VINÍCIUS, L. *Guerra da tarifa 2005: uma visão de dentro do Movimento Passe-Livre em Floripa*. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2006.

VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PADUA, J. A. (Org.). *Ecologia e política*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

VIOLA E.; LEIS, H. O ambientalismo multisetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA, E.; LEIS, H.; SCHERER-WARREN, I.; GUIVANT, J.; VIEIRA, P. F.; KRISCHKE, P. J. (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafio para as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

WASELFSZ, J. J. Homicídio e juventude no Brasil. Mapa da violência 2013. Rio de Janeiro: CEBELA, FLASCO/Secretaria Geral da Presidência do Brasil. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2013_jovens.php>.

WANDERLEY, M. N. B. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WAMPLER, B.; AVRITZER, L. Participatory publics: civil society and new institutions in democratic Brazil. *Comparative Politics* v. 36, n. 3, p. 291-312, Apr., 2004. Published by: Ph.D. Program in Political Science of the City University of New York Article Stable. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4>>.

WATER ALTERNATIVES: an interdisciplinary journal on water, politics and development. A flow of creative thinking. Disponível em: <http://www.wateralternatives.org/images/headers/Bandeau1_940.jpg>. Special edition: <<http://www.water-alternatives.org/index.php/1884-calls/160-waa-call-for-papers-water-k>>.

WEBER, M. *Conceitos básicos de sociologia*. São Paulo: Moraes, 1989.

WELLER, Wivian; SILVEIRA, Marly. Ações afirmativas no sistema educacional: trajetórias de jovens negras da Universidade de Brasília. *Revista de Estudos Feministas [on-line]*. Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 931-947, 2008.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

GLOSSÁRIO

Ação coletiva

Embora existam inúmeras correntes dentro da teoria da ação coletiva,¹³¹ no contexto deste livro esta designa a ação de um ou mais grupos engajados e dispostos a assumir o confronto com a autoridade considerada imoral. Não se trata de uma simples reunião de indivíduos que buscam interesses e resultados próprios. A ação coletiva privilegia alcançar benefícios sociais comuns a partir de diferentes táticas de mobilização. O objetivo da ação coletiva consiste em envolver pessoas dispostas a cooperar, aderindo e apreendendo com a causa da ação. Embora o modo de ação seja por vezes violento, os movimentos de ação coletiva não podem ser interpretados como irracionalistas.

Agir comunicativo

Agir que considera fins individuais sob a condição de que sejam capazes de conciliar diversos planos da ação com base em definições comuns sobre a situação vivida (HABERMAS, 2012, v. 2, p. 315).

Agir comunicativo dramático-identitário

Agir específico de manifestantes de rua, grupos de jovens de comunidades, de espaços universitários, de grupos de esporte, música, etc. que denotam a identidade marcante de um estilo de vida, e, em geral também, na forma de protestos de uma classe urbana de trabalhadores, mas com configuração de

¹³¹ A este respeito, consultar Boudon; Bourricaud (1993); Outhwaite et al. (1996).

identidade, de estilo de vida, de ser de esquerda, anarquista, gostar da política como espaço de rebeldia e de protesto, já que eles parecem esperar pouco das relações tradicionais de poder e de obediência às condições opressivas de trabalho que encontram.

Agir estratégico

Agir sob a observância de regras de escolha racional e quando avaliada sob o grau de efetividade da influência exercida sobre as decisões de um oponente racional (HABERMAS, 2012, v. 1, p. 495).

Aprendizado político

Processo de desenvolvimento moral/cognitivo da pessoa (desenvolvimento de visões de mundo, incluindo o desenvolvimento da subjetividade inerente às estruturas de personalidade e identidade que tendem a ser crescentemente complexas), o qual se dá em paralelo ao desenvolvimento normativo (jurídico/moral) de um povo.

Ator social

Indivíduo ou grupo social que se apresenta no teatro da vida política. Na sociologia dos **novos movimentos sociais**, emprega-se, com muita ênfase, a ideia de que o ator social é consciente da sua ação e das relações sociais que procura forjar. Ver **agir estratégico** e **agir comunicacional**.

Autolimitação da sociedade civil

Fenômeno político referente à **ação coletiva** que nega, de forma muito deliberada, o vínculo com qualquer organização política do aparelho estatal, com partidos políticos, sindicatos e o mercado.

Celular com câmara digital

Ferramenta de empoderamento para manifestações de desobediência civil, largamente utilizado pela **sociedade civil**. O **celular com câmara digital**, quando associado ao acesso à **internet**, permite a divulgação imediata, principalmente pelo **Facebook** e **Twitter**. Através deste recurso, a **mídia independente** opera também a comunicação imediata de cenas, debates e outras formas de **democratização cultural**.

Concepção construtivista de cultura política pública

O mesmo que concepção política da justiça para John Rawls. Trata-se de uma sofisticada visão de respeito às liberdades individuais, mas que se retrai a privilegiar qualquer visão do bem e a deduzir dela princípios coletivos de justiça, mas que tenta evitar o relativismo e o ceticismo. Daí decorre o problema central para Rawls sobre a legitimação das limitações do justo que não se apoiará em nenhuma crença particular, que não invocará nenhum valor não político. Nesta concepção, os princípios de justiça derivam da visão que têm de si mesmos e da sociedade os cidadãos autônomos de uma democracia (AUDARD apud RAWLS, 2000, p. 374).

Cultura da sustentabilidade

Diferentemente de uma cultura universal, a cultura da sustentabilidade define-se pela ideia de desenvolvimento sustentável: somente é possível se falar de um mundo sustentável caso haja a possibilidade de as próximas gerações encontrarem as condições senão melhores mas, pelo menos, iguais a que desejamos projetar para elas, com equidade social e preservação ambiental. Para haver cultura da sustentabilidade, deve haver uma *medium* cultura favorável, e ele gira em torno de quatro relacionamentos-chave, para David Bell, a saber: *com a natureza, com o tempo (como uma nova filosofia da história), uns com os outros, e com a autoridade e o Estado* (BELL, 2000, p. 39).

Decrescimento

Não há possibilidade de crescimento ilimitado da economia, segundo os teóricos decrescentistas. Ademais, para Serge Latouche (2004), por exemplo, a valorização da felicidade não pode ser medida pelo acúmulo de riqueza material como os economistas neoliberais fazem. A crítica é intrínseca ao modelo de desenvolvimento sustentável: não adiantam novas tecnologias de remediação (tecnologia limpas), nem mais áreas de preservação ambiental (políticas de reflorestamento), sem a drástica alternância dos valores. Não adianta mudar os meios se os fins não mudam.

Democracia

A ênfase deste livro é sobre o conceito institucional e cultural. No primeiro caso, pretende-se uma ideia segundo a qual a **democracia** é o exercício do poder de forma consentida. Neste caso, ela é um conjunto institucional de regras aceitas e compartilhadas, sujeitas à revisão e aperfeiçoamento. No segundo caso, defende-se que a **democracia** existe com um acento

na disposição dos atores sociais de refletir sobre as suas vidas. Por isso, a dimensão do **agir comunicacional** é tão importante para se entender como a política ultrapassa o conceito institucional, apesar de este deter significado e importância, principalmente em função de dois princípios sem os quais não haveria a vida democrática: o princípio da soberania popular e o princípio dos direitos humanos.

Democratização cultural

Processo global de expansão da legitimação da prática política democrática que vai além da dimensão institucional, dos processos regulares de tomada de decisão e das políticas governamentais, compreendendo a organização livre e informal de cidadãos em torno dos valores da tradição do protoliberalismo de esquerda, do anarquismo, do gandhismo e do desenvolvimento moral da pessoa. Trata-se de um processo expansivo de valorização da prática política contestatória, notadamente impulsionada pela alavanca dos **novos movimentos sociais** que apresentam demandas de democratização da sociedade, mas as instituições públicas e os mercados também podem ser considerados atores deste processo. O traço distintivo do processo de **democratização cultural** compreende fundamentalmente a capacidade de um povo de reconhecer, de discutir e de agir visando alcançar entendimento sobre a existência de conflitos entre atores sociais com visões de mundo diferentes. Não necessariamente a participação política da sociedade civil nas várias instâncias de decisão governamental garante a existência da **democratização cultural**, uma vez que este processo pressupõe mudança cultural no nível dos valores morais.

Democratização institucional

A avaliação institucional da democracia restringe-se à consideração da existência de um regime formal e de desempenho de governos, como processos legislativos e judiciários. De igual maneira, no caso específico do Brasil, compreende o reconhecimento público da legitimidade dos poderes legislativo, executivo e judiciário, ao longo dos últimos anos depois da Ditadura Militar (1985 em diante), o que inclui considerar o processo político eleitoral regular, a administração burocrática governamental segundo princípios constitucionais, as políticas públicas de ampliação de direitos, a existência de partidos políticos e de uma esfera pública com uma **sociedade civil** autônoma e com poder de influência.

Desenvolvimento cultural

Ver democratização cultural.

Desobediência civil

Ação não violenta que é própria da política de ação coletiva em manifestações públicas. Também conhecida como *política da não violência ativa* ou ainda de *política da não cooperação*, a **desobediência civil** pode ser definida como um conjunto de técnicas de exortação à mudança de atitude diante de situações consideradas prejudiciais à vida social. As exortações objetivam converter, não coagir, os oponentes (SHARP, 1984a, v. 1, p. 63-67).

Discurso

Na filosofia da linguagem pragmática, o discurso corresponde à ação. E a ação requer o entendimento de, pelo menos, dois atores sociais envolvidos. Dessa forma, a natureza do discurso é antes social do que individual, e requer cooperação para entendimento daquele que fala com aquele que escuta. Por conseguinte, a política não há como não pressupor a recorrência à dominação consentida, isto é, a possibilidade do discurso ser democrático. Nesse sentido, o princípio do discurso é anterior e superior às formas ontológicas de dominação da filosofia marxista da história.

Empoderamento

Processo político de tomada de posição capaz de alterar a dinâmica de funcionamento da esfera pública a favor da **sociedade civil**. Consiste na capacidade de certos atores sociais reunidos para apresentar, expressar, difundir e compartilhar, por meio de diferentes formas de **política linguística**, questões de interesses majoritários e minoritários dentro dos processos públicos de ação e decisão da *sociedade civil*.

Esfera pública

Rede de comunicação e de tomada de decisões. Nela são elaborados discursos para a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana. A estrutura da esfera pública é aberta e permeável ao anonimato, à diversidade e à inovação. Para Habermas (1997, v. 2, p. 92), *a esfera pública constitui principalmente uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento*.

Estrutura comunicacional da esfera pública

É por natureza aberta e dinâmica devido às pessoas privadas que buscam interpretações públicas para suas experiências e interesses sociais. Elas assim o fazendo colocam em xeque o lado da esfera pública dominada pelos meios de comunicação de massa, pelas grandes agências produtoras

de opinião e do mercado de publicidade, da propaganda dos partidos e do governo.

Facebook

Tipo mais comum de rede social criado em 2004. Caracteriza-se pelo acesso, cadastramento, compartilhamento de informações de forma totalmente gratuita. Na atualidade, o **Facebook** tem sido usado como ferramenta e como conteúdo de comunicação, permitindo que seus usuários organizem-se em redes sociais de amizade, aprendizagem e troca de experiências de **democratização cultural**. Além disso, por meio dele a comunicação se expandiu, se estreitou e se democratizou, permitindo que ações envolvendo denúncias, protestos e outras formas de desobediência civil atingissem os governos. Ele é mobilizado principalmente por meio de **celulares com câmara digital** e acesso à **internet**.

Fórum Social Mundial

Contraposto às edições anuais do Fórum Econômico Mundial, trata-se de um evento organizado por diversas associações e movimentos sociais para coincidir com o mesmo período daquele, não apenas em termos de data, mas principalmente em termos de força simbólica contra-hegemônica. Desde sua primeira edição em 2001, em Porto Alegre (RS, Brasil), sua plenária maior tem afirmado o lema: *Um outro mundo é possível!* em oposição ao **neoliberalismo**. O **Fórum Social Mundial** é um espaço de aprendizado e de troca de experiências de democracia participativa e solidariedade global entre as organizações sociais e políticas participantes.

Horizontalidade consultiva

Binômio tomado a partir das noções de **hierarquia consultiva** e **concepção construtivista de cultura política pública** de J. Rawls (1992) com o intuito de ressaltar a existência de uma **interface consensual** entre valores políticos e os diversos valores sociais, quando as ações e manifestações públicas provenientes da **sociedade civil** dialogam de forma horizontal (de preferência de forma direta e sem intermediação) com as instituições públicas do sistema político (partidos e órgãos de governo) com mais facilidade e tolerância, permitindo assim uma história de aprendizado social e político com ganhos normativos para a sociedade.

Hierarquia consultiva

Situação de diálogo (em geral de forma hierarquizada e com intermediação burocrática) entre **novos movimentos sociais** e instituições públicas tradicionais do sistema político.

Institucionalização de discursos

A dimensão da ação comunicativa que emerge da **política linguística**, possibilitando a interação cooperativa em busca do entendimento entre **sociedade civil**, governo e parlamento. Para que isso ocorra, os representantes políticos necessitam estar sensíveis à comunicação aberta. Este processo recebe necessariamente a linguagem do direito através da criação de leis e garantias jurídicas de aplicação. Mas o entendimento meramente formalista das conquistas reivindicatórias dos **movimentos sociais** de direitos é apenas uma garantia de direitos, uma vez que a legitimidade do processo democrático discursivo opera pela constante e intensa comunicação, em suas diferentes formas: formalização de direitos, eleições, plebiscitos, acordos, pressão da **sociedade civil**, denúncia de ausência de diálogo, negociação para resolução de impasses, etc.

Interface consensual

Situação de diálogo entre valores políticos e diferentes valores de uma sociedade. A ideia é de que a democracia favorece esta interface, seja através de uma **hierarquia consultiva**, seja através de uma **horizontalidade consultiva**, e de que, nos dois casos, haja um **aprendizado político** com ganhos normativos para a sociedade.

Interface temática

Nos estudos de democratização, denota a ideia sobre a convergência de temas comuns mais do que diferentes entre as abordagens de regime político e estudos culturais.

Internet

Rede de computadores que interliga as variadas formas de comunicação no mundo. Segundo dados do Wikipedia (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Internet>), mais de 1,96 bilhão de pessoas tem acesso a esta tecnologia eletrônica.

Movimentos sociais

Categoria analítica da sociologia para explicar as mudanças sociais através da **ação coletiva** (ver definição neste glossário). De acordo com a clássica definição de Touraine (1989), um movimento social é composto de três elementos inter-relacionados: (1) atores sociais; (2) campo de luta; e (3) inimigo contra o qual o movimento se insurge. **Movimentos sociais** podem apresentar demandas relacionadas tanto a questões tangíveis (salário, mobilidade urbana, acesso a terra, etc.) quanto a questões intangíveis, estas últimas relacionadas ao reconhecimento social e cultural de minorias. Ver **novos movimentos sociais**.

Mídia

No contexto do **neoliberalismo** (ver definição neste glossário), modo de desinformar, alienar e proteger os interesses do grande capital econômico mundial.

Mídia independente

Principalmente por meio da internet, considera-se toda a produção da comunicação que se distingue da produção de uma informação ideológica e a favor da dominação neoliberal (ver definição de **neoliberalismo** neste glossário). A **mídia independente** alimenta as formas de **empoderamento** da **sociedade civil**.

Minoria

No contexto da geopolítica e da história colonial do Ocidente moderno, designa, por exemplo, uma situação de diferenciação de pessoas, grupo de pessoas ou identidade cultural diante de uma maioria em termos de representação política dentro de uma nação; de visibilidade; e de acesso a políticas públicas em comparação de dominância com as demais pessoas. As minorias são, igualmente, as pessoas que lutam por reconhecimento da sua identidade étnica, geracional (idosos, jovens e estudantes, neste caso), religiosa, linguística, de gênero e de condições artesanais de trabalho e modo de vida em comparação ao restante de uma população com condições de privilégios e vantagens herdadas do contexto da mesma geopolítica e história colonial do Ocidente moderno.

Neoliberalismo

Redefinição do liberalismo clássico, o termo passou a ser amplamente aplicado para identificar as políticas de governo de diversos países a partir de 1980, com apoio da mídia. Seus adeptos entendem que a melhoria dos padrões de vida ocorre exclusiva e unicamente a partir da liberação tributária dos mercados internacionais, da redução de custos na produção, da flexibilização das relações de trabalho e da globalização da cadeia de produção e consumo de bens. No entender de seus críticos, ao contrário, a adoção destas medidas serviu para precarizar as relações de trabalho; reduzir e eliminar direitos trabalhistas e sociais; deteriorar as condições de previdência social, saúde e educação, inclusive dos países ricos. As políticas neoliberais tiveram grande aceitação na América Latina e na Europa quando do seu surgimento, mas elas têm se mostrado crescentemente inadequadas, sobretudo em termos de

garantir renda justa para seus cidadãos. Além disso, o formato da produção do neoliberalismo está diretamente ligado à obsolescência planejada e à maquiagem verde da modernização ecológica (CATTANI, 2002, p. 7-14; 2003, p. 7-20).

Novos movimentos sociais

No contexto deste livro, compostos por atores sociais empoderados que apresentam demandas de **democratização cultural** para a sociedade. Na literatura sociológica da contemporaneidade, esta categoria analítica demarca uma diferença entre novos e velhos **movimentos sociais**; velhos com demandas tangíveis são os movimentos grevistas dos trabalhadores. **Novos movimentos sociais** apresentam demandas intangíveis relacionadas às melhorias das condições de vida, mobilidade (movimento passe livre, por exemplo), ecologia, de ampliação de direitos para as **minorias** (mulheres, negros, índios, etc.).

Política linguística

Assim como o **empoderamento** e a **autolimitação** da **sociedade civil**, trata-se de um importante fenômeno social da contemporaneidade. A linguagem é entendida pelos teóricos da linguística como uma forma de controlar a prática política (BELL, 2000), contrapor discursos de dominação (BAKHTIN, 2009), expressar e transformar modos de vida (WITTGENSTEIN, 1999) e construir interações discursivas de emancipação social (HABERMAS, 1997).

Primavera Árabe

Exemplo emblemático de **democratização cultural** que surgiu em dezembro de 2010. O movimento ganhou força por meio do uso do **celular com câmara digital** e com acesso à **internet**, o que permitiu receber apoio mundial.

Redes sociais

As formas de comunicação das diversas associações e atores sociais da **sociedade civil**. Elas são difusas e operam por meio da comunicação direta nos cafés, bares, praças, clubes, associações, escolas, universidades e ruas; além disso, elas difundem-se e ampliam-se por meio da **internet**.

Sociedade civil

Há três conceitos complementares de **sociedade civil**. Gramsci (apud BOBBIO, 1989) a entende como um espaço simbólico de disputas em torno de valores e símbolos culturais de pertença e reconhecimento; ao passo que Touraine

(1989) e Melluci (2001) a veem mais como um campo dinâmico de inovação; e Habermas (apud COHEN, 2003) a define como um espaço de mediação e deliberação. Para todos estes estudiosos, a ideia é de que ela é uma criação moderna, autônoma, independente do Estado e do mercado; além disso, ela é por natureza inacabada, anônima e vital para o funcionamento da política. Sem uma **sociedade civil** responsiva à ação estatal e do mercado, o campo da política seria totalitário.

Twitter

Tipo específico de rede social com acesso e cadastramento livres. Funciona basicamente como ferramenta de fácil comunicação em rede e de atualização de perfil dos usuários.

Ultrapassagem de valores

Conceito que capta a dimensão simbólica e cultural de uma sociedade, na tentativa de mostrar que certos valores culturais não desafiam diretamente a ideologia dominante, senão dialogam com ela, ultrapassando-a. Esta ultrapassagem ocorre dentro do processo de **democratização cultural**. Com base em Gramsci (apud BOBBIO, 1989), a **sociedade civil** é capaz de difundir novos valores como no caso da **cultura da sustentabilidade**. A **ultrapassagem de valores** não tem o poder de modificar a lógica do capital econômico conforme uma revolução, mas ela é capaz de imprimir novos modos de poder estruturante da sociedade a partir, por exemplo, das políticas de distribuição de renda e de reconhecimento cultural.

Valores culturais fundantes da sociedade brasileira

O modo como são pensadas as formas de integração social como a família, a cidade, a educação, os papéis sociais, etc., em especial em termos teórico-conceituais pela sociologia brasileira. Estes valores alteraram-se profundamente em consequência do processo de modernização da sociedade brasileira desde o início do primeiro governo Lula (de 2003 em diante).

Web

Sistema de comunicação em rede da **internet**. A **Web** armazena textos, vídeos, sons e figuras que são acessados por usuários, também chamados de internautas. A **Web** é um sistema mundial de comunicação, referido como www. A **Web** é também conhecida como Web social que são as **redes sociais** da **internet**.

Este livro foi editorado com as fontes Minion Pro e Chantilly-Medium.
Publicado em *e-book*.

Trata-se de um livro sobre uma democracia com diversos atores sociais poderosos, protagonizando seus interesses dentro de uma esfera pública que aos poucos deixa de ser identificada única e exclusivamente como afetada pelos vícios do autoritarismo das oligarquias. O Brasil mudou, mas não foram as suas instituições que mudaram significativamente. O que mudou foi a maneira de a sociedade civil fazer política, organizando-se livre, estratégica e comunicacionalmente. Por isso, este livro revisa os fundamentos da política moderna brasileira, em especial utilizando-se da maneira habermasiana de entender a centralidade da comunicação na democracia.

